

FRANCISCA NEIDE CAMELO MARTINS

**POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
UNIVERSITÁRIA: DEFINIÇÕES, LIMITES E
POSSIBILIDADES NA PERSPECTIVA DE UM
ATENDIMENTO DE QUALIDADE**

Orientador: Professor Doutor José Viegas Brás

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração**

Instituto de Educação

Lisboa

2022

FRANCISCA NEIDE CAMELO MARTINS

**POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
UNIVERSITÁRIA: DEFINIÇÕES, LIMITES E
POSSIBILIDADES NA PERSPECTIVA DE UM
ATENDIMENTO DE QUALIDADE**

Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação no Curso de Mestrado em Ciências da Educação conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, perante o júri, com o Despacho de Nomeação N° 34/2022, de 22 de fevereiro de 2022, com a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Óscar Conceição de Sousa

Arguente: Prof. Doutor José Bernardino Duarte

Orientador: Prof. Doutor José Viegas Brás

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração**

Instituto de Educação

Lisboa

2022

Vive-se aprendendo, e o que se aprende leva-nos a viver melhor. Todo o interesse humano pela educação e pela escola é, fundamental, uma questão de tornar a vida melhor, mais rica e mais bela.

John Dewey

Dedico este trabalho a Deus, ser maior, causa da minha vontade, persistência e conquista.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me permitir realizar mais esta conquista sempre iluminando meu caminho.

A minha família em especial, e amigos que entenderam e me apoiaram com paciência e carinho nos momentos em que me dediquei ao longo deste trabalho.

Grato a todos os professores por ter me proporcionado o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender.

Aos meus orientadores pelo apoio, confiança, orientações e incentivo que me proporcionaram ao longo desta caminhada.

Ao Centro Universitário Inta - UNINTA em especial aos acadêmicos dos cursos de Direito e Fisioterapia pela disponibilidade de seus preciosos tempos que muito contribuíram na recolha dos dados.

A Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA em especial aos acadêmicos dos cursos de Enfermagem e História pela disponibilidade de seus preciosos tempos que muito contribuíram na recolha dos dados.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

RESUMO

MARTINS, F.N.C. (2022). *Políticas de Assistência Estudantil Universitária: Definições, Limites e Possibilidades na Perspectiva de um Atendimento de Qualidade*. Master Dissertation, Lusophone University of Humanities and Technologies Institute of Education, Lisboa

Com a finalidade de prover recursos necessários a estudantes universitários, a Assistência Estudantil se faz necessário a fim de ajudar com recursos indispensáveis para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico. Devido haver dúvida de alguns e na grande maioria falta de informação a algo que é lei, com base nisso vem a seguinte indagação. Sobre o nível de conhecimento do estudante universitário sobre o que a IES a qual ele está vinculado pode lhe oferecer como Assistência Estudantil? Desta forma, trouxe o tema a ser abordado e conhecer a realidade vivenciada e as dificuldades enfrentadas pelos discentes, que evidenciavam, em muitos desses contatos, um visível desconhecimento de seus direitos e, sobretudo, de serviços e dispositivos voltados à AE ofertados pela IES. O objetivo geral é analisar a percepção do estudante universitário de duas IES sobre a importância da Assistência Estudantil, observando alguns tópicos necessários tais como: Classe econômica, desafios/fatores durante o curso e etc. Em termos metodológicos, esta pesquisa busca definir seu objeto a partir de critérios claros de validade científica, a pesquisa é exploratória, descritiva com uma abordagem quanti-qualitativa, quanto aos procedimentos de uma pesquisa de campo. Essa abordagem pode ser solucionada com divulgações pelas próprias instituições, sendo necessário criar banco de dados específicos para este programa, já que as instituições deixam as informações pulverizadas. Relacionado a isso, é necessário ampliar os dados sobre a eficácia do PNAES, para conhecer o desempenho acadêmico dos estudantes participante, uma vez que o programa visa permitir a permanência e diplomação desses universitários.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Universitários; Conhecimento.

ABSTRACT

MARTINS, F.N.C. (2022). *Policies of University Student Assistance: Definitions, limits and possibilities in the perspective of a quality service*. Master Dissertation, Lusophone University of Humanities and Technologies Institute of Education, Lisboa

In order to provide necessary resources to university students, the Student Assistance is necessary in order to help with resources indispensable for transposition of obstacles and overcoming impediments to good academic performance. Due to the doubt of some and in great majority lack of information to something that is law, based on this comes the following question. About the level of knowledge of the university student about what the HEI to which he is linked can offer you as Student Assistance? In this way, it brought the subject to be approached and to know the reality lived and the difficulties faced by the students, who evidenced, in many of these contacts, a visible ignorance of their rights and, above all, services and devices directed to the AE offered by the IES. The general objective is to analyze the perception of the university student of two HEIs on the importance of student assistance, observing some necessary topics such as: Economic class, challenges / factors during the course and etc. . In methodological terms, this research seeks to define its object from clear criteria of scientific validity, the research is exploratory, descriptive with a quantitative-qualitative approach, regarding the procedures of a field research. This approach can be solved with disclosures by the institutions themselves, and it is necessary to create a specific database for this program, as the institutions leave the information pulverized. Related to this, it is necessary to expand the data on the effectiveness of the PNAES, to know the academic performance of the participating students, since the program aims to allow the permanence and graduation of these university students.

Keywords: Student Assistance; College students; Knowledge.

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - Perfil do Estudante do Curso de Direito.....	92
QUADRO 2 - Contexto Familiar dos Estudantes do Curso de Direito	94
QUADRO 3 - Dados Academicos dos Estudantes do Curso de Direito	94
QUADRO 4 - Politica de Assistência Estudantil dos Acadêmicos do Curso De Direito.....	95
QUADRO 5 - Perfil do Estudante do Curso de Fisioterapia	98
QUADRO 6 - Contexto Familiar dos Estudantes do Curso de Fisioterapia.....	100
QUADRO 7 - Dados Academicos dos Estudantes do Curso de Fisioterapia	101
QUADRO 8 - Politica de Assistência Estudantil dos Acadêmicos do Curso de Fisioterapia	102
QUADRO 9 - Perfil do Estudante do Curso de Enfermagem	105
QUADRO 10 - Contexto Familiar dos Estudantes do Curso de Enfermagem.....	106
QUADRO 11 - Dados Academicos dos Estudantes do Curso de Enfermagem	107
QUADRO 12 - Politica de Assistência Estudantil dos Acadêmicos do Curso De Enfermagem	109
QUADRO 13 - Perfil do Estudante do Curso de História	111
QUADRO 14 - Contexto Familiar dos Estudantes do Curso de História.....	113
QUADRO 15 - Dados Academicos dos Estudantes do Curso de História.....	113
QUADRO 16 - Politica de Assistência Estudantil dos Acadêmicos do Curso De História	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMES – Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior

AE – Assistência Estudantil

AIAMIS – Associação Igreja Adventista Missionária

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior

CLT – Consolidação de Leis Trabalhistas

CNE – Conselho Nacional de Educação

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

DAE – Departamento de Assistência ao Estudante

EAD – Educação a Distância

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IES – Instituição de Ensino Superior

IFCE – Instituto Federal do Ceará

IFES – Instituto Federal de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

INTA – Instituto Superior de Teologia Aplicada

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

NADEF – Núcleo de Atendimento Dermato Funcional

NAPI – Núcleo de Atendimento em Práticas Integradas

OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Humano

PBU – Programa Bolsa Universidade

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PRAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PROARES – Pró- Reitoria de Assuntos Estudantis

PROUNI – Programa Universidade para Todos

REU – Residência Universitária

RU – Restaurante Universitário

SENCE – Secretaria Nacional de Casa dos Estudantes

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

SISU – Sistema de Seleção Unificada

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UFC – Universidade Federal do Ceará

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESCO – Organização das Ações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNINTA – Centro Universitário Inta

UVA – Universidade Estadual Vale do Acaraú

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
 CAPÍTULO I - DA PROBLEMÁTICA DO ESTUDO A METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....	22
1.1 Problemática	22
1.2 Implicações Teóricas e Relevância do Estudo	25
1.3 Justificativa.....	27
1.4 Objetivos.....	28
1.4.1 Geral.....	28
1.4.2 Específicos	28
1.5 Metodologia de Investigação.....	29
1.5.1 Tipo de Investigação.....	30
1.5.2 Instrumentos de Coleta de Dados	30
1.5.3 Instrumentos de Análise de Dados.....	31
1.5.4 Sujeitos da Pesquisa.....	32
1.5.5 Enquadramento Contextual.....	33
1.5.6. Contextualizando as duas IES – Privada e Pública.....	35
1.5.6.1. Instituto Superior de Teologia Aplicada – INTA – Atualmente Centro Universitário UNINTA.....	35
1.5.6.2. Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA	39
 CAPÍTULO II – REVISÃO DE LITERATURA	41
2.1 História da Educação Superior no Brasil.....	41
2.2. O Ensino Superior na Década de 90 e suas Modificações.....	45
2.3. Condições de permanência na educação superior.	51

2.4. Evasão no Ensino Superior.....	55
2.5. Política de Assistência Estudantil: Aspectos Históricos Legais.....	58
2.6. Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e os dispositivos legais.....	58

CAPÍTULO III – PROGRAMAS DE INCLUSÃO E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....

3.1. Programa Universidade para Todos – PROUNI.....	68
3.2. Sistema UAB – Universidade Aberta do Brasil.....	70
3.3. Sistema de Seleção Unificada – SISU.....	71
3.4. Políticas Afirmativas – Ações Inclusivas (Cotas)	72
3.5 Ações de Assistência Estudantil ofertadas nas duas IES – Privada e Pública.....	75
3.5.1. Assistência Estudantil no Centro Universitário – UNINTA.....	75
3.5.1.1 Núcleo de Atendimentos em Práticas Integradas - NAPI	75
3.5.1.2. Clínica de Psicopedagogia	76
3.5.1.3. Programa PRAVALER	76
3.5.1.4. Bolsa de Estudos por Mérito Acadêmico	77
3.5.1.5. Acompanhamento aos Alunos no Campo de Estágio	78
3.5.1.6. Núcleo de Atendimento Dermato Funcional - NADEF	83
3.5.2. Assistência Estudantil na Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA	85
3.5.2.1. Programa Bolsa Universidade.....	85
3.5.2.2 Programa Auxílio Alimentação.....	85
3.5.2.3 Isenção de Taxa de Inscrição para o Vestibular.....	85
3.5.2.4 Programa Auxílio Moradia.....	86
3.5.2.5 Programa Institucional de Iniciação Científica	86
3.5.2.6 Programa de Bolsa de Extensão	86
3.5.2.7 Estímulos à Permanência	87
3.5.2.8 Estímulo a Organização e Participação Estudantil.....	87

3.5.2.9 Acompanhamento dos Egressos.....	88
3.5.2.10 Residência Universitária	89
3.5.2.11 Restaurante Universitário.....	90
 CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	91
4.1 APRESENTAÇÃO.....	91
4.1.1 Dados da instituição privada - UNINTA	92
4.1.1.1 Perfil do estudante do curso de direito do UNINTA.....	92
4.1.1.2 Contexto familiar dos estudantes do Curso de Direito do UNINTA	94
4.1.1.3 Dados acadêmicos dos estudantes do Curso de Direito do UNINTA.....	94
4.1.1.4 Política de assistência estudantil dos acadêmicos do Curso de Direito do UNINTA	95
4.1.2.1 Perfil do estudante do Curso de Fisioterapia do UNINTA	98
4.1.2.2 Contexto familiar dos estudantes do Curso de Fisioterapia do UNINTA.....	100
4.1.2.3 Dados acadêmicos dos estudantes do Curso de Fisioterapia do UNINTA	101
4.1.2.4 Política de assistência estudantil dos acadêmicos do Curso de Fisioterapia do UNINTA.....	102
4.2 Dados da IES Pública - Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA	105
4.2.1. Perfil do estudante do Curso de Enfermagem da UVA	105
4.2.2 Contexto familiar dos estudantes do Curso de Enfermagem da UVA.....	106
4.2.3 Dados acadêmicos dos estudantes do Curso de Enfermagem da UVA	107
4.2.4 Política de assistência estudantil dos acadêmicos do Curso de Enfermagem da UVA ..	109
4.2.5 Perfil do estudante do Curso de História da UVA.....	111
4.2.6 Contexto familiar dos estudantes do Curso de História da UVA	113
4.2.7 Dados acadêmicos dos estudantes do Curso de História da UVA.....	113
4.2.8 Política de assistência estudantil dos acadêmicos do Curso de História da UVA.....	115
4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	117

4.3.1 Assistência Estudantil -- Universidade Pública x Universidade Privada.....	117
4.4 Conclusões e Recomendações.....	122
4.4.1 Perspectivas Futuras	123
BIBLIOGRAFIA	124
APÊNDICE 01	130

INTRODUÇÃO

Em sua essência, o ensino universitário, independentemente do país ou continente, baseia-se na premissa da sistematização e socialização do conhecimento e o saber, formando profissionais e cidadãos capazes de contribuir para o projeto de uma sociedade justa e igualitária (PNAE, 2001). Historicamente, pode-se afirmar que a universidade surge como a expressão da própria comunidade, encerrando, inclusive, suas contradições e virtudes que envolvem, sobretudo, o tipo de relação existente entre a Instituição de Ensino Superior (IES) e seu principal ator, o estudante universitário, independentemente do país ou do momento histórico, alguns com uma tradição mais consolidada, outros ainda incipientes na construção dessa cultura educacional.

Quando se trata de América, Janotti (1992) afirma que a primeira universidade surgiu na atual República Dominicana - América Central, em 1538 pelos espanhóis. Logo em seguida, vieram as de San Marcos, no Peru em 1551, no México em 1553, Bogotá em 1662, Cuzco em 1692, Havana em 1728 e entre outras. Porquanto, as primeiras universidades norte-americanas, Havard, Yale e Filadélfia, surgiram respectivamente em 1636, 1701 e 1.755.

Já em nível de Brasil, a instituição da universidade até o início do século XIX, foi a universidade de Coimbra (TEIXEIRA, 1.988, p.65), com uma educação sempre com bases religiosas, sem dúvida influenciadas pela experiência portuguesa. Como registro oficial, tem-se como registro o surgimento da primeira universidade brasileira somente em 1920, a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que recebeu o nome de Universidade do Rio de Janeiro.

Esclarece Dias Sobrinho (2010) que o surgimento da Educação Superior no país deu-se, realmente, de forma tardia, em relação ao restante dos outros países das Américas espanholas e Inglesas, que tiveram acesso ao ensino superior já no período colonial. O autor compreende que este direito social, a uma educação de qualidade, é um aspecto essencial e prioritário para a construção da sociedade, a consolidação da identidade nacional e a inclusão socioeconômica.

Quando não compreendida como bem público, a educação atende prioritariamente ao indivíduo e a seus interesses exclusivos. O correlativo da ideia de educação como um bem

público e direito social é o dever do Estado de garantir amplas possibilidades de oferta de educação de qualidade a todas as camadas sociais.

Contudo, ao se tratar das primeiras iniciativas de atenção ao estudante universitário no Brasil, no ponto de vista legal, Cunha (2007) afirma que datam dos anos de 1930. Nesse sentido, destacam-se três importantes decretos promulgados, que tiveram influência sobre a educação superior. O primeiro refere-se à Criação do Conselho Nacional de Educação (Dec. 19850/31), o segundo relaciona-se ao estatuto da organização das universidades brasileiras (Dec. 19851/31), que privilegiava o sistema universitário em detrimento das escolas superiores isoladas. Com isso, as entidades universitárias só seriam permitidas com a existência dos cursos de Direito, Medicina e Engenharia, entretanto, se houvesse a abertura de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras esta poderia substituir a presença de um dos cursos anteriormente citados. Esses diretórios ficariam responsáveis pelas reivindicações do corpo discente e criariam um ambiente acadêmico agradável para o convívio dos estudantes.

Sob o ponto de vista histórico das políticas de assistência estudantil no país, Costa (2012) infere que podem ser observadas sob duas fases: A primeira delas compreende um longo período, que vai desde a criação da primeira universidade até o que corresponde ao período de democratização política. A partir desse momento, se identifica uma segunda fase onde há um espaço propício para uma série de debates e projetos de leis que resultaram em uma nova configuração das políticas de assistência estudantil para estudantes da graduação, nas universidades brasileiras.

Contudo, é somente na década de 1940 que a assistência estudantil brasileira passa a ter garantida na legislação com um caráter de obrigatoriedade para todos os níveis de ensino. A Constituição de 1946 reafirmava, no artigo 166, a educação como um direito de todos e deveria ser ministrada no lar e na escola, e acrescentava que esta deveria inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana (SCHWARTZMAN, 1979).

Nesse ínterim, diversas outras iniciativas, inclusive de cunho acadêmico, ocorrem de forma discreta, porém é no ano de 1970 que numa iniciativa do governo federal, cria-se o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), este órgão estava vinculado ao MEC e pretendia manter uma política de assistência estudantil para graduando em nível nacional, dando

ênfase para os programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológico (FONAPRACE, 1996).

Segundo dados do FONAPRACE (2000), a política de Assistência Estudantil foi marcada pela deterioração de seus programas básicos: os programas de alimentação (restaurantes universitários) e de moradia (casa de estudantes), provocando o sucateamento das universidades. Apesar da LDBEN e a Constituição de 1988 considerarem a permanência dos estudantes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) como direito, estas prerrogativas jurídicas não destinavam verbas específicas para atendimento aos estudantes pobres.

É com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, que se inicia, de fato, uma estruturação e orientação do funcionamento da educação no Brasil, também reforça o princípio da igualdade na educação, sendo esse um dos seus fins, onde a educação passa a ser pensada sob um viés mais equitativo (CUNHA, 2007). Segundo preceitua o artigo 1º da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações.

A pressão do FONAPRACE em parceria com os estudantes levou o governo a implementar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que prevê recursos específicos para assistir aos estudantes em situação vulnerável. A política de atendimento ao estudante ocupa um espaço privilegiado pelos gestores de políticas públicas. Fato confirmado pela inserção desta política em uma das dez dimensões do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

Assim, a política de atendimento ao estudante compõe a dimensão 9 do SINAES. No documento produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) que estabelece as diretrizes para as universidades avaliarem essa dimensão, as políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes são consideradas prioridades (INEP, 2004).

Foi necessário mais de uma década, para só então, em dezembro de 2007, o governo federal instituir o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), pela Portaria Normativa 39, do Ministério da Educação (MEC), visando institucionalizar a assistência

estudantil por meio de dotação orçamentária específica no âmbito do orçamento das universidades, categorizando a assistência estudantil como política pública (BRASIL, 2007c). Neste sentido, as universidades públicas obrigatoriamente devem contemplar sua política de atendimento ao estudante nos seus relatórios de auto avaliação organizado pelas suas respectivas Comissão Própria de Avaliação (CPA).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) está fundamentado na Legislação (Decreto nº 7.234/2010), tendo como finalidade ampliar as condições de permanência na educação superior pública federal. Com o objetivo de democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, o programa busca minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, reduzindo as taxas de retenção e evasão, contribuindo para a promoção da inclusão social pela educação (PINHEIRO 2014).

As ações de assistência estudantil do PNAES são desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - Assistência Estudantil; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

O significativo aumento do número de vagas das universidades e o crescimento do acesso ao ensino superior de parcela da população historicamente excluída, como as mulheres, a população negra e os povos indígenas, oriundos de famílias de baixa condição socioeconômica, trouxeram à discussão a necessidade de garantir condições para a permanência desses estudantes na universidade (CARVALHO, 2013). O PNAES apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das IFES. O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. (BRASIL, 2017). Contudo, é justamente nesta área do Apoio Pedagógico em que percebe-se, empiricamente, como os estudantes podem passar por dificuldades em questões pedagógicas, sociais e até mesmo intelectuais.

A finalidade do PNAES, ao propor a área específica para o Apoio Pedagógico, é viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuindo para melhorar o desempenho acadêmico e evitar a

evasão escolar, garantindo assim a permanência do estudante de graduação até o término do curso.

Para um melhor esclarecimento sobre a investigação que se pretende desenvolver o estudo foi dividido em duas partes:

A primeira parte compreende a seguinte estrutura: Primeiro capítulo tem como título – Da problemática do estudo a metodologia de investigação, enfatizando estudo, problemática, as questões de investigação, implicações teóricas e relevância do estudo, justificativa, objetivo geral e objetivos específicos e metodologia de investigação.

O segundo capítulo tem como título Revisão de Literatura e os seguintes subtítulos: História da Educação Superior no Brasil; O Ensino Superior na década de 90 e suas modificações; Condições de Permanência na Educação Superior; Evasão no Ensino Superior; Política de Assistência Estudantil: Aspectos Históricos Legais; Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e os Dispositivos Legais.

O terceiro capítulo compreende a segunda parte e tem como título Programas de Inclusão e Acesso ao Ensino Superior no Brasil e compõe os subtítulos: Programa Universidade para Todos – PROUNI; Sistema UAB – Universidade Aberta do Brasil; Sistema de Seleção Unificada – SISU; Políticas Afirmativas – Ações Inclusivas (Sistema de Cotas); Ações de Assistência Estudantil ofertadas nas duas IES – Privada e Pública; Assistência Estudantil no Centro Universitário UNINTA; Núcleo de Atendimento em Práticas Integradas – NAPI; Clínica de Psicopedagogia; Programa PRAVALER; Bolsa de estudos por Mérito Acadêmico; Acompanhamento aos alunos no campo de estágio; Núcleo de Atendimento Dermato Funcional – NADEF; Assistência Estudantil na Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA; Programa Bolsa Universidade; Programa Auxílio Alimentação; Isenção de taxa de inscrição para o vestibular; Bolsa Auxílio Moradia; Programa Institucional de Iniciação Científica; Programa de Bolsa de Extensão; Estímulos a permanência; Estímulo a organização e participação estudantil; Acompanhamento dos egressos; Residência Universitária – RU; Restaurante Universitário – REU.

O quarto capítulo ainda contempla a segunda parte e tem como título Apresentação e Discussão dos Resultados e compõe os subtópicos: Apresentação; Discussão dos Resultados; Conclusões e Recomendações; Perspectivas Futuras; Bibliografia e apêndice.

PARTE I

CAPÍTULO I - DA PROBLEMÁTICA DO ESTUDO A METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

1.1 Problemática

As transformações do campo da educação, enquanto conjunto de políticas públicas que visam atender as necessidades básicas de uma população ou sistema social, indicam fases passíveis de delimitação da problemática situação vivenciada pela defasagem no acesso ao ensino superior brasileiro. Os ciclos de crescimento e expansão do ensino superior brasileiro, conjugado de forma híbrida na oferta pública/privada, com clara indução a oferta no setor privado, denotam uma clara massificação ou universalização para amplos setores sociais. Enquanto conjunto de decisões institucionalizadas do acervo organizacional estatal ou ações políticas orientadas pelo Estado brasileiro, a política de educação superior tomou contornos nítidos no que tange as transformações seguindo três fases distintas: a) um sistema elitizado em transição; b) um sistema de massa; c) um sistema de acesso universal.

O arcabouço político-institucional propiciado pela LDB, enquanto mecanismo de intervenção orquestrado pelo Estado brasileiro, no desafio de executar uma política pública educacional, com ênfase na educação superior sofreu transformações desencadeadas por processos que configuram um quadro que vai da elitização a privatização neste nível de ensino, segundo Ristoff (2008). Os dados censitários ainda demonstram uma debilidade no acesso para parcela significativa dos demandantes do sistema – as jovens classes trabalhadoras. O processo de expansão foi acompanhado de movimentos de privatização, diversificação, centralização, desequilíbrios regionais, ampliação do acesso, desequilíbrio da oferta, ociosidade de vagas, corrida por titulação e lento incremento, de acordo com Ristoff (2008, p. 42).

Na primeira década do século XXI, os censos demonstram que o nível de expansão foi elevado ao ponto de se ter uma oferta de vagas no ensino superior, maior que o incremento de concluintes no ensino médio, embora a maioria dessas vagas tenha sido oferecida nas instituições privadas. Se a geração de oportunidades foi importante, a

necessidade na década presente é democratizar tal acesso, gerando mecanismos de permanência para jovens estudantes que obtiveram a oportunidade de frequentar o ensino superior. Tal democratização é indissociável da expansão da oferta pública de vagas, daí a necessidade de programas de permanência e manutenção de egressos do ensino médio nas IFES públicas.

Como uma política pública se define como uma ação ou conjunto de ações implementada pelos governos para solucionar determinados problemas, e, nas diferentes abordagens dadas ao tema, toda formulação, implementação e avaliação de política pública decorre de uma junção de forças políticas e sociais, isto implica, muitas vezes, em um reordenamento de papéis dos diferentes atores envolvidos e que estão em constante busca por janelas de oportunidades para atendimento de seus objetivos.

No caso brasileiro, notadamente nos últimos anos, as políticas públicas orientadas para estudantes oriundos de escolas públicas e de famílias financeiramente menos favorecidas, estudantes de etnias com baixa participação no ensino superior, como negros e índios, foram apoiadas pelas ações políticas das instituições do Estado. Essa expansão para o ensino superior privado ocorreu com maior intensidade em função dos benefícios da renúncia fiscal, aproveitando sua capacidade ociosa instalada, recebendo alunos bolsistas, e, nas próprias universidades públicas que foram estimuladas por programas de reestruturação que reforçou a expansão, democratização e permanência no ensino superior.

As políticas públicas desdobram-se em planos, programas, projetos e subsequente as fases de planejamento, formulação e implementação está a fase de acompanhamento e avaliação que serve a vários propósitos desde a disponibilização de dados e informações para continuidade ou reformulação das ações em fase de implementação e das próprias políticas públicas até a formação de *rankings* conforme resultados dos indicadores de qualidade. A avaliação do ensino superior assume papel determinante na garantia de padrões mínimos de qualidade dos serviços prestados.

O PNAES, institucionalizado sob a forma de Decreto Presidencial em 2010, estabeleceu as diretrizes para as ações de assistência estudantil aos alunos com fragilidade socioeconômica. Essas ações eram até então, praticadas de forma individual e desarticulada pelas IFES - Instituições Federais de Ensino Superior, com intuito de assegurar a permanência

e conclusão do curso, buscando reduzir as taxas de retenção e evasão e promover inclusão social através da educação.

Atualmente, grande parte das reivindicações dos movimentos estudantis dizem respeito a ampliação da assistência estudantil, através de restaurantes, moradias estudantis, bolsas e melhorias nas infraestruturas de laboratórios e bibliotecas e para isso pleiteiam um orçamento de R\$ 1,5 bi para 2013 para o PNAES. (<http://www.une.org.br>)

Por outro lado, o governo, através do Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, afirma que está se fazendo "um grande esforço de inclusão social", sendo que os recursos para o PNAES passaram de R\$ 125 milhões em 2008 para aproximadamente R\$ 600 milhões em 2013. (<http://portal.mec.gov.br>)

Em 2012, durante audiência com representantes do movimento estudantil, o ministro Mercadante recebeu pauta com as reivindicações dos estudantes por IES e assumiu compromisso de encaminhar aos reitores para avaliação pontual das demandas, ressaltando que será criada "uma comissão para acompanhar e monitorar a resolução das situações indicadas no documento, mas sem ferir a autonomia das universidades; o MEC pode apoiar, acompanhar, fiscalizar e avaliar". O MEC também assumiu o compromisso de criar um programa de consolidação da expansão das Instituições Federais de Ensino Superior para dar continuidade aos projetos iniciados com recursos orçamentários do REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades. (<http://www.une.org.br>)

Estando as lideranças estudantis e os dirigentes das IES altamente mobilizados no sentido de ampliar os recursos orçamentários destinados ao financiamento do PNAES e sendo este programa parte de uma política de promoção da universalização do ensino superior, parte-se das hipóteses que o macro resultado depende da correta aplicação dos recursos por parte das Instituições de Ensino Superior, e de que é imprescindível conhecer o posicionamento de seu público alvo. Partindo do exposto acima se formulou o seguinte questionamento:

Como o estudante universitário conhece o programa de Assistência Estudantil?

Em face da importância desse estudo no âmbito social e educacional, esta pesquisa procura responder as seguintes **questões de investigação**:

- a) O que representa o programa de assistência estudantil para o universitário?
- b) Qual o nível de conhecimento sobre o significado e objetivos do PNAES?
- c) Quais as principais adversidades que interferem em seu desempenho acadêmico?

1.2 Implicações Teóricas e Relevância do Estudo

Do ponto de vista legal, as primeiras iniciativas de atenção ao estudante universitário no Brasil, datam dos anos de 1930. Nesse sentido, destacam-se importantes decretos promulgados, que tiveram influência sobre a educação superior.

O primeiro refere-se à Criação do Conselho Nacional de Educação (Dec. 19850/31). O segundo relaciona-se ao estatuto da organização das universidades brasileiras (Dec. 19851/31), que privilegiava o sistema universitário em detrimento das escolas superiores isoladas (CUNHA, 2007). Com isso, as entidades universitárias só seriam permitidas com a existência dos cursos de Direito, Medicina e Engenharia. Entretanto, se houvesse a abertura de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras, esta poderia substituir a presença de um dos cursos anteriormente citados. Esses diretórios ficariam responsáveis pelas reivindicações do corpo discente e criariam um ambiente acadêmico agradável para o convívio dos estudantes.

Contudo, é somente na década de 1940 que a assistência estudantil passa a ter garantida na legislação com um caráter de obrigatoriedade para todos os níveis de ensino. A Constituição de 1946 reafirmava, no artigo 166, a educação como um direito de todos e deveria ser ministrada no lar e na escola, e acrescentava que esta deveria inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana (SCHWARTZMAN, 1979).

Todavia, foi somente duas décadas após, que numa tentativa de organizar o ensino frente ao novo quadro político, pós golpe militar de 1964, e como instrumento para dinamizar a própria ordem socioeconômica, aprova-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB 4.024/61, não sendo considerado pelo governo à época uma edição completa da lei em questão. Atendendo à ideologia desenvolvimentista adotada pelo governo, ajustou-se a LDB de 61. Aspectos relacionados ao ensino superior, entretanto, foram apenas sancionados pela lei de 5.540/68, que reformou a estrutura do ensino superior, sendo, por isso, chamada de lei da reforma universitária (DEMO, 2002).

Vale ressaltar que o sistema educacional brasileiro até 1960 era basicamente centralizado, de forma que o modelo servia de orientação para todos os estados e municípios. Com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1961, os órgãos estaduais e municipais ganharam mais autonomia, diminuindo centralização do MEC. Foram necessários treze anos de debate (1948 a 1961) para a aprovação desta primeira LDB (SILVA, 2014).

Nesse interim, diversas outras iniciativas, inclusive de cunho acadêmico, ocorrem de forma discreta, porém é no ano de 1970 que, numa iniciativa do governo federal, cria-se o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), este órgão estava vinculado ao MEC e pretendia manter uma política de assistência estudantil para graduando em nível nacional, dando ênfase para os programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológico (FONAPRACE, 1996).

Segundo dados do FONAPRACE (2000), a política de Assistência Estudantil foi marcada pela deterioração de seus programas básicos: os programas de alimentação (restaurantes universitários) e de moradia (casa de estudantes), provocando o sucateamento das universidades. Apesar da LDBEN e a Constituição de 1988 considerarem a permanência dos estudantes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) como direito, estas prerrogativas jurídicas não destinavam verbas específicas para atendimento aos estudantes pobres.

Em sua essência, o ensino universitário, independentemente do país ou continente, baseia-se na premissa da sistematização e socialização do conhecimento e o saber, formando profissionais e cidadãos capazes de contribuir para o projeto de uma sociedade justa e igualitária (BRASIL, 2001).

Quando não compreendida como bem público, a educação atende prioritariamente ao indivíduo e a seus interesses exclusivos. O correlativo da ideia de educação como um bem público e direito social é o dever do Estado de garantir amplas possibilidades de oferta de educação de qualidade a todas as camadas sociais. Admite Holanda (2007), que a verdadeira cidadania só será alcançada quando for garantida a educação em todos os níveis e oportunidades de trabalho aos excluídos.

Especificamente na América Latina, no caso de Brasil habita uma particularidade, conforme aponta Dias Sobrinho (2010), ao afirmar que o surgimento da Educação Superior no Brasil deu-se de forma tardia, em relação ao restante dos outros países das Américas espanholas e Inglesas, que tiveram acesso ao ensino superior já no período colonial. O autor compreende que este direito social a uma educação de qualidade, é um aspecto essencial e prioritário para a construção da sociedade, a consolidação da identidade nacional e a inclusão socioeconômica.

Neste contexto, a universidade surge também no Brasil como a expressão da própria comunidade, encerrando, inclusive, suas contradições e virtudes que envolvem, sobretudo, o tipo de relação existente entre a Instituição de Ensino Superior (IES) e seu principal ator, o estudante universitário, a quem se deve atribuir o foco das atenções e se constituir no amálgama das políticas educacionais.

Para compreender esta realidade e a necessidade de repensar, sobretudo, o tipo de política de atendimento ofertado ao discente, urge uma abordagem que remeta aos primórdios de algumas iniciativas de suporte ao estudante universitário. A relevância destas políticas é destacada por Rawls (2008), ao destacar que as políticas de assistência estudantil nas universidades partem de pressupostos desenvolvidos que entendem a justiça como equidade e compreende que a sociedade só será justa quando todos tiverem igualdade de oportunidades e os benefícios forem distribuídos também para os menos privilegiados.

É com a promulgação de uma nova lei em 1996, que se inicia, de fato, uma estruturação e orientação o funcionamento da educação no Brasil, também reforça o princípio da igualdade na educação, sendo esse um dos seus fins, onde a educação passa a ser pensada sob um viés mais equitativo (CUNHA, 2007). Segundo preceitua o artigo 1º da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações.

1.3 Justificativa

Diversos foram os motivos e questionamentos pessoais que despertaram o desejo de aprofundar, de maneira empírica e teoricamente, aspectos que tangem à assistência estudantil.

Após concluir minha licenciatura em Pedagogia, acumulei uma experiência de 18 anos atuando no âmbito do ensino superior, onde pude vivenciar como gestora cargos de Coordenadora Pedagógica de Ensino de Graduação, Presidente da CPA, Ouvidoria Universitária e, atualmente, Pro-Reitora de Supervisão Institucional, todos eles com uma relação direta e próxima com os estudantes.

Nessa trajetória, foi possível conhecer a realidade vivenciada e as dificuldades enfrentadas pelos discentes, que evidenciavam, em muitos desses contatos, um visível desconhecimento de seus direitos e, sobretudo, de serviços e dispositivos voltados à AE ofertados pela IES. Foi justamente considerando esta perspectiva, que surgiu o interesse em investigar e aprofundar uma discussão sobre o nível de conhecimento do estudante universitário sobre o que a IES a qual ele está vinculado pode lhe oferecer como Assistência Estudantil.

1.4 Objetivos

1.4.1 Geral

O objetivo geral deste estudo é analisar a percepção do estudante universitário de duas IES sobre o significado da assistência estudantil, tomando-se como objeto empírico de verificação a realização de questionários aplicados aos estudantes.

1.4.2 Específicos

Como objetivos específicos desta pesquisa foram estabelecidos:

- a) Descrever o perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa;
- b) Avaliar o nível de conhecimento quanto ao programa de Assistência Estudantil ofertados na IES da qual ele faz parte;
- c) Identificar os principais fatores/desafios relatados pelos estudantes no decorrer do curso;

1.5 Metodologia de Investigação

Este estudo pretende ser de natureza básica e **exploratória**, realizado junto as duas IES – uma pública e uma de natureza privada localizadas na cidade de Sobral – CE, no Brasil. Pretende-se neste estudo, utilizar o método quantiquantitativo de análise, com o objetivo de analisar a percepção do estudante universitário das IES supracitadas sobre o significado da assistência estudantil, tomando-se como objeto empírico de verificação a realização de entrevistas aos acadêmicos.

Uma pesquisa básica é justamente aquela que tem como objetivo principal “o avanço do conhecimento científico, sem nenhuma preocupação com a aplicabilidade imediata dos resultados a serem colhidos”. Isso significa gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista (APPOLINÁRIO 2011, p. 146).

Na perspectiva dos objetivos, compreende-se pesquisa descritiva como a que “(...) observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis), sem manipulá-los; estuda fatos e fenômenos do mundo físico e, especialmente, do mundo humano sem a interferência do pesquisador” (RAMPAZZO, 2005, p. 53).

Toda pesquisa descritiva exige que o pesquisador recorra à pesquisa qualitativa, entendida nesse estudo, como aquela na qual (...) todos os fenômenos são igualmente importantes e preciosos: a Constância das manifestações e sua ocasionalidade, a frequência, a interrupção, a fala e o silêncio. Procura-se compreender a experiência que todos os “sujeitos” têm. (...) privilegia algumas técnicas que coadjuvam a descoberta de fenômenos latentes, tais como a observação participante, história e relatos de vida, entrevista não-diretiva etc. (...) a pesquisa qualitativa valoriza o ser humano que não pode ser reduzido a “quantidade”, a “numero”, a “esquema generalizado” (RAMPAZZO, 2005, p. 60).

Vem de Zikmund (2000) o conceito de que os estudos exploratórios, geralmente, são úteis para diagnosticar situações, explorar alternativas ou descobrir novas ideias. Esses trabalhos são conduzidos durante o estágio inicial de um processo de pesquisa mais amplo, em que se procura esclarecer e definir a natureza de um problema e gerar mais informações que possam ser adquiridas para a realização de futuras pesquisas conclusivas.

Para Gil (2008, p. 8), a investigação científica depende de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos, são conjuntos de processos ou operações mentais que devemos empregar na investigação. Especificamente sobre os procedimentos técnicos, faz-se necessário traçar um

modelo conceitual e operativo, uma vez que expressa as ideias de modelo, sinopse e plano. No presente estudo, este delineamento dar-se-á como uma pesquisa de campo. Essa modalidade de pesquisa, como o próprio nome indica, tem a fonte de dados no “campo” onde ocorrem os fenômenos, no caso da pesquisa em educação, esse campo configura-se nos espaços educativos (TOZONI-REIS, s/d, p. 23-24).

1.5.1 Tipo de Investigação

O tipo de investigação utilizada no referido trabalho foi a pesquisa exploratória do tipo descritiva. Segundo Barros e Lhfelde (2007) esse tipo de pesquisa aliada à pesquisa exploratória utilizada pelos pesquisadores sociais, dos quais se preocupam com a atuação prática. Conforme esses mesmos autores é a mais usada dentro das organizações, das quais se destaca a educacional, empresarial e etc. Ainda, na pesquisa descritiva “realiza-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador. São exemplos de pesquisa descritiva as pesquisas mercadológicas e de opinião” (BARROS E LEHFELD, 2007, p. 45).

Sua finalidade compreende a observação, os registros e análises dos fenômenos ou sistemas técnicos, sem entrar no mérito dos conteúdos. Ademais, nesse tipo de pesquisa a interferência não pode ter colocações do pesquisador, sobretudo, este apenas deve como os fenômenos acontecem ou como se estrutura e funciona um sistema, método, processo ou realidade operacional.

Para tanto, no processo descritivo terá como ponto forte “a identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo. Esse tipo de pesquisa pode ser entendida como um estudo de caso onde, após a coleta de dados, é realizada uma análise das relações entre as variáveis para uma posterior determinação do efeitos resultantes em uma empresa, sistema de produção ou produto” (PEROVANO, 2014, p. 78).

1.5.2 Instrumentos de Coleta de Dados

Para atender aos procedimentos de trabalho com o estudo proposto, a pesquisa trabalhou a recolha de dados, envolvendo a aplicação de um questionário direcionado aos alunos de duas

turmas do curso de História e Enfermagem da Universidade Pública e aos alunos de duas turmas dos cursos de Direito e Fisioterapia, considerando aspectos relacionados a Assistência Estudantil.

O questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador. Objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que quem vá responder compreenda com clareza o que está sendo perguntado (FREITAS, 2000).

Serão estabelecidos critérios para a aplicação do questionário, como preservação do anonimato do estudante pesquisado, perguntas de fácil resposta, sem necessidade de consulta externa e possibilidade de autoaplicação do instrumento.

A aplicação do questionário dar-se-á através de um planejamento em cada IES, considerando a disponibilidade do espaço físico e estrutural, ou seja, pretende-se aplicar o instrumento no horário do intervalo das aulas, caso esteja disponível, uma sala ou auditório com os estudantes voluntários e previamente comunicados.

Para cada participante haverá uma orientação sobre a pesquisa, objetivos, relevância e a sua atuação no estudo. Durante a aplicação do questionário, o pesquisador permanecerá na sala somente a nível informacional, respeitando a aplicação, sem interrupções ou influência nas respostas.

Sob o ponto de vista da comunicação institucional, para cada participante entrevistado será solicitada a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), declarando livre sua participação na pesquisa, após ter recebido os devidos esclarecimentos sobre objetivos e métodos de estudo.

1.5.3 Instrumentos de Análise de Dados

De acordo com Minayo & Minayo-Gómez (2003, p.118) não há nenhum método melhor do que o outro, o método, “caminho do pensamento”, ou seja, o bom método será sempre aquele capaz de conduzir o investigador a alcançar as respostas para suas perguntas, ou dizendo de outra

forma, a desenvolver seu objeto, explicá-lo ou compreendê-lo, dependendo de sua proposta (adequação do método ao problema de pesquisa).

Assim, pode-se compreender que uma avaliação baseada em dados estatísticos, sendo esta uma das formas explicativas da realidade, constitui-se numa linguagem, da mesma forma que as categorias empíricas na abordagem qualitativa o são, sendo cada abordagem um espaço específico e adequado, desde que haja pertinência, relevância e uso adequado de todos os instrumentos.

Dessa forma, o presente estudo ancora-se nestas duas possibilidades. Na perspectiva qualitativa e quantitativa, a abordagem teórica e prática dos elementos lançará mão da análise de conteúdo.

A análise do conteúdo constitui-se numa técnica de pesquisa e possui características metodológicas específicas como: objetividade, sistematização e inferência. Para Bardin (1979, p. 42), este procedimento encerra um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam extrair, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que concedam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção desse conteúdo. Na perspectiva operacional, a análise de conteúdo tem seu ponto de partida a partir da leitura das falas, adquiridas por meio das transcrições de entrevistas, depoimentos e documentos. Em via de regra, todos os procedimentos levam a relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processos de produção de mensagem. Esse conjunto analítico visa a dar consistência interna às operações (MINAYO, 2007).

1.5.4 Sujeitos da Pesquisa

Fizeram parte desta pesquisa duas instituições de Ensino Superior uma da rede pública e outra de natureza privada do municipal de Sobral-CE, localizadas na zona urbana do município e a população de alunos que estão regularmente matriculados entre o quarto e sétimo período.

No total de 200 alunos distribuídos nas quatro turmas. Uma turma do curso de Direito e uma do curso de Fisioterapia da rede privada. Uma turma de História e uma de Enfermagem da rede pública. A escolha destas turmas para participar da pesquisa foi feita para se ter uma visão mais ampla dos dados coletados de cada uma para melhor entender como o estudante ver a questão da Assistência Estudantil nas duas IES anteriormente mencionadas.

1.5.5 Enquadramento Contextual

Toda a pesquisa será realizada na cidade de Sobral, situada na região Norte do Ceará, a 232 quilômetros de Fortaleza, a cidade de Sobral se apresenta como o mais significativo referencial de crescimento e desenvolvimento econômico do interior do Estado, constituindo-se num centro de convergência, por sua ampla e moderna estrutura nos setores da saúde, educação, comércio, indústria, serviços, lazer, cultura e arte.

Sobral é ligada a Fortaleza pela BR-222, que interliga nosso estado aos estados do Piauí, Maranhão e Pará. Segundo dados do IBGE, a cidade possui uma população de 203.682 habitantes estimada para 2016, é o quinto município mais povoado do estado e o segundo maior do interior (IBGE, 2016).

Dados do último censo da educação superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) atestam a crescente evolução do setor da educação no Brasil. Evolução esta que, medida em termos numéricos, revela o aumento do número de instituições de ensino superior (IES) e o consequente aumento do número de vagas em todas as regiões do país. Uma das faces dessa expansão é o aumento da oferta de vagas em regiões interioranas. No caso de Sobral, cidade do norte do Ceará, localizada a 232 km da capital, Fortaleza, tem se verificado nos últimos 15 anos um significativo aumento no número de vagas na educação superior. A expansão da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) com 44 anos de atuação na região, a criação de um campus avançado da Universidade Federal do Ceará (UFC) e do Instituto Federal (IFCE), além da implantação de faculdades privadas (Faculdades INTA, atualmente Centro Universitário, Luciano Feijão) são fatores que contribuíram para esse aumento de vagas, atraindo cada vez mais jovens das cidades circunvizinhas que, em sua maioria, se deslocam diariamente em veículos que, em sua maioria, são cedidos pelas prefeituras municipais.

Sobral é um centro de referência para a educação de um conjunto de municípios como, por exemplo, de Ipu (102 km), Tianguá (85 km), Guaraciaba do Norte (108 km), Hidrolândia (115 km), Itapajé (100 km), Irauçuba (79 km), Santa Quitéria (90 km), Acaraú (110 km), Forquilha (15 km), Massapê (15 km), Viçosa do Ceará (115 km), Camocim (110 km) e Marco (91 km). (IBGE, 2016).

Tanto no turno da manhã, tarde, quanto da noite, podemos ver transitando por Sobral os ônibus universitários que vêm de cidades vizinhas (citadas acima). Algumas ficam a 15 km, gastando em média trinta minutos no percurso (ida e volta), como é o caso de Forquilha e Massapê, enquanto outras se localizam a 100 km ou mais, como Itapajé, levando uma média de quatro horas no trajeto ida e volta. Esses tempos são muito relativos, pois, dependendo das condições das estradas e dos transportes, podem aumentar significativamente.

O número de alunos advindos das cidades circunvizinhas a Sobral tem aumentado a cada novo vestibular. Assim, a quantidade de pessoas que depende do transporte para chegar ao seu curso todos os dias é bem maior do que o número de vagas disponíveis, ocasionando a superlotação dos ônibus e fazendo surgir outros tantos conflitos relacionados à convivência dos estudantes nesse ambiente. (IBGE, 2017).

Simmel afirma que “um grupo, depois de chegar a certo tamanho, tem de desenvolver formas e órgãos que sirvam à sua manutenção e promoção”, distintas do que antes precisava como grupo menor. (Simmel, 1983, p.90). Muito embora esses desenvolvimentos não sejam resultado somente das características numéricas, percebe-se que o aumento da quantidade de universitários desencadeou as formas de organização estudantil existentes até o momento, bem como a necessidade do estabelecimento de regras válidas no ambiente do transporte.

Conforme Freitas (2008), o fato de viajarem todos os dias no mesmo ônibus, no mesmo horário e para um mesmo destino faz com que todos se conheçam. Rostos novos aparecem a cada início de semestre, mas, mesmo estes, podem ser velhos conhecidos, já que nas cidades pequenas é comum que a maioria das pessoas se conheça.

Essa é realidade de muitos universitários do interior do Ceará, sobretudo os de baixa renda, que, além da conquista da vaga na universidade, têm que levar seus cursos driblando as dificuldades de chegar até ela e lá permanecer.

Como locais de pesquisa, foram selecionadas duas Instituições de Ensino Superior (IES) do município, sendo uma de natureza pública e uma de natureza privada:

- Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) - Pública
- Centro Universitário - INTA – UNINTA - Privada

1.5.6. Contextualizando as duas IES – Privada e Pública

1.5.6.1. Instituto Superior de Teologia Aplicada – INTA – Atualmente Centro Universitário UNINTA

O **Instituto Superior de Teologia Aplicada - INTA**, criado no dia 09 de agosto de 1999, é uma sociedade civil, com personalidade jurídica, de direito privado, com registro no Cartório do 3º. Ofício da cidade de Sobral – CE, às fls. 72-79, no Livro A-2, com prazo indeterminado de duração, com sede à Rua Cel. Antônio Rodrigues Magalhães, 700 – Bairro Dom Expedito, na cidade de Sobral, no Estado do Ceará, mantido pela **Associação Igreja Adventista Missionária – AIAMIS**, com sede em Sobral e CNPJ nº. 03.365.403/0001-22, é reconhecida pelo Município, Estado e União, como Pessoa Jurídica de Utilidade Pública.

A Missão do **Instituto Superior de Teologia Aplicada - INTA** é promover educação superior de qualidade formando cidadãos capazes de transformar a realidade social, com base em inovações científicas e tecnológicas nas diversas áreas do conhecimento, respeitando os princípios éticos, culturais e humanistas, visando o desenvolvimento da sociedade. Considerando o **Instituto Superior de Teologia Aplicada – INTA** como ambiente propício para a operação, investigação, criatividade e busca do novo, o Diretor Geral do **INTA**, Professor Dr. Oscar Rodrigues Junior, fez realizar estudos no sentido de diagnosticar a situação da educação na região de abrangência. Com necessidade de novos Cursos Superiores Presenciais e na Modalidade a Distância surge em Sobral o **Instituto Superior de Teologia Aplicada – INTA**, que a princípio criou o Curso de Bacharelado em Teologia, como determinação de sua mantenedora para depois dar início a uma série de Cursos de Graduação que atende estudantes provenientes de 55 (cinquenta e cinco) municípios da Zona Noroeste do Ceará, com população estimada de 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) habitantes, que expandirá a partir da autorização dos

Cursos de Graduação e Pós-Graduação. Começando com o Curso de Teologia Livre em 1999, o Diretor Geral do **Instituto Superior de Teologia Aplicada – INTA** verificou que a Região Noroeste do Ceará, apesar de ter uma Universidade Pública Estadual, continuava muito carente em Educação Superior. Logo, que surgiu o Parecer no. 241/99, de 15 de março de 1999 submeteu Processo de Autorização junto ao MEC, Projeto do Curso de **Teologia** (Portaria MEC/SESu nº 1745 de 07/07/2003), coroado com o Reconhecimento em 2007 (Portaria MEC/SESu nº 164 de 16/02/2007).

A partir de 2008 a IES iniciou construções ampliando seu Campus com Laboratórios e Salas de Aulas climatizadas, com recursos audiovisuais de última geração (data show, computadores em rede), Biblioteca, Auditório, Hospital de Grandes Animais, Ampliação do Hospital Veterinário (hospital de pequenos animais), estacionamentos e campos de Estágios com ampliação dos convênios efetivados.

O **INTA**, com sua determinação, após pesquisa com a sociedade, solicitou ao MEC para funcionamento em 2009, os Cursos de **Farmácia** (Portaria MEC/SESu nº 183 de 06/02/2009) e **Nutrição** (Portaria MEC/SESu nº 1141 de 19/12/2008), com *Plano de Desenvolvimento* objetivo de atender as necessidades regionais na área da saúde. Os mesmos foram Autorizados e o início das atividades deu-se em 2009. No ano de 2011, reconheceu os Cursos de **Educação Física** (Portaria MEC/SESu Nº 286 de 22/07/2011); **História** (Portaria MEC/SESu nº 485 de 19/12/2011); **Serviço Social** (Portaria MEC/SESu 279 de 19/07/2011) e o Recredenciamento da IES. Em 2011 recebeu as visitas para **Credenciamento** da Instituição em Educação à Distância. No ano de 2012, reconheceu os Cursos de **Pedagogia** (Portaria MEC/SESu nº 12 de 02/03/2012), **Medicina Veterinária** (Portaria MEC/SESu nº 22 de 12/03/2012), **Fisioterapia** (Portaria MEC/SESu Nº 218 de 01/11/2012), **Enfermagem** (Portaria MEC/SESu Nº 275 de 14/12/2012). Neste ano recebeu também as visitas para autorização dos Cursos de **Pedagogia**, **História** e **Educação Física** na Modalidade à Distância, **Medicina** e **Direito**, ambos na Modalidade Presencial, implantou as Clínicas de Fisioterapia, Psicopedagogia e iniciou as atividades de mobilidade internacional (intercâmbio).

No ano de 2013, autorizou os Cursos de **Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo** (Portaria MEC/SESu nº. 119 de 15/03/2013) e **Arquitetura e Urbanismo** (Portaria MEC/SESu nº. 567 de 07 de novembro de 2013); o Reconhecimento do **Mestrado de Ciências Biológicas na área de Biotecnologia** (Portaria MEC/CAPES de nº. 1.296, de 31 de dezembro de

2013); e a Renovação de Reconhecimento do **Curso de Educação Física** (aguardando publicação no Diário Oficial da União); Renovação de Reconhecimento do **Curso de Pedagogia** (aguardando publicação no Diário Oficial da União). Também iniciou outra Mobilidade Internacional (Programa Ciências sem Fronteiras) .

No ano de 2014, foi autorizado o **Curso de Medicina** (Portaria MEC/SESu nº. 13 de 29 de janeiro de 2014); o Recredenciamento da IES (Portaria MEC/SESu nº. 70 de 30 de janeiro de 2014); o Reconhecimento do **Curso de Farmácia** (Portaria MEC/SESu nº. 112, de 14 de fevereiro de 2014); o **Credenciamento na Modalidade à Distância** (Portaria MEC/SESu nº. 392, de 6 de maio de 2014); Autorização do **Curso de Biomedicina** (Portaria MEC/SESu nº.212, de 27 de março de 2014); Autorização do **Curso de Educação Física na Modalidade à Distância** (Portaria MEC/SESu nº. 286, de 16 de maio 2014); Autorização do Curso de *Plano de História na Modalidade à Distância* (Portaria MEC/SESu nº. 287, de 16 de maio 2014) e Autorização do **Curso de Pedagogia na Modalidade à Distância** (Portaria MEC/SESu nº. 285, de 16 de maio 2014). Recebeu a visita *in loco* para os Cursos de Tecnologia em **Gestão em Segurança Privada** (Portaria MEC/SESu nº. 669 de 11/11/2014) e Bacharelado em **Engenharia de Produção** (Portaria MEC/SESu nº. 721 de 27/11/2014). Neste mesmo ano foi **Renovado o Reconhecimento dos Cursos de Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina Veterinária, Nutrição e Serviço Social** (Portaria MEC/SESu nº. 822 de 30/12/2014).

No ano de 2015, foi solicitado o Reconhecimento do Curso de **Bacharelado em Jornalismo**, Credenciamento para Centro Universitário, Autorização para os Cursos na Modalidade à Distância: **Gestão em Recursos Humanos, Bacharelado em Administração, Bacharelado em Teologia, Bacharelado em Jornalismo, Bacharelado em Serviço Social. O Curso de Licenciatura em História** (Portaria MEC/SESu nº 1.095 de 24/12/2015) teve seu Reconhecimento Renovado. Recebeu ainda neste mesmo ano, as visitas *in loco* para Recredenciamento da IES, Autorização do Curso de **Bacharelado em Odontologia e Bacharelado em Psicologia**.

No ano de 2016, foram autorizados os Cursos de **Bacharelado em Psicologia** (Portaria MEC/SESu nº 13 de 27/01/2016), **Bacharelado em Odontologia** (Portaria MEC/SESu nº 199 de 02/06/2016), Reconhecido o Curso de **Bacharelado em Jornalismo** (Portaria MEC/SESu nº 246 de 30/06/2016) e a Renovação de Reconhecimento do Curso de **Licenciatura em Pedagogia** (Portaria MEC/SESu nº 578 de 30/09/2016).

Neste interim, o **Instituto Superior de Teologia Aplicada – INTA** vem se destacando como uma Instituição séria, participativa na comunidade servindo a população, inclusive estabelecendo parceria com outras Instituições de Ensino Superior no sentido de acolher para aulas em nossos Laboratórios, utilização de nossa Biblioteca e Eventos Interinstitucionais.

O ano de 2016 entrou para a história das Faculdades INTA. Foi neste ano que O Ministério da Educação (MEC) visitou a Instituição de Educação Superior (IES) e decidiu que estava na hora de e promovê-la a Centro Universitário. Para chegar a esse veredito, a Comissão do Ministério avaliou cinco dimensões das Faculdades INTA: Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas de Gestão, Políticas Acadêmicas e Infraestrutura Física. A visita ocorreu entre os dias 26 a 28 de outubro e de acordo com o relatório de avaliação, o INTA atendeu a todos os requisitos e foi aprovado com louvor.

Durante a visita ao Campus da IES os avaliadores teceram muitos elogios e a maior parte das áreas avaliadas recebeu o conceito cinco (conceito máximo), como laboratórios, bibliotecas, práticas de ensino e aprendizagem, infraestrutura e projetos permanentes de responsabilidade social desenvolvidos por especialistas, professores e estudantes: Laços de Família, INTA na Comunidade, NAPI e Clínica de Psicopedagogia. Projetos que também deram às Faculdades INTA o Selo de Instituição Socialmente Responsável.

A Pró-Diretora de Desenvolvimento Pedagógico Institucional esclarece as vantagens dessa conquista: “Como Centro Universitário ganharemos mais autonomia na implantação de cursos, teremos maiores investimentos em pesquisa, faremos a chancela dos nossos diplomas, teremos a oferta de um maior número de mestrados, entre tantas outras vantagens que estarão disponíveis aos estudantes de Sobral e toda a região Norte do Ceará”, destacou.

Já o Reitor do UNINTA, Dr. Oscar Rodrigues Júnior, destaca o resultado da avaliação do MEC: “Essa nova conquista trouxe a todos nós que fazemos parte dessa família uma felicidade imensurável. Desde 1999 fazemos Educação Superior com dedicação e compromisso com a sociedade, por isso temos alcançado ao longo da nossa história valiosas conquistas”, ressalta ele.

De acordo com o Artigo 1º, do Decreto nº 5.786/2006, o Ministério da Educação diz que “os Centros Universitários são Instituições de Ensino Superior pluricurriculares, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecido à comunidade escolar”.

Apesar de trazer uma série de benefícios, a conquista também traz para o Centro Universitário uma série de obrigações, a expansão da infraestrutura e o compromisso de modernização das instalações, bem como das práticas pedagógicas. Com isso, já está em pleno andamento a construção de dois novos anexos, que abrigarão dezenas de novas salas de aula e laboratórios, que serão direcionados para a turma das áreas de humanas e ciências exatas.

Segundo o Pró-Reitor Executivo Institucional, Professor Especialista Daniel Rontgen Melo Rodrigues, a expansão do UNINTA é pensada e planejada para que futuramente a IES chegue ao status de Universidade. “Nosso objetivo é transformar o UNINTA em Universidade e seguir como uma referência da Região e do nosso Estado. Para isso seguimos investindo em melhorias e capacitação dos que fazem o Centro Universitário UNINTA. Tenho certeza que em breve Sobral terá a primeira Universidade particular do interior do Ceará”, salientou.

1.5.6.2. Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

A história da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) tem raízes fincadas nas estratégias da Diocese de Sobral para a propagação da fé cristã, através do ensino da filosofia e de temas afins, se tornando uma consequência da visão larga e do espírito empreendedor de Dom José Tupinambá da Frota. Com efeito, aquela Diocese foi a protagonista da criação da Faculdade de Filosofia de Sobral por iniciativa do então vigário capitular da Diocese Dom José Bezerra Coutinho. Tal faculdade foi autorizada a iniciar a oferta dos cursos de Letras, História, Estudos Sociais e Filosofia, pelo Decreto Estadual nº. 49.978, de 11 de janeiro de 1961. Inicialmente, se abrigou nos espaços do Colégio Sant’ana, fundado em 02 de janeiro de 1934, por Dom José Tupinambá da Frota, tendo lá funcionado até 1971. Posteriormente, passou a funcionar na sede do antigo seminário, onde está até hoje.

Depois, a Câmara Municipal de Sobral aprovou, influenciada por uma intensa mobilização popular tendo à frente o Cônego Francisco Sadoc de Araújo, em 23 de outubro de 1968, projeto que transformou o Decreto Estadual na Lei no 214, sancionada pelo então Prefeito Municipal de Sobral, Jerônimo de Medeiros Prado. Referida lei criou a Fundação Municipal Universidade Vale do Acaraú. A Universidade, recém instalada, passou a congregar as Faculdades de Educação, Ciências Contábeis, Engenharia de Operações, Enfermagem e Obstetrícia, além da Faculdade de Filosofia da Diocese de Sobral.

Em 10 de outubro de 1984, pela Lei Estadual nº. 10.933, a UVA foi encampada pelo Governo do Estado do Ceará, sob a forma de autarquia estadual, passando a se denominar Universidade Estadual Vale do Acaraú. Desta forma, passou a deter personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didática e disciplinar, vinculando-se à Secretaria de Educação do Estado. Os 16 anos que compreendem o período entre a criação da UVA pelo poder Público Municipal de Sobral, em 1968, e sua estatização, em 1984, foram bastante operosos.

Tanto é assim que, neste intervalo de tempo, foram criados mais cinco novos cursos em áreas estrategicamente escolhidas, de modo a estabelecer as bases para o reconhecimento da UVA. Em abril de 1990, pelo Decreto de nº 20.586, do então governador Tasso Ribeiro Jereissati, o professor José Teodoro Soares assumiu o reitorado *pró-tempore*, com a missão de fazer a consolidação da UVA, pela obtenção do seu reconhecimento como instituição universitária, condição imprescindível à sua expansão. Pela Lei Estadual nº 12.077-A, de 01 de março de 1993, a UVA foi mais uma vez caracterizada como Fundação, desta feita, vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Educação Superior, denominando-se, a partir de então, Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú, mas agora, passando a ser instituição de ensino superior de direito privado, com autonomia administrativa, financeira, disciplinar e didático-pedagógica, instrumentado-se pois, do ponto de vista jurídico-legal, para atender à intensa pressão da sociedade por aumento da oferta de cursos superiores no Ceará, mormente nas cidades do Interior. Como resultado do intenso trabalho que se seguiu àquele reordenamento jurídico-administrativo, a UVA obteve o seu primeiro reconhecimento como instituição universitária, portanto com responsabilidades no ensino, pesquisa e extensão, no dia 1º de junho de 1994, mediante a publicação no Diário Oficial da União da Portaria Ministerial no 821, de 31 de maio de 1994. Diploma legal antecedido pelo Parecer 11 no 318, do Conselho de Educação do Ceará, homologado pelo então governador Ciro Ferreira Gomes, também reconhecendo a Universidade Estadual Vale do Acaraú. O reconhecimento da UVA como instituição universitária, permitiu que ela se expandisse de maneira vigorosa ao longo dos últimos 19 (dezenove) anos. Ao final de 2013, a Universidade possuía, somente na sua sede em Sobral, 25 cursos, sendo 13 em licenciatura, 11 em bacharelado e 1 tecnológico; 10.421 alunos de mais de 40 municípios do estado do Ceará e 427 professores em atividade, sendo 321 efetivos e 106 substitutos.

CAPÍTULO II – REVISÃO DE LITERATURA

2.1 História da Educação Superior no Brasil

A princípio, cabe ressaltar que no Brasil a Educação Superior despontou tardiamente em relação aos outros países da América Latina de origem espanhola, que tiveram suas primeiras universidades implantadas já no século XVI, baseadas no modelo europeu. Devido a sua política de colonização, Portugal fazia oposição as iniciativas dessa natureza e mesmo entre os brasileiros, não se encontrava respaldo para a criação de Universidades, uma vez que, estudar na Europa parecia mais apropriado. Durante o período colonial, as únicas iniciativas ligadas à promoção da educação do povo partiram dos jesuítas, que tinham como propósitos catequizar os índios e educar os descendentes dos colonizadores, a elite da época. Aqueles que tinham interesse em formação acadêmica, tinham como destino principal Coimbra. (LUCKESI, 2003 *apud* SILVA FILHO, 2011)

De acordo com Vasconcelos (2009, p. 400):

Somente em 1808 com a vinda da família real, é que surgiu o primeiro interesse de se criar escolas médicas na Bahia e no Rio de Janeiro: em fevereiro de 1808 surge o Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia e em abril do mesmo ano a cadeira de Anatomia é criada no Hospital Militar do Rio de Janeiro. Em 1810, o Príncipe Regente assinou a carta de Lei de 4 de dezembro, criando a Academia Real Militar da Corte, que anos mais tarde se converteria na Escola Politécnica; o Decreto de 23/02/1808, que institui uma cadeira de Ciência Econômica; e o Decreto de 12/10/1820 que organizou a Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, depois convertida em Academia de Artes. Inicialmente, todos os cursos eram gratuitos e financiados com o "quinto da Coroa", que era um imposto cobrado sobre os produtos exportados do Reino e das Colônias.

Desde sua constituição, portanto, o ensino superior no Brasil teve uma natureza profissionalizante, elitista e imediatista à medida que atendia a pequena nobreza e seus descendentes e principalmente, as necessidades militares do Brasil Colônia e sua Corte. A questão do foco na formação prática, técnica, acompanhou também o contexto mundial, pois com a Revolução Industrial no século XVIII a formação humanística cedeu espaço à uma formação mais profissionalizante. (SILVA FILHO, 2011)

Com a Proclamação da Independência do Brasil, cresceu o número de escolas superiores. Em 1843 e 1847, houve a tentativa de criar a Universidade de Pedro II e o

Visconde de Goiânia, mas sem êxito. Já em tempos de República, a Constituição de 1891 não remeteu ao tema Universidade. Apenas em 1912, no Estado do Paraná, por iniciativas locais, surgiu a primeira universidade brasileira e em 1920 nasceu a Universidade do Rio de Janeiro. (VASCONCELOS, 2009)

A partir de 1930, a educação superior passa por um processo de transformação e ordenação. A educação passa a ser tratada como direito público e regulamentada pelo Estado. Tem início a constituição de um *Welfare State* no Brasil, mas marcado por políticas de caráter populista e desenvolvimentista. As políticas sociais adquiriram relevância, mas não ao ponto de equiparar-se as políticas econômicas. A universalização do ensino estava muito distante, a ponto desse direito não constar das Constituições. (JOHNSON, 2011)

As Universidades criadas à época, não seguiram como espaços de livre debate das ideias, tendo em vista o período de ditadura com a implantação do Estado Novo. Nesta época, de política autoritária do governo, foi criada a União Nacional dos Estudantes - UNE, que defendia uma universidade aberta, redução das taxas cobradas, eleições de dirigentes/reitores, liberdade de pensamento e expressão.

O início da década de 50, foi um marco histórico trazendo modernização para ensino superior, como consequência da busca pela inserção da economia brasileira no mercado internacional. Entre as décadas de 50 e 70 várias universidades foram criadas, estaduais, municipais e particulares, seguindo as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que passou a vigorar em 1961. Neste ano, foi criada a Universidade de Brasília, já com uma concepção de modelo ideal de universidade brasileira, resultante de um processo de reflexão nacional, privilegiando aspectos culturais. Porém, as políticas sociais à época eram basicamente de caráter assistencialista e com objetivo de reprimir movimentos sociais reivindicatórios. (VASCONCELOS, 2009)

O processo de industrialização da década de 70, com a crescente divisão técnica do trabalho, progressiva acumulação do capital e surgimento das tecnologias de informação, exigiu a expansão do ensino superior. Ademais, a causa ganhou apoio da sociedade em geral e rompeu os muros das Universidades. A questão do desenvolvimento social passou a ter

maior relevância, mas as políticas estatais ainda não atendiam satisfatoriamente as demandas sociais.

No caso do Brasil, o processo expansionista de industrialização, quase totalmente assente no endividamento externo, entre 1968 e 1979, conduziu, sobretudo depois de 1975, a uma profunda crise financeira cujos efeitos se tornaram particularmente graves a partir de 1981-1983 e que se prolonga até hoje. A crise financeira do Estado repercutiu-se na universidade pública, tanto mais que simultaneamente aumentou a demanda social pela expansão da educação básica. (SANTOS e ALMEIDA FILHO, 2008, P.16)

O Estado adotou medidas direcionadas a aumentar o número de vagas no ensino superior e mudar as formas de ingresso/processo seletivos, mas não foi capaz de atender a democratização do acesso e a demanda reprimida. Como consequência, o setor privado supriu esse nicho de mercado de forma bastante agressiva,.

Durante o regime militar (1964-82), os danos à vida acadêmica foram avassaladores. Contudo, foi também neste período que as universidades receberam os maiores impulsos, principalmente no campo das pesquisas científicas e tecnológicas (CUNHA, 2000 *apud* SILVA FILHO, 2011).

Com o fim da ditadura, a universidade tornou-se um dos principais agentes da redemocratização do país. A Constituição Brasileira de 1988 foi um marco, incorporando questões relacionadas à educação e a assistência social de forma geral. Segundo Vasconcelos (2009, p.402), "A trajetória histórica da Assistência Estudantil no Brasil está conectada com a trajetória da política de Assistência Social, pois ambas despontam a partir dos movimentos sociais que lutaram pelo fim do regime militar e a promulgação de uma nova Constituição Federal."

Segundo Oliveira (1999), a CF/88 foi a primeira a contemplar explicitamente a declaração dos Direitos Sociais, dando ênfase à educação e maior precisão jurídica à redação. Inclusive, ampliou o dever do Estado àqueles que não tiveram acesso à educação na idade adequada. Fator inovador, também, foi a indicação de mecanismos capazes de assegurar tais direitos (mandado de segurança coletivo, o mandado de injunção e a ação civil pública).

No artigo 205, afirma-se: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família.” No 206, especifica-se que: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] IV gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais”. Inova-se a formulação da gratuidade, assegurando-a em todos os níveis na rede pública, ampliando-a para o ensino médio, tratada nas Constituições anteriores como exceção e, para o ensino superior, nunca contemplada em Cartas anteriores. (OLIVEIRA, 1999, P.62)

Uma nova LDB passou a ser exigência constitucional, dada as convergências e divergências entre os avanços constitucionais alcançados e o texto da Lei nº 4.024/61 com a redação dada pela Lei nº 7.044/82 e da Lei nº 5.540/68. Para uma continuidade jurídica viável era imprescindível uma nova legislação com coerência de concepções, inclusive de nomenclaturas, questões relativas a gratuidade e qualidade utilizadas pelo sistema educacional brasileiro.

Com a Lei 91.131/95 dá-se a formalização do Conselho Nacional de Educação (CNE), em decorrência da extinção do Conselho Federal de Educação e consequente regulamentação da avaliação da educação, com ênfase na educação superior. Em paralelo, tramitam dois projetos da nova LDB. Um dos projetos oriundo da Câmara dos Deputados bem mais analítico e outro oriundo do Senado, mais sintético.

Apesar dos avanços conquistados com CF/88, que em seu Art. 3º define que:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

I- Garantir o desenvolvimento nacional;

II Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

III Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O cenário internacional apontava para a redução do papel do Estado nas questões sociais, com a retirada dos gastos sociais de sua estrutura. O Estado era apontado como causador da crise. Era preciso um realinhamento das funções estatais, inicialmente assegurando a governabilidade através de medidas de ajuste fiscal.

2.2. O Ensino Superior na Década de 90 e suas Modificações.

De acordo com a literatura internacional, nos últimos anos, tem se dedicado a explicar as semelhanças institucionais e organizacionais entre os sistemas sociais em diversas partes do mundo" As instituições do Estado-Nação, incluindo o próprio Estado-Nação, são moldadas a nível supranacional pela ideologia, valores e processos dominantes do Ocidente, e não tanto como criações autônomas e específicas" (Magalhães, 2004, p.342). Atores como a UNESCO, a OCDE, o Banco Mundial e o FMI, serviram de fontes de legitimação das mudanças nas políticas nacionais, inclusive, para o setor educacional. (MAGALHÃES, 2004)

O modelo de financiamento público da economia capitalista entrou em crise levando ao rompimento do ciclo virtuoso do *Welfare State*. As necessidades sociais se mostraram superiores a capacidade de crescimento dos países em geral, exercendo forte pressão sobre os orçamentos e aumentando a grau de endividamento público. Não se tratava de mais uma crise cíclica do capitalismo, mas de um problema estrutural que demandava reformas também estruturais, exigindo um redimensionamento das esferas pública e privada.

A partir de 1995, as reformas no Brasil foram inspiradas nos modelos gerencialistas, com propósito central de elevar a performance, mantendo os objetivos de ajuste fiscal, mas focalizando a questão da mudança institucional, conforme diretrizes estabelecidas por agência multilaterais e organismos internacionais como FMI e Banco Mundial. Propunha a divisão das funções governamentais em exclusivas, não exclusivas e de mercado, introduzindo novas organizações, como agências executivas e regulatórias. Também o conceito de público passa por transformações, incorporando o público não estatal, que seriam as instituições privadas que atuam com propósito de atender a interesses públicos, como hospitais e instituições de ensino.

Nos anos 90, embora o ajuste estrutural permaneça entre os principais objetivos, a ênfase deslocou-se para a reforma do Estado, particularmente para a reforma administrativa...como reconstruir o Estado - como redefinir o novo Estado que está surgindo em um mundo globalizado.(Bresser Pereira, 1997 *apud* SILVA JR., SGUISSARDI, 1999, p.27).

Buscava-se ajustar o Estado aos parâmetros de eficiência e eficácia exigidos pela globalização que levaram o Brasil e o Mundo a buscar uma administração pública menos burocrática e mais gerencial, sendo então abandonado no campo das políticas sociais o universalismo e sendo adotadas políticas específicas, emergenciais, inclusivas compensatórias e focalizadas para atendimento de necessidades históricas. Nestes modelos gerencialistas, de administração por objetivos, são tratados como maior destaque os critérios de eficiência, que medem a relação dos recursos utilizados, sejam econômicos ou administrativos *versus* produtividade e critérios de eficácia, que pressupõe medir o nível de alcance das metas e objetivos traçados. (SILVA JR., SGUISSARDI, 1999)

De acordo com SANDER (1995), essa conceituação é uma problemática de difícil solução. Há uma indefinição terminológica e semântica generaliza, tornando prática comum a inversão de eficiência com eficácia, eficácia com efetividade e efetividade com relevância, além de traduções da palavra *effectiveness* para efetividade e não eficácia. Já a tradução de efetividade para o inglês é *responsiveness*. Ainda segundo SANDER (1995) autores clássicos divergem sobre os conceitos de eficiência e eficácia e os autores modernos não diferenciam claramente efetividade e relevância.

No início do século XX, dentro do contexto econômico de consolidação da Revolução Industrial, a administração universitária apoiava-se basicamente no critério de eficiência, critério de natureza econômica que mede a capacidade de se produzir o máximo com um mínimo de recursos possíveis, é um critério de racionalidade econômica, desprezando aspectos humanos, políticos e éticos, busca-se produtividade. (SANDER, 1995)

Após a Segunda Guerra Mundial, pensadores neoclássicos colocaram em prática o modelo de administração por objetivos, que adota o critério de eficácia como seu condutor, que se traduz na capacidade institucional de produzir o efeito almejado, ou seja, alcançar as metas e objetivos traçados. Na gestão da educação, essa busca pela eficácia diz respeito a questão pedagógica, à consecução dos objetivos educacionais. Na maioria das vezes, portanto esse critério de natureza institucional se sobrepõe ao de natureza econômica na administração universitária. (SANDER, 1995)

Nas décadas seguintes à Segunda Guerra, o conceito de efetividade passou também a pautar as práticas administrativas, refletindo a capacidade da instituição de atender as

demandas da sociedade em geral, um critério político, portanto. Em certos aspectos, a questão da efetividade está ligada a responsabilidade social, na medida em que a Instituição busca caminhos para o crescimento econômico e social também do meio em que está inserida, tornando esse critério mais amplo que os critérios técnicos de eficiência e eficácia.

A implementação de políticas públicas focalizadas representam:

Várias vantagens para as elites conservadoras, que geralmente conduzem as reformas. Em primeiro lugar, os benefícios focalizados reduzem custos; os setores no extremo da pobreza são conquistáveis com recursos limitados. Afinal, pobre custa pouco, muito pouco. Em segundo lugar, racionalizam a velha política de clientela. Benefícios dirigidos e particularizados não correm o risco político de serem confundidos com medidas que criam direitos universais ou bens públicos, sempre submetidos, estes últimos, a demandas de extensão e generalização. Permitem também a distribuição mais discricionária dos recursos. Além de seletivos (e por causa disso), têm mais chance de impor condições à concessão, dando forma mais clara às manifestações de gratidão dos beneficiados. (Moraes (2001 *apud* APRILE, BARONE, 2009, p.45).

Este novo modelo de Estado brasileiro, fruto das reformas neoliberais¹ implementadas, se por um lado promoveu a redução do papel do Estado, como na produção de bens e serviços em função da privatizações de empresas estatais, aumentou a demanda da sociedade por políticas capazes de solucionar as desigualdades sociais cada vez mais acentuadas promovidas pelo sistema capitalista, pelas leis de livre mercado.

Neste contexto, de economia globalizada, deixando muitos à margem do desenvolvimento econômico e social, o papel da educação mostrou-se então ainda mais crucial. Do ponto de vista de seus resultados pode-se dizer que a educação é um dos pilares de formação de uma Nação, assegura a formação dos valores essenciais para a vida democrática e é o maior mecanismo de promoção de igualdade de oportunidades e de equidade social, rompendo com o ciclo vicioso da pobreza.

Educação é o suporte essencial, porque, no lado formal, instrumenta a pessoa com a habilidade crucial de manejar a arma mais potente de combate que é o conhecimento e, no lado político, alimenta a cidadania. Sociedade educada é aquela composta de cidadãos críticos e criativos, capazes de indicar o rumo histórico, coletivamente pretendido, sobretudo desenvolver, maximamente, a oportunidade histórica disponível.(Demo. 2001, p 47)

O sistema de educação brasileiro na década de 90, passou por transformações que de certa forma foram aplicados ao Estado como um todo, na busca pela democratização e restauração da capacidade de coordenação e planejamento, tais como: descentralização, participação popular, gestão por resultados, premiação de iniciativas e padronização dos processos avaliativos. Nesta década, foram priorizados pelo Governo os investimentos em educação básica e a falta de financiamento impediu a expansão e modernização do ensino superior.

Pode-se dizer que nos últimos trinta anos a crise institucional da universidade na grande maioria dos países foi provocada ou induzida pela perda de prioridade do bem público universitário nas políticas públicas e pela consequente secagem financeira e descapitalização das universidades públicas. (Santos e Almeida Filho .2008, p. 16).

Seguia-se a tendência mundial de desregulação do ensino superior público e abertura ao setor privado, que teoricamente seria capaz atender as pressões do meio ambiente organizacional. O setor educacional expandia-se em todo o mundo, para alguns autores, acontecia a globalização da educação direcionada pelos organismos internacionais e transnacionais. Dale (2000 *apud* MAGALHÃES, 2004), argumenta que na educação, a globalização não é meramente reflexo da cultura e modelos ocidentais, baseada em valores, que se difundem mundialmente, mas sim, é um arranjo de ordem político-econômica para a economia global de forma a assegurar a manutenção e continuidade do sistema capitalista, ou seja, a globalização da educação serve basicamente aos interesses capitalistas.

Nas IES brasileiras recursos orçamentários de outros custeios e capital foram contingenciados, não foi autorizado o preenchimento de novas vagas de docentes e técnico-administrativos, houve um arrocho salarial, levando a um esvaziamento do quadro de recursos humanos das Instituições em função de aposentadorias e desligamentos. Muitas dessas aposentadorias foram incentivadas, levando uma migração de mão-de-obra docente de instituições públicas para privadas. Pregava-se a modernização do sistema educacional superior baseada em afirmativas que o modelo de universidade brasileira é de universidade de pesquisa (modelo humboldtiano), modelo considerado de alto custo e cujo financiamento público seria impossível a médio prazo, além de que, não atendia a crescente demanda e não formava profissionais conforme as exigências do mercado. (SILVA JR.; SGUISSARDI; 1999).

As consequências das políticas de caráter neoliberal empreendidas para enfrentar as crises fiscal, do fordismo, do Estado do Bem-Estar Social e do enfrentamento da inserção no mundo globalizado vão representar verdadeira reforma para a educação brasileira.(Peixoto 2005, *apud* SILVA FILHO, 2011, p.25).

Segundo Minto (2006, p.246) algumas das práticas adotadas vieram apenas sedimentar o objetivo de beneficiar o setor privado, conforme ocorreu em épocas anteriores quando se tratou de reformas do ensino superior. Manteve-se o discurso de que a universidade pública era ineficiente e pouco dinâmica devido a pesada estrutura destinada a pesquisa e a baixa produtividade dos serviços públicos em geral.

Em 20 de dezembro de 1996, após debates que duraram cerca de seis anos, foi sancionada a Lei 9394/96, atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, denominada oficialmente Lei Darcy Ribeiro, baseada nos princípios democráticos presentes na CF/88 - "Constituição Cidadã", como o direito universal à educação, justiça social e gestão democrática da educação presentes no Art. 205 e nas premissas do Art. 206 que afirmam que:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III. - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV. - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V. - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI. - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

A LDB de 1996 trouxe como inovações a inclusão da educação infantil como primeira etapa da educação básica, reconhecimento do direito à diferença, havendo a regulamentação do ensino a pessoas com necessidades especiais, aos índios e da educação de jovens e adultos.

Também foram iniciadas as tratativas sobre a criação do Plano Nacional da Educação – PNE, que veio atender ao Art. 214 da CF/88 através da Lei 10.172/01, cujo projeto sofreu inúmeros vetos presidenciais, principalmente relativos a questão de financiamento do sistema educacional, tornando o PNE uma plano mais declaratório do que obrigatório. Seguindo a mesma linha adotada quando da aprovação da LDB/96 que veio a substituir LDB/61, a opção do governo neoliberal a época foi claramente pelo projeto do PNE mais sintético oriundo do Executivo em detrimento ao mais analítico e abrangente fruto de trabalhos da sociedade civil, embora dispositivos constitucionais tenham contido a tendência de retirada do Estado de determinadas atividades econômicas e limitação de certos direitos sociais relativos a educação. (MINTO, 2006)

Em relação ao ensino superior, a nova LDB não reafirmou o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (MINTO, 2006) e foram retirados do projeto ou depois vetadas as principais questões relativas ao financiamento da educação, levando aos que muitos chamam de "mercantilização" do ensino. Foi ratificado um dos principais pressupostos relativos a política educacional à época, ou seja, o volume de recursos destinados para educação pública era satisfatório, o que se fazia necessário era aumentar a eficiência.

Segundo CUNHA (2007), com a LDB/96 teve início no setor educacional uma tentativa de transposição do capitalismo patrimonial para o capitalismo concorrencial. Apesar das IES privadas posteriormente assegurarem através da Justiça Federal a continuidade de seus benefícios, os investimentos no setor deixariam de receber concessões tão diferenciadas em relação as concedidos para outros setores econômicos. Sendo a educação um ramo lucrativo, não haveria porquê manter privilégios como isenção de tributos as empresas do setor, reafirmando a concepção mercantil dada à educação. Essa lógica também é defendida por Otranto (2006), que afirma que a educação para a Organização Mundial do Comércio - OMC é tratada como mercadoria, uma vez que o setor de serviços educacionais é extremamente atrativo em economias emergentes como a brasileira.

Dentre as diretrizes do Banco Mundial está a autonomia das instituições federais de ensino superior. Contudo, essa autonomia diz respeito a questão do auto financiamento,

uma vez que, a estrutura dessas instituições é considerada muito dispendiosa para o Estado, destinatárias de altos subsídios. Alternativas são apontadas pelo Banco Mundial, como o incentivo à privatização e busca de fontes alternativas de financiamento, que incluiriam a cobrança de mensalidades integrais ou parciais. As IES se transformariam em entidades públicas de natureza privada, submetendo-se ao controle estatal, comunitário e do mercado. Seriam gerenciadas por contratos de gestão com o Estado, administradas por um Conselho Comunitário e financiadas de forma complementar pelo mercado que levaria em conta critérios de eficiência e qualidade dos serviços prestados. (SILVA JR.; SGUISSARDI; 1999).

A expansão exacerbada do ensino superior privado na década de 90 reforçou a problemática da qualidade dos serviços educacionais prestados seja pelo setor público ou privado. Esta problemática esteve na origem da criação de um sistema nacional de avaliação da educação superior, com objetivo de avaliar as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. Os pressupostos básicos da avaliação são identificar e avaliar as ações institucionais de forma a aumentar sua eficácia e efetividade acadêmica e social. Os resultados dessa avaliação devem orientar a expansão do número de vagas no ensino superior e reforçar os compromissos sociais da IES.

2.3. Condições de permanência na educação superior.

Considerando o foco, questiona-se em que medida as ações de assistência estudantil podem possibilitar maior ampliação do acesso, permanência e diplomação na educação superior. Segundo Bardagi e Hutz (2009), a literatura apresenta variadas causas para a evasão na educação superior, como descontentamento com horários das disciplinas, falta de cursos noturnos, impossibilidade de conciliar trabalho e estudo, mau relacionamento professor aluno, pouca integração social à universidade, expectativas não correspondidas e falta de informações sobre curso e profissão, mau desempenho acadêmico e reprovações, problemas financeiros.

Ao lado desses fatores, a questão socioeconômica tem impacto direto na continuidade dos estudos. Nesse sentido, é fundamental pensar em estratégias para uma efetiva democratização da educação, que inclua ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, além de políticas que possibilitem a permanência dos estudantes no sistema educacional (Vasconcelos, 2010). Isso porque, nos termos de Felicetti e Morosini (2009, p. 11), “questões como sexo, raça, condições

socioeconômicas, idade ou deficiências não podem ser fatores que venham a se tornar obstáculos para o acesso, para a participação, ou para os resultados obtidos no Ensino Superior”.

Na visão de Vargas (2008), as desigualdades de acesso aos capitais econômico, social e cultural geram necessidades específicas para os estudantes e influenciam as possibilidades de conclusão dos estudos. Nesse sentido, dificuldades de cunho econômico podem interferir na trajetória acadêmica de estudantes de baixa renda, seja através da falta de recursos necessários para o acesso a importantes bens e práticas culturais, seja pela necessidade de conciliar estudos e trabalho (Vargas, 2008, p. 50).

Na mesma direção, Finatti et al. (2007, p. 248) afirmam que, “para que o aluno possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar, à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, entre outras condições”. Vasconcelos (2010) também compreende que a assistência estudantil possibilita os recursos para a superação dos obstáculos para o bom desempenho acadêmico, o que permite que o estudante desenvolva sua graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando situações de abandono e trancamento de matrícula.

Nesse contexto, ganha relevância a política de assistência estudantil, compreendida por Barbosa (2009, p. 39) como o conjunto de políticas realizadas através dos programas de Promoção, Assistência e Apoio, que têm como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes nos estabelecimentos de ensino superior, melhorando sua qualidade de vida e conseqüentemente seu desempenho acadêmico e de cidadãos.

Entende-se que os programas e projetos de assistência estudantil devam ser desenvolvidos como instrumentos de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes nas instituições públicas, tendo como pressuposto que a Assistência Estudantil é uma política essencial no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão.(AMARAL, NASCIMENTO, p.3, 2010).

Destaca-se que a assistência estudantil tem grande relevância no contexto brasileiro devido às suas altas taxas de desigualdade social, que se expressam na permanência dos estudantes nos seus cursos de graduação (Araújo, 2003). Pesquisa publicada pela Andifes (2011) mapeou o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais

brasileiras em 2010 e identificou que 41% das famílias dos estudantes recebem até três salários mínimos. Essa distribuição ocorre de forma desigual nas regiões brasileiras. No Nordeste e no Norte, esse percentual é de 50% e 63%, respectivamente, enquanto nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste é de aproximadamente 30%.

Além disso, a pesquisa apresentou dados relevantes sobre fatores que possibilitam a permanência na universidade, como transporte e moradia. Em relação ao transporte, 56,6% dos estudantes responderam utilizar transporte coletivo, em 2010, enquanto em 1996/1997, esse meio de transporte era usado por 60,6% dos estudantes. Sobre as condições de moradia, 2,5% dos estudantes moram em residências universitárias, com destaque para a região Norte, com o menor percentual de estudantes nessa condição equivalente a 0,63%, e no Sul, onde o percentual é maior, 3,46%.

Destaca-se ainda que a relevância da assistência estudantil está expressa no Plano Nacional de Educação (Brasil, 2001), que estabelece como um dos objetivos e metas da educação superior, “estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrarem bom desempenho acadêmico”.

Na leitura de Araújo (2003), a assistência ao estudante é permeada por ambiguidades e contradições, ora entendida como investimento, ora como direito de cidadania. Por outro lado, é caracterizada pela seletividade dos carentes e na capacidade individual do estudante. Na mesma direção, Barbosa (2009) observa a tensão entre os critérios de necessidade e aqueles baseados em aspectos meritocráticos, resultantes da escassez de recursos na área.

De modo geral, a política de assistência estudantil junto aos estudantes de universidades públicas tem se caracterizado na contemporaneidade por sua natureza focalizada; pela inexistência de mecanismos de controle social sobre a mesma; pela terceirização dos serviços; pela concessão de bolsas financeiras para apoio à moradia, alimentação, transporte em detrimento da oferta de serviços como restaurante universitário, residência estudantil, entre outros. (Angelim, 2010, p. 2)

Ressalta-se ainda que todo o processo de construção da assistência estudantil do Brasil foi marcado por lutas e disputas políticas.

Ao longo de toda a criação e desenvolvimento político, econômico e social das universidades no Brasil, através de alguns segmentos sociais, da base estudantil, os

docentes e representantes do sistema educacional travaram várias lutas e embates para a conquista da educação com qualidade e melhoria do ensino público. Uma delas foi assegurar a assistência estudantil, significando um avanço no acesso à universidade (Barbosa, 2009, p. 62).

De acordo com Vasconcelos (2010), a trajetória da assistência estudantil está conectada com a trajetória da assistência social, sendo as duas resultantes de lutas de movimentos sociais no contexto do fim da ditadura militar e promulgação da Constituição Federal de 1988. Nesse contexto, a autora destaca que surgiram duas grandes frentes de discussão política sobre as questões relativas à assistência social: o Fórum Nacional de Pró- reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que defendiam a integração regional e nacional das instituições de ensino superior, visando garantir igualdade de oportunidades para os estudantes das Instituições Estaduais de Ensino Superior (IES) na perspectiva do direito social. Isso inclui a permanência e conclusão do curso e a prevenção da retenção e evasão escolar por motivos socioeconômicos.

Para Araújo e Bezerra (2007), além do Fonaprace e da Andifes, outras entidades engajadas na luta pela efetivação da assistência estudantil são a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Secretaria Nacional de Casa de Estudantes (Sence). Por outro lado, segundo Costa (2010), as principais associações do setor privado, como a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), não demonstram preocupação em elaborar políticas e projetos nessa área.

Percebe-se, então, que apesar de se reconhecer os aspectos socioeconômicos como um importante elemento que possibilita a permanência de estudantes nas instituições de educação superior, a assistência estudantil é um campo de disputas a ser consolidado enquanto uma política pública. É nesse cenário que se contextualiza o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com foco no impacto dos fatores socioeconômicos na permanência dos estudantes no ensino superior.

2.4. Evasão no Ensino Superior

A caminhada para a universalização do acesso ao ensino superior que teve início no final da década de 60 e início da década de 70 trouxe consigo a problemática da evasão. As IES em geral, privadas ou públicas, não institucionalizaram mecanismos para assegurar e permanência e conclusão do curso dos alunos ingressantes no sistema. As privadas investem considerável volume de recursos em ações de marketing para atrair novos alunos, mas não preocupam-se com a questão de fidelização do cliente. Por outro lado, as universidades públicas até recentemente, não se preocupavam em estudar a complexidade das relações que permeiam a vida acadêmica a fim de diagnosticar, eliminar ou minimizar as causas que levam o aluno a abandonar seu curso de graduação.

Atualmente, a evasão tornou-se um dos problemas centrais das instituições de ensino superior e tornou-se alvo de constantes trabalhos científicos que embasam as políticas públicas desenhadas para equacionar o problema. Contudo, a evasão não é um problema exclusivo das instituições brasileiras, mas sim, um problema mundial que representa ociosidade do quadro de pessoal, instalações físicas e equipamentos.

As políticas públicas direcionadas a minimizar os impactos da evasão no ensino superior brasileiro, têm em seu âmago as diretrizes das políticas neoliberais, ou seja, a preocupação principal diz respeito a baixa *performance* do sistema IFES. Portanto, há críticas em relação a falta de preocupação com onexo causal desse fenômeno que em algumas áreas como formação de professores ou ciências exatas leva a um índice de formandos que não chega a 20% do número de ingressantes (BRAGA, PEIXOTO, BOGUTCHI, 2003). Segundo Lobo *et al.* (2007, p. 653) "... a área de Ciências, Matemática e Computação tem uma taxa em torno de 28%, consideravelmente acima, portanto, da média nacional, abaixo apenas da evasão anual média registrada nos cursos de Serviços."

Mundialmente, verifica-se que a evasão é duas a três vezes maior no primeiro ano de curso quando comparada com os anos seguintes. A evasão deve ser analisada sob dois prismas, parecidos mas não idênticos, que estão ligados mas não diretamente:

1. A evasão anual média mede qual a percentagem de alunos matriculados em um sistema de ensino, em uma IES, ou em um curso que, não tendo se formado, também não se matriculou no ano seguinte (ou no semestre seguinte, se o objetivo for acompanhar o que acontece em cursos semestrais). Por exemplo, se uma IES tivesse 100 alunos matriculados em certo curso que poderiam renovar suas matrículas no ano seguinte, mas somente 80 o fizessem, a evasão anual média no curso seria de 20%.
2. A evasão total mede o número de alunos que, tendo entrado num determinado curso, IES ou sistema de ensino, não obteve o diploma ao final de um certo número de anos. É o complemento do que se chama índice de titulação. Por exemplo, se 100 estudantes entraram em um curso em um determinado ano e 54 se formaram, o índice de titulação é de 54% e a evasão nesse curso é de 46%. (LOBO *et al.*, 2007, p. 642)

Um dos principais motivos apontados pelas instituições de ensino, como também pelos estudantes, como motivador da desistência do curso é o aspecto financeiro. Porém, estudos já demonstraram que esse não é o único fator causal, podendo inclusive ser superado por outros fatores mais diretamente ligados as atividades acadêmicas. Os parâmetros socioeconômicos e posição de classificação no processo seletivo perde lugar para questões relacionadas a repetência, por exemplo. Segundo Braga, Peixoto e Bogutchi (2003, p. 164) "Há uma configuração específica do problema nas séries iniciais, indicando a necessidade de compreender o que ocorre nessa etapa de adaptação do estudante à organização da ação pedagógica no ensino superior"

O Brasil tem poucos estudos sistemáticos e dados nacionais sobre evasão. Por esse motivo, o Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da tecnologia decidiu realizar um trabalho de coleta e organização de dados sobre a evasão brasileira, acrescentando dados internacionais para comparação, no intuito de contribuir com a comunidade acadêmica brasileira para o aprofundamento dos estudos sobre tema tão relevante. (LOBO *et al.*, 2007, p. 643)

A partir da sistematização de dados divulgados pelo INEP é possível acompanhar o fenômeno da evasão no ensino superior brasileiro e concluir que as médias não desviam-se muito dos parâmetros internacionais, apesar da forte variação entre instituições públicas e privadas. A predominância do número de instituições privadas sobre as instituições públicas de ensino superior indica que os índices gerais de evasão sofrem forte influência do comportamento das IES privadas, mais diretamente do conjunto de faculdades privadas.

A evasão anual média entre 2000 a 2005, para o conjunto formado por todas as IES do Brasil...foi de 22%. A evasão anual nas IES públicas tem oscilado em torno dos 12%, variando entre 9 e 15% no período, enquanto as IES privadas mostram uma oscilação em torno de 26%, contra uma taxa nacional típica de 22%. Obviamente, como as IES privadas detêm a maioria dos alunos no ensino superior, seu peso é maior e a média nacional está mais próxima de seus índices. (LOBO *et al.*, 2007, p. 647 e 648)

Outro fato que merece atenção diz respeito a crescente ociosidade de vagas, principalmente mas não exclusivamente, no sistema privado. Os dados do INEP do Censo 2011 mostram que a relação Ingressos/Vaga Oferecida por Processo Seletivo no geral é de 0,5, sendo no sistema público de 0,9 e no sistema privado de 0,5. Isso demonstra que a expansão no setor privado já atingiu seu limite e a transferência de recursos públicos ao setor privado via renúncia fiscal decorrentes de programas de bolsas como o PROUNI não estão sendo suficientes para resolução desta questão. Nas IES há a necessidade de se trabalhar mais ativamente com programas internos de ocupação de vagas ociosas.

Podemos concluir que, o fator socioeconômico tem influência sobre as taxas de evasão, muito embora não seja predominante, muito menos, exclusivo. O fator socioeconômico acaba sendo mais influente na fase de inscrição no processo seletivo, na definição do curso escolhido. A ampliação do acesso ao ensino superior, com abertura de cursos noturnos, programas de ocupação de vagas ociosas e políticas direcionadas a manutenção e conclusão dos cursos de graduação têm contribuído para tratar sistematicamente a problemática da evasão. Contudo, o principal problema parece residir nos primeiros anos dos cursos, o que implica dizer que é preciso que as instituições se adaptem as realidades do mundo atual quanto as metodologias de ensino e adequações curriculares a fim de reduzir os índices de evasão e por consequência os desperdícios físicos e financeiros.

O levantamento realizado do perfil socioeconômico dos estudantes da IES que comprova que grande parte dos estudantes e suas famílias podem deparar-se com dificuldades financeiras para assegurar a manutenção e conclusão do curso de graduação e assim muitas vezes passam a engrossar as estatísticas de evasão ou mesmo nem chegam a ingressar no sistema de ensino superior em decorrência da consciência dessas possíveis

dificuldades que farão parte de seu cotidiano na vida acadêmica reforçam a importância de analisar as características e abrangência do PNAES.

2.5. Política de Assistência Estudantil: Aspectos Históricos Legais.

Segundo dados do FONAPRACE (2000), a política de Assistência Estudantil foi marcada pela deterioração de seus programas básicos: os programas de alimentação (restaurantes universitários) e de moradia (casa de estudantes), provocando o sucateamento das universidades. Apesar da LDBEN e a Constituição de 1988 considerarem a permanência dos estudantes nas IES como direito, estas prerrogativas jurídicas não destinavam verbas específicas para atendimento aos estudantes pobres.

A pressão do FONAPRACE em parceria com os estudantes levou o governo a implementar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que prevê recursos específicos para assistir aos estudantes em situação vulnerável. A política de atendimento ao estudante ocupa um espaço privilegiado pelos gestores de políticas públicas. Fato confirmado pela inserção desta política em uma das dez dimensões do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

Assim, a política de atendimento ao estudante compõe a dimensão 9 do SINAES. No documento produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) que estabelece as diretrizes para as universidades avaliarem essa dimensão, as políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes são consideradas prioridades (INEP, 2004)

Neste sentido, as universidades públicas obrigatoriamente devem contemplar sua política de atendimento ao estudante nos seus relatórios.

2.6. Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e os dispositivos legais

Ações na área de assistência estudantil não são recentes, como visto na seção anterior. Porém, percebe-se uma escassez de pesquisas sobre essa temática. (Vargas, 2008; Menezes, 2003; Garrido; Mercuri, 2013) A literatura senta, em sua maioria, estudos de casos e não pesquisas nacionais ou regionais, o que torna a leitura sobre a realidade da assistência estudantil fragmentada.

Há estudos como o do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Ramalho, 2013); Universidade Federal do Vale do São Francisco (Angelim, 2010); da Universidade de Brasília, tratando da situação de saúde mental de estudantes residentes na moradia estudantil (Osse; Costa, 2011); da Universidade Federal de Minas Gerais, relacionando questões socioeconômicas e culturais dos estudantes com auto avaliação organizado pelas suas respectivas Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A fundamentação legal do PNAES surge no Decreto nº 7.234/2010, tendo como finalidade ampliar as condições de permanência na educação superior pública federal. Com o objetivo de democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, o programa busca minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, reduzindo as taxas de retenção e evasão, contribuindo para a promoção da inclusão social pela educação, (PINHEIRO 2014).

As ações de assistência estudantil do PNAES são desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superlotação (BRASIL, 2010).

A assistência aos discentes será executada por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, devendo considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. Cabendo às instituições federais definir os critérios e a metodologia de seleção dos discentes, sendo prioritariamente atendidos, estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. (BRASIL, 2010).

O PNAES foi instituído em âmbito federal pela Portaria Normativa 39, de 12 de dezembro de 2007, para os estudantes de cursos de graduação presenciais das IES, sendo implementado a partir do ano de 2008. Trata-se de um marco histórico para a política de assistência por definir suas áreas de ação e ser o referencial para os programas e projetos realizados nas diversas Ies do Brasil. Na análise de Vasconcelos (2010, p. 405).

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) apóia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017)

A finalidade do PNAES é viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuindo para melhorar o desempenho acadêmico e evitar a evasão escolar, garantindo assim a permanência do aluno de graduação até o término do curso.

Essa conquista foi fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes e discentes e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público.

A partir do PNAES, a assistência estudantil se efetiva em articulação com atividades de ensino, pesquisa e extensão, com foco principal na permanência desses estudantes nos seus cursos de graduação. Além disso,

Art. 2º [...]

Parágrafo único. Compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas:

- I - Moradia estudantil;
- II - Alimentação;
- III - Transporte;
- III - Assistência à saúde;
- V- Inclusão digital;
- VI - Cultura;
- VI - Esporte; creche; e apoio pedagógico.

A assistência estudantil é composta por uma variedade de eixos de atuação. Percebe-se, então, que a proposta do PNAES é articular diferentes áreas e, consequentemente, diferentes políticas sociais, visando garantir um padrão de proteção social amplo. É interessante observar que são definidas as ações e não as formas de se executar as ações, o que resulta na diversidade de projetos e serviços implementados em cada IES.

Em relação à moradia estudantil, por exemplo, em algumas instituições existem residências universitárias, onde é disponibilizada toda a infraestrutura, tal como quartos mobiliados e com eletrodomésticos, enquanto em outras é fornecida uma bolsa destinada ao pagamento dos gastos com moradia com valores variados. O mesmo ocorre com alimentação. Em algumas Ifes são priorizados os restaurantes universitários, com subvenções aos estudantes e, em outras, é fornecido o recurso monetário para utilização em lanchonetes ou restaurantes. Há ainda casos em que são fornecidos tanto serviços como benefícios monetários. Outro aspecto interessante é a possibilidade de acumulação dos programas de assistência estudantil, o que permite que o estudante participe, por exemplo, de ações de moradia, alimentação e transporte simultaneamente.

Na compreensão de Finatti et al. (2007), a assistência estudantil perpassa todas as áreas dos direitos humanos, uma vez que compreende ações que envolvem ideais condições de saúde, acesso aos instrumentais pedagógicos para formação profissional, acompanhamento das necessidades educativas especiais, além de necessidades básicas dos estudantes, tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros.

O público-alvo da assistência estudantil é descrito no artigo 4º da Portaria Normativa:

Art. 4º As ações do PNAES atenderão a estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação, prioritariamente, selecionados por critérios socioeconômicos, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições de educação superior em ato próprio.

Em outras palavras, entende-se que quaisquer estudantes poderão ser atendidos por ações de assistência estudantil, sendo prioritários os vulneráveis em termos socioeconômicos, podendo ser estabelecidos outros requisitos pelas instituições. É uma política que, por não ter critérios restritivos explícitos, tem caráter fortemente amplo, o que será alterado pela regulamentação mais recente do PNAES. Ressalta-se ainda não se tratar de um benefício contributivo, o que o aproxima do caráter da política de assistência social.

Essa Portaria foi alterada em 2010, e o PNAES passou a ser regulamentada pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, um instrumento jurídico com mais força e que permite maior estabilidade ao programa. Várias foram as inovações dessa nova regulamentação. A primeira é a definição da finalidade da PNAES como “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.”, com os seguintes objetivos:

Art. 2º São objetivos do PNAES:

- I — Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II — Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III — Reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV — Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Há a busca, então, de definição para o programa, a partir do estabelecimento da finalidade e dos objetivos, o que possibilita ter uma referência comum a todas as Ifes brasileiras. Em relação às áreas de ação da assistência estudantil, inclui-se outra além das estabelecidas na Portaria anterior, que trata do “X — acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades”. Considera-se, então, que além de aspectos socioeconômicos, a população com deficiência também demanda ações específicas no ensino superior.

Entretanto, a principal alteração apresentada por esse Decreto trata do público-alvo das ações. Visualiza-se uma restrição do acesso a essa política por meio da sua focalização, sendo estabelecido que:

De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social, “Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social *não contributiva*, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. (grifos meus)

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Dessa forma, o acesso à assistência estudantil foi fixado a partir de um critério de renda, mais restritivo que o anterior, que ainda poderá ser acrescido de outros critérios nas instituições. Isso significa que não se trata de uma política universal para todos os estudantes de graduação. Ao contrário, há uma restrição significativa dos beneficiários. Outro aspecto interessante é observar que o usuário da assistência estudantil é o próprio estudante e não sua família, o que agrega um caráter individual ao programa.

Há ainda uma lacuna tanto nessa legislação como na anterior, sobre como será realizada a verificação desses critérios socioeconômicos, o que dá margem para o uso clientelista do programa, inclusive se pensarmos que não é apenas a renda que implica vulnerabilidade social. Além disso, não são apresentados critérios para permanência dos estudantes no PNAES e nem a articulação do acesso com a finalidade do programa, expresso por meio do rendimento acadêmico.

Apesar de o PNAES ser um programa no âmbito federal, sua execução é descentralizada. Cada universidade tem autonomia de gestão para utilizar os recursos disponibilizados, conforme as suas necessidades e especificidades locais, o que permite maior eficiência. Isso está de acordo com a Constituição Federal de 1988 que, no seu art. 207, estabelece que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Infere-se que o programa será desenvolvido no âmbito das próprias IFES, não havendo restrições legais sobre a terceirização das ações de assistência estudantil ou parcerias com outras instituições ou organizações não governamentais.

Os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações.

Em dezembro de 2007, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), pela Portaria Normativa 39, do Ministério da Educação (MEC), visando institucionalizar a assistência estudantil por meio de dotação orçamentária específica no âmbito do orçamento das universidades, categorizando a assistência estudantil como política pública (BRASIL, 2007).

PARTE II

CAPÍTULO III – PROGRAMAS DE INCLUSÃO E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Segundo o Plano Nacional da Educação, Lei nº 10.172/01, o setor público deveria responder por no mínimo 40% das matrículas no ensino superior. Os dados do INEP de 2011 mostram que ainda estamos distantes de tal índice. Somente com a combinação de políticas públicas de expansão, democratização, permanência e qualidade do ensino é que poderá se falar em igualdade de oportunidades e acesso universal ao ensino superior.

Estas políticas tem sido implementadas nesta última década, com destaque para a preocupação com a reposição dos quadros de docente e técnicos administrativos da IFES, educação continuada dos docentes, valorização profissional, permanência do estudante de baixa renda nas universidades, oferta de bolsas de estudo em instituições privadas, educação a distância, política de cotas, dentre outras. Conforme indicam os dados estatísticos do IBGE, referentes a última década, relativos a classes sociais dos estudantes de ensino médio e o alcance da universalização da educação básica é preciso oportunizar a todos, principalmente aqueles grupos historicamente excluídos, o acesso e a permanência no ensino superior, pois é sabido que a expansão não significa democratização (RISTOFF, 2008).

Podemos observar, que no período de 2001 a 2011, manteve-se a tendência já delineada na década anterior, sendo a expansão proporcional do setor privado superior a do setor público de ensino superior. Muito embora, já se vislumbre os resultados das políticas de expansão e inclusão do ensino superior público adotadas na segunda metade da década em que Em 2003, o MEC através de Informativo INEP (2003 *apud* MINTO, 2006, p. 252), divulgou que a "participação do setor privado na educação superior no Brasil é uma das maiores do mundo". Aproximadamente 70% dos jovens cursando o ensino superior estavam matriculados em instituições privadas, contrariando a tendência dos demais países da América Latina ou dos países membros da OCDE, onde o setor público respondia por cerca de 80% das matrículas. Em 2011, os índices são de 73% de matrículas em instituições privadas e 27% em instituições públicas.

Na impossibilidade de ofertar um sistema totalmente público, trabalhando como o conceito de público não estatal, foi preciso pensar também em mecanismos de acesso da população ao sistema privado, seguindo o raciocínio de certas políticas públicas focalizadas de tratar desigualmente os desiguais. Trata-se de uma forma de direcionamento de recursos públicos ao setor privado favorecendo aos interesses do capital, minando o financiamento das instituições públicas de ensino superior. (MINTO, 2006)

O PNE em suas diretrizes evidencia a importância do setor privado no processo de expansão do ensino superior, fazendo menção a necessidade de manutenção de certos padrões de qualidade a serem avaliados pelo poder público e especificando que instituições privadas podem dedicar-se ao ensino e talvez a extensão, sem a necessidade expressa de envolver-se com a pesquisa e pós-graduação, que claramente são tarefas atribuídas às universidades públicas. Para as IES também é destacado o papel na inclusão de estudantes com fragilidade socioeconômica e de estudantes que em função da necessidade de estar no mercado de trabalho somente tem a disponibilidade para cursar uma graduação no período noturno. (BITTAR, OLIVEIRA e MOROSINI, 2008)

Segundo a LDB, art. 55, as IES teriam assegurado pelo governo federal um volume de recursos suficientes para manutenção de suas atividades, com ênfase para a pesquisa e pós-graduação, atividades sabidamente onerosas e demandantes de uma estrutura física atualizada tecnologicamente. Como já foi mencionado, muitos itens relativos ao financiamento da IES sofreram vetos presidenciais no PNE fazendo que o plano torna-se neste quesito carente de compromissos formalmente assumidos pelo governo e induzindo as IES a buscarem complementar seu orçamento concorrendo no mercado com a venda de cursos de especialização e prestação de serviços. (BITTAR, OLIVEIRA e MOROSINI, 2008)

O financiamento das instituições privadas se dá na maior parte pelo pagamento de mensalidades e outras atividades junto ao mercado o que acaba por direcionar suas atividades e nível de qualidade oferecido. Ressaltando que, conforme prevê a CF/88 as instituições privadas classificadas como comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos ou que desenvolvam pesquisa e extensão podem recursos públicos. Já as Instituições públicas são financiadas com recursos públicos oriundos em sua maior parte do

governo federal e gozam de autonomia de gestão financeira, conforme estabelecido pela Constituição, que determinou que a União destinará nunca menos que 18% da receita anual de impostos para manutenção e desenvolvimento do ensino em todos os níveis.

A existência de processos de massificação e privatização do ensino superior foi tendência em toda a América Latina na segunda metade do século XX, não sendo essa tendência exclusividade do Brasil.

Os dois traços dominantes na evolução da educação superior na América Latina, na segunda metade do século XX, podem ser resumidos em termos de massificação e privatização. O primeiro se traduz no rápido crescimento da matrícula no ensino superior, e o segundo na tendência generalizada de expansão das instituições privadas. (TRINDADE, 2002 *apud* REAL, 2008, P.54)

Segundo defende Trow (2005 *apud* GOMES e MORAES, 2012) o sistema de educação superior em qualquer sociedade avançada tende a trilhar o seguinte caminho: “sistema de elite” para o “sistema de massa” e na sequência para o “sistema de acesso universal”. O desenvolvimento do sistema educacional superior na essência acompanha o desenvolvimento da sociedade como um todo, incorporando parcelas crescentes da população de diferentes origens sociais, econômicas e culturais.

De acordo com Nota Pública do ANDES - SN (2004),

...o pressuposto fundamental de que a ampliação da oferta tem como eixo o setor privado, beneficiado por contratos de parcerias público-privadas, não levará à sonhada revitalização do setor público. Ao contrário, debilitará as instituições públicas que se esvaecerão na mesma intensidade do apagamento das fronteiras entre o público e o privado, como quer o Executivo ao tratar toda a educação como um etéreo bem público ou um interesse social sem os verdadeiros significados dos adjetivos: público e privado.

A tendência de expansão generalizada das instituições de ensino superior privadas pode ser comprovada pelos dados estatísticos acima. Enquanto em uma década o número absoluto de novas instituições públicas aumentou cerca de uma centena, o número de instituições privadas aumentou aproximadamente uma milhar.

O ritmo e volume de crescimento do sistema, considerando a taxa de crescimento da matrícula, o tamanho do sistema e das instituições por si próprias e o percentual crescente de jovens de 18 a 24 anos matriculado no ensino superior fazem surgir diferentes tipos de problemas oriundos da passagem de um sistema elitizado para um sistema de massificação. Vêm a tona e passam a integrar a agenda do Governo preocupações com a formulação e implementação de políticas compensatórias e afirmativas, principalmente porque com a passagem para um sistema de massa, jovens trabalhadores e jovens de raças e etnias antes em minoria, ou seja, uma parcela bem mais ampla e diversificada da sociedade passa a integrar o sistema de ensino superior e demanda uma nova postura do Governo. De acordo com Trow (2005 *apud* GOMES e MORAES, 2012) o sistema de massa está plenamente consolidado quando atinge 30% das matrículas do grupo de 18 a 24 anos, estando a transição na casa dos 15%. Somente é possível falar em sistema de acesso universal quando o volume de matrículas atinge mais de 50% da população da faixa etária em questão. Segundo estudo de Gomes e Moraes (2012), no Brasil a transição para o sistema de massa ocorreu em 2003, considerando a taxa de matrícula bruta e não líquida, dada a proporção considerável de estudante maiores de 24 anos o que reflete a defasagem escolar presente em todos os níveis educacionais. A expansão, segundo esses autores, deu-se a partir de 1995 impulsionada pelo setor privado, mas a partir de 2003 como essa política de Estado assumiu uma nova dinâmica buscando reincorporar ao processo os conceitos de universidade como bem público, as IFES também tiveram considerável contribuição, não somente em número de matrículas mas em número de instituições, para a consolidação desse sistema de massa.

3.1. Programa Universidade para Todos – PROUNI.

Com a finalidade de concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior o Programa Universidade para Todos - PROUNI foi criado em 2004 pelo Governo Federal. Institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005,

oferece, em contrapartida àquelas instituições de ensino que aderem ao programa, isenção de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social.

O PROUNI tem como público alvo os estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Enem - Exame Nacional do Ensino Médio, aliando inclusão à qualidade e mérito dos estudantes por considerar o desempenho acadêmico. (<http://prouniportal.mec.gov.br>)

O PROUNI possui também ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como a Bolsa Permanência, os convênios de estágio MEC/CAIXA e MEC/FEBRABAN e ainda o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, que possibilita ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pela bolsa do programa.

O FIES, por sua vez, é um programa do MEC, que tem como agente operador o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e destina-se a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham resultado positivo nos processos avaliativos do MEC. Os juros anuais são de 3,4% e o valor das mensalidades começa a ser pago após a formatura do aluno.

Do ponto de vista crítico, um dos problemas do FIES são as taxas de juros cobradas, que muitas vezes fazem com que os valores das mensalidades do financiamento sejam incompatíveis como os rendimentos de um recém formado. A exigência de fiador foi outro problema, mas foi equacionado com a mudança das regras.

Segundo o Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI já atendeu, desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2012, mais de 1 milhão de estudantes, sendo 67% com bolsas integrais. Ainda segundo o

MEC, desde 2007 o PROUNI e sua articulação com o FIES, é uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.

3.2. Sistema UAB – Universidade Aberta do Brasil

Outro instrumento utilizado para promover a universalização do acesso ao ensino superior foi a Educação a Distância - EAD, oficializada pelo artigo 80 da Lei 9394/96 - LDB e cuja oferta foi regulamentada pelo Decreto nº 5622, de 19 de dezembro de 2005. Com a globalização e avanço das tecnologias de comunicação essa modalidade de ensino passou a receber maiores investimentos por parte do governo federal. Em 08 de junho de 2006 através do Decreto 5.800 foi criada o Sistema UAB - Universidade Aberta do Brasil com a finalidade de ampliação do acesso e interiorização do ensino superior. Segundo o Art. 1º do citado Decreto, são objetivos da UAB:

- I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento; IV - ampliar o acesso à educação superior pública;
- V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
- VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiada em tecnologias de informação e comunicação.

Para ARETIO (1994) a Educação a Distância se desenvolve impulsionada por uma conjugação de fatores: fatores culturais, sociopolíticos, econômicos, pedagógicos e tecnológicos. Para PRETI (1996 *apud* FIUZA, 2002, p.51)

A EAD é, pois, uma alternativa pedagógica de grande alcance e que deve utilizar e incorporar as novas tecnologias como meio para alcançar os objetivos das práticas educativas implementadas, assumidas e considerando as necessidades das populações a que se pretende servir (...) Deve ser compreendida como uma prática educativa situada e mediatizada, uma modalidade de se fazer educação, de se democratizar o conhecimento. É portanto, uma alternativa pedagógica que se coloca hoje ao educador que tem uma prática fundamentada em uma racionalidade ética, solidária e compromissada com as mudanças sociais.

O Sistema UAB fomenta a educação a distância nas universidades públicas, apoia pesquisas em metodologia de ensino com base em tecnologias da informação e comunicação e tem como principal público alvo os professores de educação básica ainda sem formação

superior. O Sistema baseia-se na articulação das três esferas governamentais: federal, estadual e municipal para implantação dos polos de apoio presencial. Ainda, de acordo com o MEC: Ao plantar a semente da universidade pública de qualidade em locais distantes e isolados, incentiva o desenvolvimento de municípios com baixos IDH e IDEB. Desse modo, funciona como um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior e para a requalificação do professor em outras disciplinas, fortalecendo a escola no interior do Brasil, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades.

Contudo, quando analisamos apenas os números das Instituições Estaduais, podemos observar a ampla predominância do ensino presencial com 90% em relação ao ensino a distancia, considerando o número de vagas ofertadas. Podemos então inferir que, o setor privado é o grande provedor de vagas também no ensino a distância.

Alguns comentários críticos a esse tipo de mecanismo de expansão da oferta de ensino superior - EAD dizem respeito a abertura para o setor privado de um nicho de mercado, falta de avaliação da qualidade dos cursos ofertados e que foi utilizado como alternativa para não atender a demanda da sociedade por ampliação de vagas nos cursos presenciais das universidades públicas.

3.3. Sistema de Seleção Unificada – SISU

Em 2009, foi desenvolvida pelo Ministério da Educação uma plataforma *online* intitulada Sistema de Seleção Unificada - SISU com o objetivo de oferecer ao estudante que prestou o Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM uma forma de acesso à uma instituição estadual de ensino superior - IES sem participar dos processos seletivos específicos de cada instituição - vestibular. Efetivamente, o sistema entrou em operação em 2010, instituído pela Portaria Normativa MEC nº 2, de 26 de janeiro de 2010.

As IFES, por sua vez, tem autonomia para aderirem totalmente ou parcialmente a esse tipo de seleção para preenchimento das vagas ofertadas. O sistema seleciona automaticamente entre os candidatos a cada curso, aqueles com melhores notas no ENEM e disponibiliza uma lista de espera para ser utilizadas de forma prioritária pelas IFES para

preenchimento de vagas não ocupadas. Um mesmo candidato pode inscrever-se no SISU e também no PROUNI. Contudo, é vedado a um aluno matriculado em instituição pública também receber a bolsa PROUNI.

Contudo, a adesão das Instituições a esse modelo de preenchimento de vagas ainda é bastante discutível. Alguns argumentam que as instituições deixariam de atender a população local e receberia grande número de estudantes de outros Estados. Outros, apresentam grande preocupação com o uso exclusivo das notas do ENEM, por conta da perda de confiabilidade em consequência das recentes falhas, como erros de correção da redação, falta de transparência na metodologia de correção e vazamento de provas.

3.4. Políticas Afirmativas – Ações Inclusivas (Cotas)

As políticas afirmativas pelo sistema de cotas tem sido alvo de constantes debates nas mais variadas esferas, política e social. Segundo Bergmann (1996 *apud* PEREIRA e ZIENTARSKI, 2011) realizar uma ação afirmativa implica planejar e atuar no sentido de promover pessoas pertencentes a certos grupos que têm sido subordinados ou excluídos dos direitos sociais.

A origem das cotas deu-se na Índia em 1940, quando foram estabelecidos na Constituição do país reserva de vagas para castas menos favorecidas, no ensino superior, no Parlamento e no funcionalismo público. No continente americano, o sistema de cotas teve origem nos Estados Unidos, na década de 60 baseado na questão racial, nas desigualdades sociais entre negros e brancos. As políticas afirmativas se disseminaram pelas Américas sempre objetivando promover segmentos sociais historicamente discriminados, buscando a igualdade de oportunidades e tratamento. No Brasil, as ações afirmativas têm enfatizado mais as questões de raça e gênero e não as condições socioeconômicas. Contudo, a pobreza, problema que não é exclusivo do Brasil, tem redirecionado as políticas sociais, inclusive as educacionais. (PEREIRA e ZIENTARSKI, 2011)

Durante o golpe militar foi instituído um sistema de cotas na educação, que não tinha como público alvo um grupo necessariamente excluído. A chamada "lei do boi" estabeleceu reserva de vagas para agricultores e seus filhos, favorecendo a elite rural brasileira. Também a

CLT - Consolidação das Lei do Trabalho engloba ações afirmativas, quando define que um dois terços das vagas deverão ser preenchidas por brasileiros, restando um terço para estrangeiros. A questão do acesso e condições de trabalho da mulher também são defendidas. (PEREIRA e ZIENTARSKI, 2011)

A Constituição Brasileira de 1988 prega a igualdade entre todos, sem distinção de raça, sexo, cor, idade ou qualquer forma de preconceitos. Em decorrência deste dispositivo legal, foram necessárias políticas de ação afirmativa. A ênfase deu-se na década de 90, com a reserva de vagas para deficientes físicos no serviço público e privado e reserva de vagas para mulheres participarem como candidatas em eleições.

Em 1999, o Projeto de Lei nº 73/99 acirrou os debates sobre cotas raciais e sociais via adoção de reserva de vagas nos vestibulares de universidades públicas. Originalmente, contemplava apenas a população negra, mas através de substitutivos passou a incorporar população indígena. Com base neste projeto, a partir do ano 2000 surgiram diversas iniciativas isoladas nas universidades com vistas a atender o que determina a CF/88:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola

No dia 30 de agosto de 2012 foi publicada a Lei nº 12.711 de 29/08/12 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Segundo a Lei,

Art. 1º - As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único - No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

A referida Lei foi regulamentada pelo Decreto 7.824 de 11/10/12 que em seu Art. 1º, Parágrafo Único, diz que os resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM poderão ser utilizados como critério de seleção para o ingresso nas instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação que ofertam vagas de educação superior. A implementação da reserva de vagas de que tratam a lei e o Decreto citados, é regulamentada pela Portaria Normativa do Ministério da Educação de nº 18 de 11/10/12.

As IES terão quatro anos para implantar progressivamente o percentual de reserva de vagas estabelecido pela lei, mesmo que já estejam adotando algum tipo de sistema de cotas na seleção. Atualmente, não existe cota social em 27 das 59 universidades federais. Além disso, apenas 25 delas possuem reserva de vagas ou sistema de bonificação para estudantes pretos, pardos e indígenas. De acordo com a lei, 12,5% das vagas de cada curso e turno já deverão ser reservadas aos cotistas nos processos seletivos para ingressantes em 2013; 25% até 2014; 37,5% até 2015; 50% até 30 de agosto de 2016. (<http://m.g1.globo.com/educacao/noticia>)

Dentro dos 50% do montante de vagas reservadas a estudantes oriundos de escolas públicas, 25% terão como público alvo estudantes com renda familiar mensal bruta de igual ou inferior 1,5 salário-mínimo per capita e 25% serão destinados aos pretos, pardos e indígenas, cuja participação percentual irá variar em cada Estado de acordo com os dados mais recentes do Censo Demográfico do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (Lei nº 12.711 de 29/08/12)

Apesar de estarmos distantes da universalização do ensino superior, na última década, houve considerável incremento no número de vagas ofertadas e nas condições de acesso às Instituições Federais de Ensino Superior. A política pública de acesso universal foi, na prática, substituída por uma política pública de acesso seletivo, ao focalizar grupos, classes sociais e raça, com objetivos de amenizar ou eliminar distorções criadas ao longo da História. Dentro dessa perspectiva, cabe discorrer sobre O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PNAES.

3.5 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL OFERTADAS NAS DUAS IES – PRIVADA E PÚBLICA

3.5.1. Assistência Estudantil no Centro Universitário – UNINTA

3.5.1.1 Núcleo de Atendimentos em Práticas Integradas - NAPI

É um espaço voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades na área da saúde e orientações sócio jurídica. Suas atividades iniciaram em 23 de maio de 2016, dando ênfase no ensino e aprendizagem, com intuito de socializar experiências, além de ofertar à comunidade, aos alunos e aos colaboradores do Centro Universitário UNINTA, atendimentos com uma perspectiva humanística, preventiva e inovadora. Seus atendimentos são direcionados para a promoção da saúde, contemplando políticas públicas, ambientes saudáveis, capacitação comunitária, desenvolvimento de habilidades individuais e coletivas e orientação de serviços de saúde. Tem como missão preservar e manter a vida, promovendo a saúde, formando profissionais, produzindo e socializando conhecimentos, com ética e responsabilidade social.

O NAPI oferece atendimentos com profissionais do curso de fisioterapia, educação física, psicologia, nutrição, enfermagem, biomedicina, farmácia e serviço social, onde são trabalhadas a coordenação motora e cognição, avaliação física e qualidade de vida, saúde da mulher, avaliação nutricional, avaliação com psicólogo, medicina da dor, habilidades em imunização, habilidades e análises citopatológicas, habilidades técnicas e procedimentos e preenchimento do perfil sócio econômico, palestras, oficinas e acompanhamento de grupo voltado para a terceira idade, além de serem ofertados atendimentos de pilates para gestantes e atendimentos de acupuntura.

Vale ressaltar também que nas dependências do NAPI existe um **projeto de extensão voltado para os alunos do curso de Licenciatura em Pedagogia** com o título “Reforço na Aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental I da Escola Padre Oswaldo Chaves” considerando a deficiência do nível de aprendizagem dos alunos da referida escola. O curso de Pedagogia do Centro Universitário UNINTA procura atender a demanda com o trabalho pedagógico dos acadêmicos através de atividades de reforço na leitura e escrita. Com este

trabalho espera-se melhorar o nível de aprendizagem dos alunos e qualificar a formação pedagógica dos acadêmicos. Baseado nas demandas identificadas serão desenvolvidas atividades de reforço como forma de proporcionar bons resultados no desempenho da aprendizagem reforçando a parceria escola e Centro Universitário.

3.5.1.2. Clínica de Psicopedagogia

A Clínica de Psicopedagogia tem como principais pilares saber escutar atentamente o sujeito e sua família; saber olhar para o outro e ver suas possibilidades; acreditar no outro, no seu saber e potencial para aprender; compreender que o discente sempre tem condições de aprender, respeitando o seu ritmo, seu tempo, até onde, não importa, mas acreditando que ele consegue e cada avanço é mais uma conquista a ser valorizada. Criar vínculos com os aprendentes, pois é através do vínculo que autorizamos a aprendizagem. Respeitar o ritmo de cada um no processo de construção da aprendizagem.

A Clínica de Psicopedagogia do UNINTA trabalha com orientação, aconselhamento, acompanhamento e atendimento psicopedagógico, atendendo crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Além dos alunos e funcionários da IES, também são atendidos clientes de instituições parceiras, e também são atendidos pela responsabilidade social crianças que estudam em escolas públicas e os filhos de funcionários.

Os atendimentos são realizados uma vez por semana. A clínica funciona de segunda a sexta-feira nos turnos manhã, tarde e noite. O acadêmico agenda o atendimento com a secretária. A demanda só cresce. Além dos atendimentos, os aprendentes são encaminhados para outros especialistas quando necessário, para psicólogos, psiquiatra, fonoaudiólogo, etc.

3.5.1.3. Programa PRAVALER

Visando o benefício para o discente, o UNINTA em 2017.2 procurou uma forma de atender a procura por um financiamento estudantil. Entre muitos estudos no campo de financiamento do mercado, optou-se pelo programa PRAVALER. É um financiamento privado que já existe há 12 anos no mercado e atende diversas instituições junto com bancos parceiros, fazendo com que mais alunos consigam seguir seu plano de se graduar.

O UNINTA faz parte do programa onde disponibiliza na página www.pravaler.com.br/uninta todo o processo de cadastro. Na página o aluno precisa informar um garantidor que tenha uma renda exigida pelo programa e todo o procedimento é realizado no próprio site através de um portal desenvolvido pelo aluno, onde cadastram login e senha. O acesso também pode ser feito através da rede social facebook, tudo de forma digital onde permite mais facilidade e comodidade ao aluno. O anexo de documentos é realizado através de digitalização ou fotos. Após o cadastro de dados o aluno passará por uma análise de crédito onde o PRAVALER irá responder para o aluno positivamente ou negativamente, caso o aluno não atenda os critérios. A instituição participa ajudando na avaliação, confirmando os dados do discente. O contrato é disponibilizado no portal do aluno e poderá ser feito de forma digital, ou entregue na IES. Caso entregue na instituição, o envio fica por conta do UNINTA, facilitando para o aluno, pois todo o custo de postagem é por conta da instituição.

Após todo o processo o aluno pagará o valor da semestralidade para o PRAVALER, em 12 parcelas incluindo impostos calculados pelo programa. O discente não paga juros, o UNINTA paga o valor de juros pelo aluno. Sendo assim, o discente tem mais facilidade para o pagamento, pois cada semestre ele pagará em um ano e as parcelas não se acumulam, pois os alunos começarão a pagar a segunda contratação após a quitação do pagamento da primeira.

3.5.1.4. Bolsa de Estudos por Mérito Acadêmico

A Pró-Reitoria de Diálogo e Supervisão Institucional – PRODISI, como forma de reconhecimento ao desempenho dos estudantes durante o decorrer do curso de Graduação tem a honra de conceber aos estudantes uma bolsa de estudos por mérito acadêmico, intransferível, de 100% (cem por cento) das mensalidades de um curso de pós-Graduação concluído no Centro Universitário Inta – UNINTA.

A concessão dessas bolsas é uma forma de reconhecimento ao desempenho dos estudantes durante o decorrer da Graduação e serve também como um incentivo para que os demais alunos se dediquem aos estudos e obtenham excelentes resultados.

Estas são algumas de muitas ações e programas que o UNINTA tem a oferecer ao seu estudante e com essa compreensão à Assistência Estudantil, o UNINTA adota uma visão

dinâmica e inovadora, aberta às mudanças e às transformações do mundo contemporâneo, como por exemplo as transformações acontecem da seguinte forma:

a) Através de práticas pedagógicas inovadoras e emancipatórias, estimulando o estudante a pensar, assim como estabelecendo relações entre o fazer e o pensar.

b) Proporcionando uma formação integral ao educando sendo necessário conceber uma estrutura curricular fundamentada em uma Proposta Pedagógica que articule Ensino, Pesquisa e Extensão, através de uma integralização curricular que não comprometa, com pré-requisitos, a progressão do estudante.

c) A avaliação, entendida como um processo contínuo deve ser uma prática constante. Tanto o corpo docente quanto o discente deve participar deste processo, de forma a somar e otimizar o Projeto Pedagógico do Curso.

d) Do ponto de vista pedagógico, aponta para uma ressignificação das práticas tradicionais de ensinar e aprender (currículos estruturados sob a lógica teoria-prática), dando lugar privilegiado à prática do estudante onde o estímulo, curiosidade, busca de solução de problemas, despertar de interesses, criatividade na solução de problemas, deverão ser preconizados. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI | 116 3.3.1.2 Oportunidades Diferenciadas de Integralização dos Cursos.

Adotando o princípio da flexibilização curricular, o UNINTA busca agregar e somar diferentes modalidades de formação acadêmica, procurando construir integralização curricular que atenda não só crescimento profissional, mas também ao desenvolvimento pessoal do estudante.

3.5.1.5. Acompanhamento aos Alunos no Campo de Estágio

DA DIRETORIA DE ESTÁGIOS

Art. 1º - **DIRETORIA DE ESTÁGIO:** O Centro Universitário INTA -UNINTA conta com a Diretoria de Estágios, vinculada à Pró - Reitoria de Ensino de Graduação- PRODEG que gerencia os estágios junto com os gestores de estágio de cada área.

Art. 2º - São atribuições da Diretoria de Estágios.

- I. Diligenciar que a política interna para o Estágio Curricular Supervisionado e atividades práticas supervisionadas seja observada nos termos e prazos do Projeto do Curso;
- II. Divulgar entre os docentes e os discentes o Regulamento do Estágio Curricular e Atividades Práticas Supervisionadas, a necessidade de seu cumprimento como condição para integralização da matriz curricular;
- III. Acompanhar a avaliação do estágio, reportando para a Coordenação do curso o relatório sobre o desempenho do estagiário;
- IV. Realizar processos seletivos para admissão de preceptores para os estágios, em parceria com a Gestão de Estágios e Vivências Práticas Supervisionadas do UNINTA;
- V. Eleger junto à Coordenação do Curso de Enfermagem a Gestão de Estágios e Vivências Práticas Supervisionadas os campos de estágios adequados para cada prática específica;
- VI. Promover encontros e fóruns com alunos e profissionais sobre legislação, normas e atualizações relacionadas aos estágios em parceria com a Gestão de Estágios e Vivências Práticas Supervisionadas do Curso de Enfermagem do UNINTA.
- VII. Participar do planejamento, controle e avaliação dos campos de Estágios e preceptores;
- VIII. Manter atualizado o cadastro das empresas, instituições e estabelecimentos conveniados para os campos de estágio;
- IX. Contratar o Seguro obrigatório para iniciar nos campos práticos;
- X. Propor a celebração de convênios entre o **UNINTA** e empresas, instituições e estabelecimentos, para encaminhamento de alunos estagiários.

DO GESTOR DE ESTÁGIOS E/OU ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS

Art. 3º - **GESTÃO DE ESTÁGIOS E/OU ATIVIDADES PRÁTICAS:** docente responsável pelas disposições gerais de estágios e atividades práticas supervisionadas.

Art. 4º - São atribuições do Gestor de Estágio e Atividades Práticas Supervisionadas:

- I. Participar dos processos seletivos de preceptores para os estágios;
- II. Eleger junto à Coordenação do curso e Diretoria de Estágios os campos de estágios adequados para cada prática específica;
- III. Supervisionar *in loco* os campos de estágios, identificando as necessidades, dificuldades a fim de estabelecer um diálogo cotidiano entre a Coordenação do Curso, acadêmicos, professores e os campos de estágios, garantido a qualidade do ensino;
- IV. Promover encontros, fóruns com alunos e profissionais sobre legislação, normas e atualizações relacionadas aos estágios em parceria com a Diretoria de Estágios do UNINTA.
- V. A responsabilidade pelo planejamento, controle e avaliação dos Estágios;
- VI. A responsabilidade pelo feedback sobre as disciplinas de conhecimentos referidos nas atividades práticas e estágios supervisionados, ao respectivo Coordenador do Curso;
- VII. Elaborar a organização sequencial dos Estágios Curriculares e Atividades Práticas Supervisionadas, assim como o cronograma de atividades e divulgá-lo;
- VIII. Orientar o Corpo Docente e Discente sobre o planejamento e a estruturação dos Estágios Curriculares e Atividades Práticas Supervisionadas;
- IX. Elaborar e enviar às Instituições conveniadas o cronograma de atividades, carga horária total, relação de estagiários e horários;
- X. Promover reuniões de planejamento e avaliação junto a equipe de trabalho;
- XI. Informar ao Coordenador do Curso a programação semestral dos estágios, bem como a carga horária desenvolvida pelos Preceptores de Estágio e Atividades Práticas Supervisionadas;
- XII. Realizar visitas periódicas nos locais de Estágio e Atividades Práticas Supervisionadas, com o intuito de avaliar e registrar as atividades, problemas e necessidades.

DO DOCENTE DA DISCIPLINA DE ESTÁGIOS OU DISCIPLINA RELACIONADA ÀS ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS

Art. 5º - **DOCENTE DO CURSO - Professor** da disciplina de Estágio Supervisionado ou disciplina relacionada à atividade prática. Responsável tecnicamente pela atuação do aluno.

Art. 6º - São atribuições dos docentes das disciplinas de Estágios e disciplinas relacionadas à atividade prática:

- I. Desempenhar atividades administrativas da disciplina, tendo uma visão geral do quadro de acadêmicos e campos de estágios envolvidos em cada semestre;
- II. Intermediar a solução de possíveis conflitos entre acadêmico, preceptor e campo.
- III. Manter contato com o(s) Preceptor(es) de campo e estagiário(s), para verificar as condições de campo de Estágio e regulamentação administrativa;
- IV. Comunicar à Diretoria de Estágios possíveis mudanças ou irregularidades em relação ao desenvolvimento do Estágio por parte do acadêmico.
- V. Compilar as notas advindas da avaliação dos preceptores e cumprir os prazos determinados pela disciplina para entrega do Relatório Final do Estágio ou outras atividades acordadas na disciplina.

DOS PRECEPTORES DE ESTÁGIO E DE ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS

Art. 7º - **PRECEPTOR DE ESTÁGIO:** Profissional que faz o acompanhamento dos acadêmicos nos campos de estágios respeitando os requisitos propostos na Lei 11.788/08. Atua como colaborador da instituição de ensino nos aspectos de desenvolvimento acadêmico e avaliação do aluno.

Art. 8º - São atribuições dos Preceptores de Estágios e Atividades Práticas Supervisionadas:

- I. Ser um facilitador da aprendizagem do aluno a partir do planejamento, execução e avaliação da ação do enfermeiro, levando-o a reflexões, ampliando as formas de aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula.
- II. Seguir o plano de ensino da disciplina de Estágio ou disciplina relacionada às Atividades Práticas Supervisionadas, conforme elaboração do professor responsável;
- III. Orientar, acompanhar e avaliar os alunos no exercício da prática profissional, interagindo com a Instituição Concedente para acompanhamento do estagiário;
- IV. Controlar a frequência e pontualidade dos estagiários;

- V. Fazer a avaliação diária do desempenho dos estagiários e encaminhar os resultados para ao professor responsável da disciplina de estágio e Atividades práticas supervisionadas e/ou Gestor de Estágio;
- VI. Orientar os acadêmicos nas questões relacionadas ao seu desempenho;
- VII. Analisar as atividades desenvolvidas, pelos acadêmicos, de forma contínua, orientando-os quando necessário e exigindo as habilidades requeridas para a prática de Estágio e Atividades Práticas Supervisionadas;
- VIII. Supervisionar a implementação dos estudos de casos, relatos de experiências, portfólios elaborados pelos acadêmicos nos cursos de bacharelado. Sendo para os cursos de licenciatura a supervisão no que tange apresentação do resumo, em forma de pôster, no Colóquio de Estágio Supervisionado para *feedback* e avaliação final.
- IX. Reunir-se diariamente com os alunos sob sua supervisão para planejamento e avaliação das atividades desenvolvidas, orientando os estagiários, em grupo ou individualmente, “in loco”;
- X. Encaminhar ao docente da disciplina de Estágio e demais disciplinas relacionadas às atividades práticas supervisionadas, relatório de todas as atividades realizadas na área de estágio sob sua responsabilidade, incluindo as avaliações no período dentro dos prazos estabelecidos;
- XI. Cumprir rigorosamente o cronograma apresentado pela Gestão de Estágios e Atividades Práticas Supervisionadas;
- XII. Comunicar quaisquer alterações na condição dos acadêmicos estagiários a Gestão de Estágio e Atividades Práticas Supervisionadas;
- XIII. Comparecer às reuniões convocadas a respeito de Estágio e Atividades Práticas Supervisionadas. A ausência deverá ser justificada por escrito, com no mínimo 48 horas de antecedência;
- XIV. Incentivar o bom desempenho dos acadêmicos, bem como contribuir para sua melhor qualificação e utilização de acordo com os objetivos propostos;

- XV. Colaborar para manter um ambiente agradável e ético, com equipes multiprofissionais e demais funcionários dos locais de estágios de cada Instituição;
- XVI. Sensibilizar os acadêmicos quanto à prevenção de acidentes;
- XVII. Zelar e colaborar pela manutenção e aperfeiçoamento do campo de estágio.
- XVIII. A supervisão de Estágio e Atividades Práticas Supervisionadas poderá ser efetuada por um ou mais Preceptor do UNINTA, mas a dinâmica da operacionalização, atividades e avaliação devem ser integradas;
- XIX. Apresentar-se para sua atividade de supervisão com vestimenta adequada para o local de estágio;
- XX. Cumprir e fazer cumprir o Regulamento do Estágio, o Código de Ética Profissional, as normas da Instituição concedente do Estágio e horário de funcionamento do mesmo.

3.5.1.6. Núcleo de Atendimento Dermato Funcional – NADEF

O Núcleo de Atendimento em Dermato-Funcional (NADEF) surgiu da necessidade de prestar serviços de Fisioterapia Dermato-funcional de qualidade a uma população que cresce a cada ano e que necessita de cuidados especiais, como também cuidar da saúde dos Acadêmicos e Colaboradores da instituição.

O NADEF é um núcleo que atua na área de saúde e atende um público amplo, no qual é representado pelos acadêmicos e colaboradores do Centro Universitário UNINTA onde trabalha na prevenção, promoção, pesquisa, diagnóstico e tratamento Dermato-Funcional, oferecendo-lhes conforto e bem-estar, tudo isso de forma gratuita.

Objetivos Estratégicos:

Estabelecer uma política de atendimento diferenciado para os nossos Clientes (**alunos e comunidade**), oferecendo aos mesmos, tratamentos específicos na área de Fisioterapia dermatofuncional através da prevenção, promoção, tratamento e diagnósticos de disfunções do tegumento.

Descrição das atividades:

O NADEF atualmente localiza-se no Anexo B do Centro Universitário Inta (UNINTA), próximo ao Palmeiras Country Club, de fácil acesso, e próximo a todos os acadêmicos e colaboradores.

Realiza atendimentos gratuitos a população da comunidade acadêmica, como também do entorno do Uninta; as atividades realizadas no NadeF , iniciam-se com avaliação, afim de conhecer o perfil do paciente e daí realizar a triagem dentro das necessidades do mesmo. Após a avaliação o paciente/cliente é encaminhado para atendimento de acordo com seu diagnóstico funcional tegumentar pré-estabelecido em avaliação, os procedimentos realizados são: limpeza de pele, tratamento anti-acne, peelings químico, hidratação de impacto , rejuvenescimento facial, drenagem linfática manual, massagem modeladora, massagem relaxante, massagem anti stress, Pós operatório de cirurgias reparadoras e estéticas.

Os recursos utilizados para os atendimentos, consistem em equipamentos da área da eletroterapia e cosmeceuticos de tecnologia avançadas, a fim de promover a saúde da pele, prevenir patologias e curando as já existentes.

A Importância do NADEF para a saúde da comunidade, dar-se de modo preventivo e promocional, pois a partir da avaliação detecta-se graves patologias, como: melasma, câncer de pele, hanseníase, Dsts ,psoríase, lupus e outras afecções.

No campo promocional tem-se a ação desses profissionais, trabalhando em campanhas de conscientização do uso do protetor solar, a prática de atividade física, alimentação balanceada e entre outros.

Com tudo, no NADEF há um amplo espaço, de fundamental importância e interesse para todos que é a saúde pública da comunidade. Os seus profissionais e pesquisadores buscam estabelecer, cumprir, notificar e tomar medidas para a erradicação de patologias da pele, como também, disfunções neurológicas, hormonais e musculoesqueléticas de toda a comunidade circunscrita acima.

Além disso o NADEF também atua firmemente no processo, no fomento e na produção de pesquisa científica, englobando alunos da Graduação e Pós-Graduação, tornando-se assim referência a toda a comunidade acadêmica que busca a essa área.

3.5.2. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA

A UVA tem definidas políticas de apoio pedagógico e financeiro, políticas de apoio à permanência e à organização estudantil, bem como de acompanhamento dos egressos, disponibilizando recursos do seu orçamento e condições para a execução. À Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROARES cabe o desenvolvimento de programas e projetos junto à comunidade estudantil.

A Universidade conta com o Programa Bolsa Universidade, o Auxílio Alimentação, a Isenção de Taxa de Inscrição para o Vestibular e no início de 2014 implantou o Programa Auxílio Moradia.

3.5.2.1. Programa Bolsa Universidade

Foi criado em 2005 e tem por objetivo proporcionar aos discentes socioeconomicamente carentes, condições financeiras que lhes possibilitem concluir sua formação acadêmica, além de possibilitar situações práticas de aprendizagem profissional em estágio em setores acadêmicos diversos como: monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, dentre outros.

3.5.2.2 Programa Auxílio Alimentação

Foi instituído em 2012, com o objetivo de contribuir para a permanência e promoção da inclusão social dos alunos dos cursos de graduação que se encontra em situação de fragilidade socioeconômica. O Auxílio é concedido em forma pecuniária ao aluno que tenha sido selecionado em Processo Seletivo, correspondendo somente ao período letivo.

3.5.2.3 Isenção de Taxa de Inscrição para o Vestibular

A universidade concede isenção e descontos nos pagamentos da taxa de inscrição em processo seletivo, objetivando classificar candidatos a cursos de graduação, em sua Sede, para alunos que tenham cursado o ensino médio regular em escola da rede pública de ensino (municipal, estadual ou federal), de funcionamento regular no Estado do Ceará. Esta ação, dentre outras, tem possibilitado que cerca de 60,0% de suas vagas sejam ocupadas por este público.

3.5.2.4 Programa Auxílio Moradia

Foi instituído em 2014, com o objetivo de contribuir para a permanência e promoção da inclusão social dos alunos dos cursos de graduação que não possuem residência em Sobral e se encontram em situação de fragilidade socioeconômica. O Auxílio é concedido em forma pecuniária ao aluno que tenha sido selecionado em Processo Seletivo, correspondendo somente ao período letivo.

3.5.2.5 Programa Institucional de Iniciação Científica

A UVA promove o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa, de estudantes de graduação do ensino superior. A iniciação científica se constitui em um instrumento que permite introduzir os estudantes de graduação na pesquisa científica desde cedo, em contato direto com a atividade científica. O programa oferece bolsas de pesquisas oriundas da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e do Programa Bolsa Universidade - PBU/UVA.

3.5.2.6 Programa de Bolsa de Extensão

É um instrumento que abrange programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na formação dos alunos e na inclusão social nas suas mais diversas dimensões. O programa favorece o estudante da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, dando-lhe oportunidade de articular as atividades de ensino, pesquisa e extensão, estimulando o desenvolvimento social e

o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior.

Pelo contato direto dos estudantes extensionistas com realidades concretas. Estas ações contribuem para a formação e profissionalização acadêmica. A partir destes e de outros programas, a UVA aprofunda o seu papel social, indo ao encontro dos mais necessitados, sem deixar de privilegiar o talento e o esforço individual dos alunos, ao mesmo tempo que trabalha o lado comunitário em sentido mais amplo, atuando corretivamente em segmentos sociais não alcançados por ações específicas do poder público.

3.5.2.7 Estímulos à Permanência

A UVA presta assistência ao seu corpo discente, com medidas que desenvolvem a livre e harmônica convivência da comunidade estudantil, tais como:

- I. Realização de atividades culturais, científicas, artísticas e recreativas;
- II. Prática de Educação Física através de desportos, com orientação adequada e instalações específicas;
- III. Estímulo às atividades que objetivam a formação cívica e à consciência dos direitos e deveres dos cidadãos.

Cada Conselho de Centro providencia a criação de funções de Monitor para alunos dos cursos de graduação do Centro que, mediante processo seletivo, revelem capacidade de desempenho nas atividades didático-pedagógicas no domínio de determinada disciplina. A capacidade de desempenho será medida através do histórico escolar dos candidatos e de provas escritas específicas, realizadas de acordo com os planos da coordenação respectiva. O exercício da monitoria é remunerado e constitui título para o posterior ingresso na carreira de magistério superior.

3.5.2.8 Estímulo à Organização e Participação Estudantil

O corpo discente será representado nos órgãos colegiados da Universidade, com direito a voz e voto, na forma estabelecida na composição de cada Conselho, anteriormente descrita.

A representação estudantil terá a função de cooperar com a comunidade acadêmica para o aprimoramento da Universidade, vedadas às atividades de natureza político-partidária.

São órgãos estudantis no âmbito da Universidade:

O Diretório Central dos Estudantes;

Os Centros Acadêmicos.

Os representantes do corpo discente nos órgãos colegiados da Universidade são eleitos em pleito direto, convocado e presidido pelo Diretório Central dos Estudantes. As eleições para escolha das Diretorias dos Diretórios obedecerão ao seguinte procedimento:

Registro prévio dos candidatos;

Realização dentro do recinto da instituição;

Identificação do estudante eleitor;

Garantia do sigilo do voto e da inviolabilidade das urnas;

Apuração imediata, após o término da votação.

O acompanhamento de todo o processo eleitoral caberá a uma comissão constituída de docentes e estudantes da instituição, designada pelo Reitor, tratando-se do Diretório Central dos Estudantes e pelo Diretor do Centro respectivo, na hipótese de eleição para Diretoria de Diretório Acadêmico.

Os órgãos de representação estudantil devem prestar contas à Reitoria, anualmente, de quaisquer recursos que lhes forem repassados pela Universidade. A falta da prestação de contas impede os Diretórios de receberem novos auxílios. A comprovação de uso indevido pelos Diretórios, dos recursos repassados pela Universidade, importa responsabilidade disciplinar, civil e penal dos membros da respectiva Diretoria.

3.5.2.9 Acompanhamento dos Egressos

O acompanhamento de egressos da UVA tem se constituído em um elemento de discussão quanto ao processo de operacionalização. Cabe enfatizar que desde 2010 o processo de informatização das atividades acadêmicas através do Núcleo de Tecnologia e Informação da

UVA tem facilitado o gerenciamento das informações acadêmicas, prática que tem possibilitado a sistematização das informações dos discentes matriculados na UVA.

Uma das primeiras tentativas de se acompanhar os egressos da UVA ocorreu em 2011 com a implementação do questionário no sistema acadêmico, o qual é respondido pelos alunos que solicitam outorga de grau. Este instrumento é composto por 29 perguntas as quais buscam traçar o perfil socioeconômico do concludente e avaliação com relação às atividades de ensino vivenciados na UVA e temas voltados à inserção profissional, interesse por educação continuada, opinião sobre a divisão da carga horária do curso, incentivo à pesquisa e ao empreendedorismo no âmbito do curso, com vistas à obtenção de informações que possam balizar a retroalimentação dos conteúdos ministrados.

No entanto, esse questionário precisa ser retroalimentado com informações advindas destes profissionais após a sua saída da UVA. Nessa perspectiva, para este quadriênio a PROGRAD deseja consolidar o referido instrumento envolvendo a sua aplicação aos graduados que colaram grau há um ou mais anos. Assim, sob a responsabilidade da PROGRAD está sendo estruturada uma ferramenta, que será ajustada e incluída pelo NTI, no portal eletrônico da UVA para o acompanhamento dos egressos, a qual engloba.

Além desse será instalado um link do Egresso no Portal da UVA, o qual possibilitará um contato mais estreito entre a Instituição e o público por ela graduado, como forma de assegurar um canal permanente de comunicação com os ex-alunos e, mais que isso, estender as relações da UVA para além do tempo da formação profissional, dando continuidade a uma história de interação entre a IES e os seus egressos.

3.5.2.10 Residência Universitária

Para muitos estudantes o sonho de cursar uma faculdade é recheado de esperança e desafios como de percorrer longas distâncias todos os dias para garantir sua formação ou mesmo morar longe da família.

Na cidade de Sobral onde diuturnamente desembarcam milhares de estudantes de toda a região norte do Ceará, a rotina de idas e vindas por longas distâncias é a única opção para quem ingressou na vida acadêmica, mas não tem condição de morar na Princesa do Norte.

Na Universidade Estadual Vale do Acaraú onde por muitos anos a instalação de uma Residência Universitária foi pauta de reivindicação dos estudantes, a luta tornou-se realidade e início deste mês foram entregues as chaves dos apartamentos para 101 alunos de um total de duzentos que o prédio de três andares terá capacidade para abrigar.

Além da Residência Universitária oferece ainda aos seus estudantes auxílio financeiro para participação de eventos; programas de bolsas de estágio como o PBU e há quase um ano conta com o Restaurante Universitário, ações que juntas garantem a permanência dos alunos em Sobral e continuidade dos estudos.

3.5.2.11 Restaurante Universitário

O Restaurante Universitário da Universidade Estadual Vale do Acaraú (RU/UVA) está em funcionamento e estará aberto no horário das 11h30min às 14h (almoço) e das 18h às 19h30min (jantar). O RU foi inaugurado em 14 de julho de 2017, às 12h, quando o Governador Camilo Santana e o Reitor Fabianno Cavalcante de Carvalho fizeram a entrega do novo equipamento à comunidade acadêmica da UVA.

O acesso é a partir da identificação biométrica dos usuários, que pagarão pela refeição os seguintes valores: R\$2,50 (estudante); R\$6,00 (funcionários técnicos-administrativos) e R\$8,18 (professores). Os usuários fizeram o cadastro biométrico na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), no *campus* Betânia.

Localizado no *campus* Betânia, próximo à Praça do Mestre, o RU atende a comunidade acadêmica – alunos, professores e funcionários – com 1.800 refeições diárias, sendo 800 no almoço e 800 no jantar. As 200 refeições diárias, referente ao café da manhã, também tiveram início também na Residência Universitária (REU), é servida somente aos alunos cadastrados como residentes. O cardápio da semana está disponível no sítio eletrônico da UVA, em www.uvanet.br.

CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Apresentação

De posse dos dados coletados foram feitas as análises dos dados a luz do referencial teórico que foi estudado, entre outros.

A seguir apresentou-se discussão dos dados com as concepções devidamente referendadas em autores que tratam das questões aqui abordadas: **“Políticas de Assistência Estudantil Universitária: definições, limites e possibilidades na perspectiva de um atendimento de qualidade”**.

Nesta sessão serão apresentados, analisados e discutidos os resultados da pesquisa, portanto para maior compreensão sobre o estudo traz-se o perfil dos alunos de duas instituições (privada e pública), com o intuito de se ter a visão total de quem são estes alunos, contexto familiar, dados acadêmicos, políticas de assistência estudantil, principais desafios com o término da graduação, quais são os incentivos e, sendo assim ver qual a perspectiva do aluno com os incentivos dados pelo governo, pelas instituições a fim de que o aluno não possa somente ingressar na universidade, mas que ele possa concluir sua graduação e desempenhar sua profissão com qualidade..

Ao iniciar a discussão sobre a assistência estudantil, é importante termos clareza que apenas a oferta da vaga não é suficiente para alunos oriundos de famílias pertencentes às camadas economicamente baixas da sociedade conseguirem cursar uma graduação, pois essa nova situação acaba gerando gastos com os quais a família não tem condições financeiras de arcar e que se não houver uma política social efetiva, provavelmente poderá acarretar no abandono por parte do aluno. Assim, faz-se necessária uma política de permanência que possibilite uma assistência a esse estudante, a fim de que ele possa permanecer na universidade e concluir o curso. Em outras palavras:

Torna-se necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência dos alunos que ingressam na universidade, reduzindo assim, os efeitos das desigualdades apresentadas pelo conjunto de estudantes comprovadamente desfavorecidos e que apresentam dificuldades concretas para prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso (FINATTI, 2008, p. 196).

Foi feito o comparativo de duas instituições para observar as perspectivas dos alunos sobre os programas de assistência estudantil e a diferença entre as duas instituições Privada e Pública. A descrição delas e dos cursos que os envolvidos foram entrevistados estão a baixo nas tabelas e organizado por itens, para melhor compreensão.

4.1.1 Dados da instituição privada – UNINTA

4.1.1.1 Perfil do estudante do curso de direito do UNINTA

QUADRO 1 - PERFIL DO ESTUDANTE DO CURSO DE DIREITO

PERFIL DO ESTUDANTE	
ITEM	INSTITUIÇÃO: CENTRO UNIVERSITÁRIO INTA - UNINTA
	SEXO F () M ()
1	Unidade Federativa de origem do estudante
2	Estado civil/Situação conjugal atual
3	Condição de moradia atual do estudante
4	Situação economia do Estudante
5	Em sua IES tem restaurante Universitário? Frequência com que utiliza.
6	Qual principal meio de transporte que você utiliza para chegar a sua IES?
7	Qual a distância entre sua morada atual e sua IES? Em km ou em horas

FONTE: Sistematizada pela autora, 2019.

Foi observado que cerca de 60% do curso de Direito é constituído por homens e 40% das vagas preenchidas são por mulheres, na faixa etária entre 18-25 anos com uma porcentagem de 90% e 10% entre 26-35 anos.

ITEM 01: 20% residem na cidade de Reriutaba, 50% na região da Ibiapaba (Serra Grande), 10% na cidade de Sobral e 20% residem nas regiões litorâneas.

ITEM 02: 90% dos alunos são solteiros e 10% são casados.

ITEM 03: Cerca de 50% dos universitários moram em casa própria e 50% em casa alugada.

ITEM 04: Cerca de 80% não possuem renda e 20% possuem uma renda familiar que colaboram na assistência do aluno.

ITEM 05: Cerca de 100% responderam que não possui restaurante universitário.

ITEM 06: Dentre eles utilizam 50% transporte próprio e 50% transporte público (Ônibus)

ITEM 07: Foi observado que 50% dos alunos levam aproximadamente 1 hora de percurso e 50% levam aproximadamente 15min – 25min.

Fazendo uma análise comparativa desse quadro observa-se no item 1 (um) que a ocupação das vagas do curso de Direito nessa IES é ocupada por a maioria homens do que por mulheres e isso se deve ao fato de que o curso de direito esteja ligado a uma compreensão de que o Direito, enquanto performance, exija do profissional muita racionalidade e objetividade até mesmo certa segurança “quanto ao que acredita a despeito de qualquer argumentação contrária, e a desenvoltura de estapear o adversário com sua opinião sem misericórdia, é extremamente masculino”¹ (GÓIS, 2017) e isso provavelmente se deva ao fato de que as mulheres que procuram desenvolver seu profissionalismo nessa área tenha que ultrapassar sua condição educacional, física e a própria pressão social em vários momentos da carreira.

No item 2 (dois) observou-se também que a maioria dos estudantes são solteiros a minoria casados e isso é muito provável porque o curso de direito entre os 10 mais procurados do Sisu – Sistema de Seleção Unificada, o Direito é que tem maior destaque e procura no mercado. No item seguinte foi possível observar que a metade desses alunos mora de aluguel. Provavelmente bancados pelos pais, pois não obstante, no item 4 (quatro) vinte por cento desses alunos são custeados pelos familiares e os outros oitenta por cento não tem renda.

Observa-se que o PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil, criado pelo governo federal brasileiro na gestão do Ministro da Educação Fernando Haddad, instituído no intuito de apoiar a permanência de estudantes de baixa renda e oferecer assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde e etc, deveria amparar esses alunos, mas não é o que acontece de fato. E para dificultar ainda a condição de aluno, a IES não oferece restaurante universitário.

¹ **Tainã Góis** é membra da Rede Feminista de Juristas, advogada e mestranda pela Faculdade de Direito da USP.

4.1.1.2 Contexto familiar dos estudantes do Curso de Direito do UNINTA

QUADRO 2 - CONTEXTO FAMILIAR DOS ESTUDANTES DO CURSO DE DIREITO

CONTEXTO FAMILIAR	
ITEM	Perguntas
1	Quantitativos de pessoas que vivem da renda do grupo familiar?
2	Renda mensal do grupo familiar?
3	Grau de instrução dos pais?

FONTE: Sistematizada pela autora, 2019

ITEM 01: Foi constatado que sua renda de 100 % dos alunos se divide entre 2- 4 pessoas.

ITEM 02: Cerca de 50% possuem renda de 2 a 3 salários-mínimos e cerca de 50% possuem de 4 a 7 salários-mínimos.

ITEM 03: Foi observado que 50% dos pais possuem fundamental II ou ensino médio e 49% superior completo ou incompleto e 1% possui Pós-graduação a Mestrado.

Nesse quadro foi possível observar que contexto familiar dos alunos matriculados no curso de Direito da respectiva IES está inserido em um contexto social de classe média alta e classe alta, haja vista, a renda per capita demonstrada das famílias ora mencionadas.

Quanto ao grau de instrução das famílias, estas se inserem num contexto social letrado. Embora nem todos tenham ensino médio completo, apenas um por cento se encontra em um nível mais elevado se percebe que as mesmas se esforçam para manter os filhos numa escola particular, pagando um curso elevado por acreditarem num futuro melhor para os mesmos.

4.1.1.3 Dados acadêmicos dos estudantes do Curso de Direito do UNINTA

QUADRO 3 - DADOS ACADEMICOS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE DIREITO

INFORMAÇÕES DO CURSO E EXPECTATIVAS PROFISSIONAL				
Innstituição: UNINTA		Curso: Direito	Período: 5º	Entrevistados: 50
ITEM	PERGUNTA			
1	Em que curso você está matriculado?			
2	Qual período você está cursado?			
3	De que forma você ingressou na sua IES?			
4	Quais suas expectavas ao fazer um curso de nível Superior?			
5	Quais os motivos que levaram escolher essa IES?			

6	O que você pretende fazer logo após se formar?
7	Quais os estressores ou dificuldades que interferem ou podem interferir no seu contexto acadêmico?

FONTE: Sistematizada pela autora, 2019.

ITEM 01: Direito

ITEM 02: 5º período

ITEM 03: Cerca de 100% entraram por meio do vestibular tradicional

ITEM 04: Suas expectativas são cerca de 50% pretendem prestar concurso público, 40% pretendem seguir carreira jurídica e 10% pensam em estabilidade financeira.

ITEM 05: Cerca de 90% escolheram pela qualidade do curso e pela estrutura da universidade e 10% pela distância e fácil acesso.

ITEM 06: Cerca de 50% pretendendo OAB, 40% querem prestar concurso público e cerca de 10% querem logo trabalhar na área.

ITEM 07: Dentre eles 70% citaram a dificuldade financeira e cerca de 20% conciliar o trabalho com os estudos e cerca de 10% falaram sobre a distância.

É sabido que a procura pelos cursos de direito entre os jovens universitários é muito grande. A área do Direito é campeã com relação à quantidade de ingressantes dentre todos os demais cursos de nível superior no Brasil e a busca pela carreira jurídica registra um crescimento progressivo nos últimos anos entre os jovens.

Ao observar os dados acima, percebe-se que a maioria dos jovens matriculados no curso acima citado pretende prestar concurso público devido à estabilidade financeira.

4.1.1.4 Política de assistência estudantil dos acadêmicos do Curso de Direito do UNINTA

QUADRO 4 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE DIREITO

POLITICA DE ASSISTENCIA ESTUTANTIL			
ITEM 1	Quais dos programas de assistência estudantil que você já participou ou participa?	SIM %:	NÃO%:
1.1	Alimentação		100
1.2	Moradia		100
1.3	Atendimento Psicológico	05	95
1.4	Atendimento Fisioterapêutico	50	50

1.5	Atendimento Psicopedagógico	50	50
1.6	Atendimento Médico	10	90
1.7	Programa PRAVALER		100
1.8	Projeto Inspiração		100
1.9	Fundo de Financiamento ao Estudante de E.S – FIES	50	50
1.10	PROUNI – SISU		100
1.11	Você tem alguma atividade acadêmica remunerada? Qual?	05	95
1.12	Qual sua opinião e entendimento sobre o plano de assistência estudantil?	80	20
1.13	Você acha que os projetos de Assistência Estudantil atende suas demandas? Por quê?	20	80

FONTE: Sistematizada pela autora, 2019.

ITEM 1.1; Nenhum aluno utiliza porque na IES não tem Restaurante Universitário, ou seja, 100%

ITEM 1.2: Nenhum aluno utiliza porque na IES não tem Restaurante Universitário, ou seja, 100%

ITEM 1.3: Cerca de 95% não pareciam e 5% afirmam que sim

ITEM 1.4: Cerca de 50% utilizam sim do programa de assistência e 50% não utilizam

ITEM 1.5: Cerca de 50% utilizam sim do programa de assistência e 50% não utilizam

ITEM 1.6: Cerca de 90% não utilizam e 10% utilizam

ITEM 1.7 Ninguém optou em Sim nessa opção

ITEM 1.8: Ninguém optou em Sim nessa opção

ITEM 1.9: Cerca de 50% utilizam sim do programa de assistência e 50% não utilizam

ITEM 1.10: Ninguém optou em Sim nessa opção

ITEM 1.11 Cerca de 95% não possuem atividade nenhuma renumerada e 5% sim com (Monitoria).

A Política de assistência estudantil surge para monitorar e assessorar os estudantes de baixa renda a continuar com os estudos. Em contrapartida, com relação ao item acima, percebe-se que a maioria desses estudantes não está usufruindo daquilo que seria garantido pela lei – **nº 7.234/2010**. Conforme Fonaprace (2012) diz que a assistência estudantil é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações que garantem a permanência e a

conclusão dos acadêmicos nas graduações com a perspectiva de inclusão social, ampliação de seus conhecimentos, qualidade de vida e etc.

O PNAES oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. Com relação aos itens analisados na tabela, parece que a maioria dos estudantes não participa das regalias que o programa oferta. Isso talvez se deva ao fato de os próprios estudantes desconhecerem o programa. Para Costa (2010) o tema assistência estudantil não tem clareza quanto ao seu significado.

Apesar da importância que representa para a grande maioria da clientela estudantil de ensino superior no Brasil, o tema da assistência estudantil ainda é pouco pesquisado. Tanto os administradores das ações, quanto os estudantes universitários não têm muito claro o significado do termo, a dificuldade em explicar o conceito de assistência estudantil pode estar associada ao modo como o tema foi abordado ao longo do tempo no Brasil. O entendimento de assistência estudantil era atrelado à ideia de apoio à moradia e à alimentação, destacando a pertinência do auxílio financeiro a fatores de ordem econômica. (Costa, 2010 p. 23).

Nesse sentido, conforme Andrade e Teixeira (2017) ressalva que a atual política nacional de assistência estudantil nas universidades públicas e federais brasileiras se amparam em algumas áreas de atuação. Mas em contraposição não orientam e nem desenvolvem ações para melhor atender suas demandas. Na legislação que rege em torno do PNAES existe termos que garantem o combate a retenção e a evasão e promoção da inclusão social dos estudantes.

Com relação ao programa PRAVALER, um programa de crédito universitário privado e que financia o ensino superior e parceiro da Instituição de Ensino, possibilitando assim o pagamento das mensalidades de forma parcelada, a maioria dos alunos desta IES parece não usufruir.

ITEM 1.12: Cerca de 80% responderam como uma melhoria e desenvolvimento para o meio acadêmico, e 20% preferiram não optar sobre a questão.

Como aponta a fala dos alunos sobre o entendimento do que seja o plano de assistência estudantil e qual sua opinião a respeito do mesmo, ficou evidente nas respostas dos mesmos que o programa se insere como sendo de melhorias para o meio acadêmico. O FIES apresenta em sua essência discursos sobre a valorização da qualidade do ensino superior impondo condições para

alunos inscritos no programa e que os alunos devam estar em cursos de instituições com avaliação positiva do MEC, entendendo-se como avaliação positiva no mínimo a nota três.

Ademais, esta condição objetiva ainda, incentivo para as instituições de ensino superior que participem do respectivo programa para realizar investimentos na sua infraestrutura, melhorias nas condições de trabalho, na qualificação de professores e projeto pedagógico.

O crescimento exponencial do Fies aponta para a necessidade do governo federal estabelecer metas cada vez mais rígidas para as IES e seus cursos, seja com avaliações internas por meio de Comissões Próprias de Avaliação (CPA) ou pelas avaliações externas como o Enade. Mecanismos de controle sobre a prestação de serviços ao aluno são necessários, pois quanto maior o número de alunos com financiamento, maior será a responsabilidade do governo sobre a garantia da qualidade da formação acadêmica que as IES propõem e dispõem aos alunos. Senão o governo federal será apenas um fomentador da captação de alunos para as IES, gerando lucro certo e esforço mínimo. (PINHEIRO, 2013, p. 12).

ITEM 1.13: Cerca de 80% responderam que não, acham insuficientes e 20% acham que auxiliar na vida acadêmica.

As respostas apontadas nesse item, ficou evidente que o programa não atende a demanda de todos os estudantes pelo expressivo número que apontaram respostas negativas. Se o foco do programa “é contribuir de forma eficaz para que haja melhoria no desempenho acadêmico do estudante” (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017, p 513), por outro lado não é o que diz os alunos com relação ao mesmo. Para esta instituição, ficou evidente nas respostas dos alunos que a preocupação maior da respectiva IES a assistência estudantil esteve focada nas questões de ordem econômica.

4.1.2.1 Perfil do estudante do Curso de Fisioterapia do UNINTA

QUADRO 5 - PERFIL DO ESTUDANTE DO CURSO DE FISIOTERAPIA

PERFIL DO ESTUDANTE	
ITEM	INSTITUIÇÃO: CENTRO UNIVERSITÁRIO INTA - UNINTA
	SEXO F () M ()
1	Unidade Federativa de origem do estudante
2	Estado civil/Situação conjugal atual
3	Condição de moradia atual do estudante

4	Situação economia do Estudante
5	Em sua IES tem restaurante Universitário? Frequência com que utiliza.
6	Qual principal meio de transporte que você utiliza para chegar a sua IES?
7	Qual a distância entre sua morada atual e sua IES? Em km ou em horas

FONTE: Sistematizada pela autora, 2019.

Foi observado que cerca de 51% dos alunos do curso de Fisioterapia são constituídos por homens e 49% das vagas preenchidas, são por mulheres, na faixa etária entre 18-25 cerca de 90% e 10% entre 26-35 anos.

ITEM 01: 20% residem na cidade de Reriutaba, Ipu e Ipueiras, 50% na região da Ibiapaba (Serra Grande), 10% na cidade de Sobral e 20% residem nas regiões litorâneas.

ITEM 02: 95% dos alunos são solteiros e 05% são casados.

ITEM 03: Cerca de 50% dos universitários moram em casa própria e 50% em casa alugada.

ITEM 04: Cerca de 95% não possuem renda e 05% possuem uma renda familiar que colaboram na assistência do aluno.

ITEM 05: Cerca de 100% responderam que não possui um restaurante universitário

ITEM 06: Dentre eles utilizam 50% transporte próprio e 50% transporte público (Ônibus)

ITEM 07: Foi observado que 50% dos alunos levam aproximadamente 1 hora de percurso e 50% levam aproximadamente 15min – 25min.

Observou-se ainda que o perfil psicográfico dos estudantes do curso de fisioterapia que estes se encontram muito próximos do perfil dos estudantes do curso de Direito. Com relação ao item 04 acima estabelecido, percebe-se que a maioria não tem renda familiar colaborativa no contexto da assistência estudantil e isso provavelmente se torne um agravante. Principalmente para os alunos que moram em casas alugadas. Esses, de modo geral devem passar por muitas privações para conseguir se manter no curso.

A maioria desses alunos não possuem renda familiar fixa, é bem provável que essas famílias viva na informalidade econômica, e isso provavelmente representa boa parte contextual das famílias brasileiras que não tem renda fixa e viva na informalidade.

Sobre essa tendência informal o Fonaprace (1997) aponta grandes dificuldades socioeconômicas de uma parcela bastante significativa desses estudantes e isso pode significar

posteriormente evasão ou abandono. Isso apenas demonstra que essa ausência de recursos para a manutenção de políticas, que na verdade deveria buscar e criar condições concretas de permanência desses alunos na universidade, ao mesmo tempo faz com os mesmos, possivelmente desistam ou atrasem a conclusão de seus cursos.

4.1.2.2 Contexto familiar dos estudantes do Curso de Fisioterapia do UNINTA

QUADRO 6 - CONTEXTO FAMILIAR DOS ESTUDANTES DO CURSO DE FISIOTERAPIA

CONTEXTO FAMILIAR	
ITEM	Perguntas
1	Quantitativos de pessoas que vivem da renda do grupo familiar?
2	Renda mensal do grupo familiar?
3	Grau de instrução dos pais?

FONTE: Sistematizada pela autora, 2019.

ITEM 01: Foi observado que a renda de 90% do grupo familiar se divide entre 2- 4 pessoas, e cerca de 10% entre 2-3 pessoas.

ITEM 02: Cerca de 90% possuem renda de 2 a 3 salários-mínimos e cerca de 10% possuem cerca de 5 salários-mínimos.

ITEM 03: Foi observado que 50% dos pais possuem fundamental 2 ou ensino médio e 49% superior completo ou incompleto e 1% possui Pós-graduação a Mestrado.

O contexto familiar dos estudantes do curso de fisioterapia da respectiva IES difere um tanto do curso de direito. As famílias veem de um contexto familiar mais escolarizado, a julgar pelo perfil de famílias acima citadas onde a maioria tem ensino superior completo. O contexto socioeconômico também ficou bem acima do curso anterior mencionado.

A busca da redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade brasileira. Democratização que não se efetiva apenas no acesso à educação superior gratuita - é necessária que haja mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso. (FARIA. 2001, p. 212)

Foi observado a distinta realidade dos perfis de alunos de universidade pública e da privada, pode até ser que há uma dificuldade no contexto familiar, porém a oportunidade de ingressar na universidade são as mesmas.

No entanto, é preciso que se garanta condições favoráveis de acesso e permanência a educação de qualidade são deveres exclusivos do Estado e da família e isso está inserido na Constituição Federal que estabelece em seu Artigo 205, que a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (Brasil, 2010).

4.1.2.3 Dados acadêmicos dos estudantes do Curso de Fisioterapia do UNINTA

QUADRO 7 - DADOS ACADEMICOS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE FISIOTERAPIA

INFORMAÇÕES DO CURSO E EXPECTATIVAS PROFISSIONAIS			
Instituição: UNINTA		Curso: Fisioterapia	Entrevistados: 50
ITEM	PERGUNTA		
1	Em que curso você está matriculado?		
2	Qual período você está cursado?		
3	De que forma você ingressou na sua IES?		
4	Quais suas expectativas ao fazer um curso de nível Superior?		
5	Quais os motivos que levaram escolher essa IES?		
6	O que você pretende fazer logo após se formar?		
7	Quais os estressores ou dificuldades que interferem ou podem interferir no seu contexto acadêmico?		

FONTE: Sistematizada pela autora, 2019.

ITEM 01: Fisioterapia

ITEM 02: 5º período

ITEM 03: Cerca de 50% entraram por meio do vestibular tradicional e 50% pelo Enem.

ITEM 04: Suas expectativas são cerca de 50% trabalhar na área e 50% pensam em estabilidade financeira.

ITEM 05: Cerca de 50% escolheram pela qualidade do curso e pela estrutura da universidade e 50% realização pessoal

ITEM 06: Cerca de 70% pretendem mestrado, 20% concurso público e cerca de 10% querem exercer a profissão.

ITEM 07: Dentre eles 70% citaram a dificuldade financeira e cerca de 20% conciliar o trabalho com os estudos e cerca de 10% falaram sobre a distância.

As respostas dos alunos do respectivo curso nos itens 1,2,3 se repetem em detrimento ao curso de Direito. Quanto às expectativas com relação ao curso, metade dos estudantes escolheram o curso de fisioterapia pela estrutura da Instituição e outra metade pela realização pessoal. Ainda se observa que a maioria dos estudantes pretende ingressar no mestrado e se aperfeiçoar na área. Outros pretendem o concurso público, provável que seja pela estabilidade financeira.

Sobre os estressores ou dificuldades que interferem ou podem interferir no contexto acadêmico, a maioria cita as dificuldades financeiras. Para Sampaio (2013, p. 88) diz que uma das tendências observada no setor privado é a da redução dos custos, “os gestores verificaram que, como a operação se realiza em grande escala e de forma padronizada, é possível reduzir os seus custos e cobrar menos dos alunos, o que tem levado à diminuição das mensalidades e consequente expansão dessas instituições”. Essa mesma autora ainda diz que:

As instituições públicas e privadas são frequentemente combinadas com outras variáveis para caracterizar a heterogeneidade do Ensino Superior no Brasil, porém verifica-se uma tendência de desenvolvimento maior das de iniciativas privadas (SAMPAIO, 2013).

Observa-se que a maioria das dificuldades sempre são citadas como condições financeiras, por mais que o ingresso da universidade através do FIES, ainda possuem dificuldade de como se manter, até porque esses universitários vem de uma outra cidade para cursar a graduação tão desejada e acaba havendo um deslocamento ou uma nova adaptação em moradia.

4.1.2.4 Política de assistência estudantil dos acadêmicos do Curso de Fisioterapia do UNINTA

QUADRO 8 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE FISIOTERAPIA

POLITICA DE ASSISTENCIA ESTUTANTIL			
ITEM 1	Quais dos programas de assistência estudantil que você já	SIM %:	NÃO%:

	participou ou participa?		
1.1	Alimentação		100
1.2	Moradia		100
1.3	Atendimento Psicológico	05	95
1.4	Atendimento Fisioterapêutico	30	70
1.5	Atendimento Psicopedagógico	50	50
1.6	Atendimento Médico	10	90
1.7	Programa PRAVALER		100
1.8	Projeto Inspiração		100
1.9	Fundo de Financiamento ao Estudante de E.S – FIES	50	50
1.10	PROUNI – SISU		100
1.11	Você tem alguma atividade acadêmica remunerada? Qual?	5	95
1.12	Qual sua opinião e entendimento sobre o plano de assistência estudantil?	80	20
1.13	Você acha que os projetos de Assistência Estudantil atende suas demandas? Por quê?	10	90

FONTE: Sistematizada pela autora, 2019.

ITEM 1.1: Nenhum aluno optou sim, pois não participam de nenhum programa de alimentação, ou seja, 100%.

ITEM 1.2: Nenhum aluno optou sim, pois não participam de nenhum programa de alimentação, ou seja, 100%.

ITEM 1.3: Cerca de 95% não pareciam e 5% afirmam que sim

ITEM 1.4: Cerca 30% utilizam sim do programa de assistência e 70% não utilizam

ITEM 1.5: Cerca 50% utilizam sim do programa de assistência e 50% não utilizam

ITEM 1.6: Cerca de 90% não utilizam e 10% utilizam

ITEM 1.7 Ninguém optou em Sim nessa opção

ITEM 1.8: Ninguém optou em Sim nessa opção

ITEM 1.9: Cerca 50% utilizam sim do programa de assistência e 50% não utilizam

ITEM 1.10: Ninguém optou em Sim nessa opção

ITEM 1.11: Cerca de 95% não possuem atividade nenhuma renumerada e 5% sim com (Monitoria)

ITEM 1.12: Cerca de 80% responderam como uma melhoria e desenvolvimento para o meio acadêmico, e 20% preferiram não optar sobre a questão.

ITEM 1.13: Cerca de 90% responderam que não, acham insuficiente e 10% acham auxiliar na vida acadêmica.

Com relação aos itens relativos à alimentação dando sequência até o item “médico”, a maioria dos estudantes não usufrui dessas demandas. No item do programa PRAVALER e Projeto Inspiração ninguém apontou positividade nesse contexto. Pouco provável que não conheçam ou optaram por indiferença mesmo.

Sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante de E.S – FIES metade dos alunos diz usufruir do mesmo. Isso só é possível porque o FIES vem oportunizando milhões de brasileiros, que antes, não tinham oportunidades de ingressar na vida acadêmica. Hoje, vestido com uma nova roupagem o programa, conforme Almeida (2015), apresenta um discurso sobre valorar a qualidade do ensino superior ofertado no Brasil impondo como condição para o aluno se inscrever no programa estando matriculado em cursos de instituições com avaliação positiva do MEC, entendendo-se como avaliação positiva no mínimo a nota três.

Para Monteiro (2012, citado por ALMEIDA, 2015) a novidade do programa consiste na Fiança Solidária, que é uma garantia oferecida entre estudantes que tem financiamento e estes são reunidos, no que esta mesma autora chama de “cooperativa de crédito” em que são formados grupos de três a cinco estudantes, candidatos ao financiamento, que se tornam fiadores de cada um, individualmente - é a criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC). Esses grupos são criados pelo próprio agente financeiro no momento da contratação.

Sobre o item do PROUNI— SISU, ninguém optou por responder. Sobre ter atividade de remuneração uma minoria apontou positividade. Nos itens finais, relativos ao entendimento do que seja a assistência estudantil apontaram como sendo melhorias e desenvolvimento para o meio acadêmico. Em consonância com as respostas dos alunos podemos citar uma dessas melhorias é a Fiança Solidária mencionada anteriormente.

A partir no novo FIES muitas condições estiveram bem mais favoráveis aos alunos de baixa renda expandindo ainda mais o programa. Conforme ainda Almeida (2015) essas mudanças são óbvias em detrimento as metas estabelecidas pelo PNE a serem alcançadas. Desde 2010 o número de contratos vem aumentando gradativamente, isso sinaliza flexibilidade nas novas regras do FIES onde muitos estudantes, que antes, devido ao teor rigoroso de suas regras acabava

excluindo muitos estudantes devido questões financeiras e que não conseguiam se beneficiar do mesmo criado para lhes atender (Almeida, 2015).

Com relação ao último item, os mesmos responderam que o programa não atende suas demandas.

4.2 Dados da IES Pública - Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

4.2.1. Perfil do estudante do Curso de Enfermagem da UVA

QUADRO 9 - PERFIL DO ESTUDANTE DO CURSO DE ENFERMAGEM

PERFIL DO ESTUDANTE		
ITEM	INSTITUIÇÃO:	FAIXA ETÁRIA:
	SEXO F () M ()	
1	Unidade Federativa de origem do estudante	
2	Estado civil/Situação conjugal atual	
3	Condição de moradia atual do estudante	
4	Situação economia do Estudante	
5	Em sua IES tem restaurante Universitário? Frequência com que utiliza.	
6	Qual principal meio de transporte que você utiliza para chegar a sua IES?	
7	Qual a distância entre sua morada atual e sua IES? Em km ou em horas	

FONTE: Sistematizada pela autora, 2019.

Foi observado que cerca de 51% do curso de Enfermagem é constituído por mulheres e 49% por homens cerca de 84% das vagas preenchidas, são por mulheres, na faixa etária de 18-25 e 16% são preenchidas com homens na faixa etária entre 26-35 anos. Aqui esses mesmos estudantes tem um perfil psicográfico bastante parecido com o perfil da IES de ensino privado.

ITEM 01: 30% residem na cidade de Reriutaba, Ipu e Ipueiras, Cariré e Varjota, 40% na região da Ibiapaba (Serra Grande), 10% na cidade de Sobral e 20% residem nas regiões litorâneas. Com relação a este item, o público-alvo em geral são jovens de classe média, a julgar pelos que moram em casa própria e que não necessitam se deslocar de sua cidade para a IES próxima e os demais são alunos de baixa renda e que moram em cidades próximas ou distantes das instituições que ofertam ensino superior.

ITEM 02: 100% dos alunos são solteiros (as).

ITEM 03: Cerca de 50% dos universitários moram em casa própria e 50% em casa alugada com amigos.

ITEM 04: Cerca de 20% são Bolsista e 80% desempregados. Com relação a este item percebe-se um número pequeno de Bolsistas matriculados nesta IES e a maioria não participa de bolsa e é desempregada.

Com relação às bolsas ofertadas Cappelli e Won (2016, p.65) dizem “que os estudantes que receberam auxílio com base em suas necessidades têm uma performance melhor do que aqueles que não receberam ajuda financeira e, por fim, aqueles que pagam o ensino superior com empréstimos têm um desempenho pior quando comparados com outras formas de auxílio”.

ITEM 05: Cerca de 50% responderam que Sim, que utilizam o restaurante universitário e 50% não utiliza. Em suma, esse item elenca um dos benefícios concedidos a estudantes identificados em situação de vulnerabilidade socioeconômica que é o restaurante universitário, a julgar pela metade dos alunos, conforme amostragem recebe auxílio alimentação, o que lhe confere direito de fazer as refeições diárias no Restaurante Universitário;

ITEM 06: Dentre eles utilizam 50% transporte próprio e 50% transporte público (Ônibus)

ITEM 07: Foi observado que 50% dos alunos levam aproximadamente 1 hora de percurso e 50% levam aproximadamente 15min – 25min.

Vale ressaltar que pôr os universitários virem de outras cidades ou por irem morar em outra cidade, é optado por eles morarem em conjunto (Amigos), como forma de economizar na renda e se manter durante o curso.

4.2.2 Contexto familiar dos estudantes do Curso de Enfermagem da UVA

QUADRO 10 - CONTEXTO FAMILIAR DOS ESTUDANTES DO CURSO DE ENFERMAGEM

CONTEXTO FAMILIAR	
ITEM	Perguntas
1	Quantitativos de pessoas que vivem da renda do grupo familiar?
2	Renda mensal do grupo familiar?
3	Grau de instrução dos pais?

FONTE: Sistematizada pela autora, 2019

ITEM 01: Foi observado que sua renda de 90% dos alunos se divide de 2- 4 pessoas, e cerca de 10% de 2-3 pessoas.

ITEM 02: Cerca de 90% possuem renda de 1 a 3 salários-mínimos e cerca de 10% possuem cerca de 4 salários-mínimos.

ITEM 03: Foi observado que 50% dos pais possuem o Fundamental II ou ensino médio e 50% superior completo ou incompleto.

Quanto aos dados referentes aos pais dos estudantes entrevistados, observa-se alguns elementos interessantes no que tange o grau de formação. Metade dos pais possuem fundamental ou médio completo e outra metade possuem ensino superior completo ou incompleto.

As famílias veem de um contexto mais escolarizado, a julgar pelo perfil de famílias acima citadas onde a maioria tem ensino superior completo. O contexto socioeconômico também ficou bem acima do curso anterior mencionado.

4.2.3 Dados acadêmicos dos estudantes do Curso de Enfermagem da UVA

QUADRO 11 - DADOS ACADEMICOS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE ENFERMAGEM

INFORMAÇÕES DO CURSO E EXPECTATIVAS PROFISSIONAL				
Instituição: UVA		Curso: Enfermagem	Período: 5º	Entrevistados: 50
ITEM	PERGUNTA			
1	Em que curso você está matriculado?			
2	Qual período você está cursado?			
3	De que forma você ingressou na sua IES?			
4	Quais suas expectativas ao fazer um curso de nível Superior?			
5	Quais os motivos que levaram escolher essa IES?			
6	O que você pretende fazer logo após se formar?			
7	Quais os estressores ou dificuldades que interferem ou podem interferir no seu contexto acadêmico?			

FONTE: Sistematizada pela autora, 2019.

ITEM 01: Enfermagem

ITEM 02: 5º período

ITEM 03: Cerca de 100% entraram por meio do vestibular tradicional.

ITEM 04: Suas expectativas são cerca de 50% contribuir para a sociedade e 50% realização pessoal

ITEM 05: Cerca de 80% Por ser uma IES publica e 20% obter reconhecimento profissional.

ITEM 06: Cerca de 25% pretendendo mestrado ou residência em saúde 25% concurso público cerca de 50% querem apenas trabalhar na área.

ITEM 07: Dentre eles cerca de 40% citaram a dificuldade financeira por conta de não conseguir conciliar os estudos com algum trabalho por ser o curso num período integral, 10% citaram a distância, 30% falaram sobre a poucas ofertas pelas bolsas disponíveis e 20% sobre a greve que as vezes ocorre.

Com relação a esse quadro e seus respectivos subtópicos, o item 03, forma de egresso na respectiva IES, é possível observar que o vestibular ainda é a forma mais viável de ingressar na universidade. Conforme as palavras de Cunha (1982) pode-se tirar uma questão que prevalece nos dias atuais que é o embate entre a oferta de vagas onde o mesmo cumpre um papel de seletividade, “resguardando certo prestígio e valor relativo dos diplomas aos que conseguem ultrapassá-lo, e outra posição, marcada pela expansão das vagas, defensora de maior flexibilização em relação ao ingresso”. (p. 67).

O item expectativa em relação ao ingresso na IES, metade dos alunos alegam contribuir para a sociedade e outra metade satisfação pessoal. No passo seguinte alguns alunos almejam seguir com os estudos, outros querem residência na área de enfermagem, outros prestar concurso e a maioria pretende apenas trabalhar na área de formação.

Com relação aos estressores ou dificuldades que interferem ou podem interferir no seu contexto acadêmico, os alunos citaram, a maioria, a dificuldade financeira por conta não conseguir conciliar os estudos com algum trabalho e pelo fato do curso ser no período integral, uma pequena parcela atribuiu à distância e outros ainda pela escassez de bolsas disponíveis.

As dificuldades financeiras do estudante universitário merecem atenção, especialmente quando as condições básicas de manutenção não são atendidas. A falta de infraestrutura básica de moradia e ambiente de estudo, a necessidade de trabalhar para sustentar a família, dificuldades para o deslocamento à universidade, má alimentação e indisponibilidade de de- Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários, (Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 512-528, jul. 2017).

Na Instituição Pública tem uma relevante diferença do fator greve, acima mencionado, relatada pelos alunos, que muitas vezes são prejudicados por esse fato que acabam atrasando muito a conclusão dos cursos, sem contar no desgaste psicológico.

4.2.4 Política de assistência estudantil dos acadêmicos do Curso de Enfermagem da UVA

QUADRO 12 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE ENFERMAGEM

POLITICA DE ASSISTENCIA ESTUTANTIL			
ITEM 1	Quais dos programas de assistência estudantil que você já participou ou participa?	SIM %:	NÃO%:
1.1	Alimentação	40	60
1.2	Moradia	30	70
1.3	Atendimento Psicológico		100
1.4	Atendimento Fisioterapêutico		100
1.5	Atendimento Psicopedagógico		100
1.6	Atendimento Médico		100
1.7	Programa PRAVALER		100
1.8	Projeto Inspiração		100
1.9	Fundo de Financiamento ao Estudante de E.S – FIES		100
1.10	PROUNI – SISU		100
1.11	Você tem alguma atividade acadêmica remunerada? Qual?	10	90
1.12	Qual sua opinião e entendimento sobre o plano de assistência estudantil?	80	20
1.13	Você acha que os projetos de Assistência Estudantil atende suas demandas? Por quê?	10	90

FONTE: Sistematizada pela autora, 2019.

ITEM 1.1: Cerca 40% utilizam sim do programa de assistência e 60% não utilizam

ITEM 1.2: Cerca 30% utilizam sim do programa de assistência e 70% não utilizam

ITEM 1.3: Cerca de 100% dos participantes não participam

ITEM 1.4: Cerca 100% dos entrevistados não participam

ITEM 1.5: Ninguém optou em Sim nessa opção

ITEM 1.6: Cerca de 100% não utilizam

ITEM 1.7: Ninguém optou em Sim nessa opção

ITEM 1.8: Ninguém optou em Sim nessa opção

ITEM 1.9: Ninguém optou sim nessa opção

ITEM 1.10: Ninguém optou em Sim nessa opção

ITEM 1.11: Cerca de 90% não possuem atividade nenhuma remunerada e 10% sim, recebem uma bolsa.

ITEM 1.12: Cerca de 80% acham importante devido auxiliar o estudante, e 20% Falam sobre ter melhoria e mais recurso.

ITEM 1.13: Cerca de 90% responderam que não. Acham insuficiente e 10% acham que auxilia, sim, na vida acadêmica.

Os principais indicadores sociais de sobrevivência são a moradia, alimentação, transporte, saúde, manutenção e trabalho. Mas não se pode deixar de mencionar que essas dificuldades que os alunos universitários enfrentam são inúmeras. Os principais indicadores sociais de sobrevivência são a moradia, alimentação, transporte, saúde, manutenção e trabalho, isso pode ser observado na variável acima mencionada no quadro em estudo do qual existe disparidade entre os que têm incentivos financeiros e os que não têm.

Para Andrés (2011) a questão da ‘moradia’ antes do ingresso do estudante na universidade é importante indicador de qualidade das condições de vida. No tocante ao eixo alimentação, o Restaurante Universitário, constitui importante instrumento de satisfação de uma necessidade básica, educativa, de ação social e de convivência universitária para 40% dos estudantes pesquisados.

Os itens relativos à área psicológica, fisioterapêutica, psicopedagógica e médica ninguém apontou sinalizações positivas. Isso significa que a assistência estudantil que abrange esses eixos deixa à desejar. Ainda, conforme respostas dos alunos também optaram por não opinar sobre o programa PRAVALER e Projeto Inspiração significando que ou não compreendem o que seja esses programas.

Os alunos também não participam de atividades remuneradas no que dificulta ainda mais a continuidade dos cursos. No item sobre suas opiniões e entendimentos sobre o plano de assistência estudantil, a maioria acha insuficiente. Isso porque conforme o plano de cobertura da respectiva IES, lá nos seus princípios, descritos anteriormente na discussão desses resultados deixa claro que todos os alunos deveriam participar desses programas assistenciais. O que acaba gerando uma enorme disparidade entre o que a IES apregoa e o que o aluno diz de fato.

Para estudiosos como Andrade e Teixeira (2015) apesar do PNAES ser “um programa nacional, cada universidade tem autonomia para utilizar os recursos disponibilizados conforme suas necessidades e especificidades locais, considerando áreas estratégicas e necessidades identificadas”, (p. 23) onde o foco deveria ser para a contribuição eficaz para que houvesse melhoria no desempenho acadêmico do estudante, mas infelizmente não é que ocorre de fato em contraposição ao que a IES prega com relação às respostas dos alunos.

4.2.5 Perfil do estudante do Curso de História da UVA

QUADRO 13 - PERFIL DO ESTUDANTE DO CURSO DE HISTÓRIA

PERFIL DO ESTUDANTE	
ITEM	INSTITUIÇÃO: CENTRO UNIVERSITÁRIO INTA – UNINTA
	SEXO F () M ()
1	Unidade Federativa de origem do estudante
2	Estado civil/Situação conjugal atual
3	Condição de moradia atual do estudante
4	Situação economia do Estudante
5	Em sua IES tem restaurante Universitário? Frequência com que utiliza.
6	Qual principal meio de transporte que você utiliza para chegar a sua IES?
7	Qual a distância entre sua morada atual e sua IES? Em km ou em horas

FONTE: Sistematizada pela autora, 2019.

ITEM 01: 30% residem na cidade de Reriutaba, Forquilha, Massapê, Ipu e Ipueiras, Cariré e Varjota, 30% na região da Ibiapaba (Serra Grande), 20% na cidade de Sobral e 20% residem nas regiões litorâneas.

ITEM02: 95% dos alunos são solteiros (as) e cerca de 05% casados

ITEM 03: Cerca de 50% dos universitários moram em casa própria e 50% em casa alugada com amigos.

ITEM 04: Cerca de 20% são Bolsista, e 80% desempregados.

ITEM 05: Cerca de 80% responderam que Sim, que utilizam o restaurante universitário e 30% Não utiliza.

ITEM 06: Dentre eles utilizam 50% transporte próprio e 49% transporte público (Ônibus) e 1% VLT.

ITEM 07: Foi observado que 50% dos alunos levam aproximadamente 1 hora de percurso e 50% levam aproximadamente 15min – 25min.

O perfil psicográfico dos estudantes do curso de História com relação ao curso de Enfermagem dessa IES são muito parecidos. Maioria dos alunos não possuem renda familiar fixa, é bem provável que essas famílias viva na informalidade econômica, e isso provavelmente representa boa parte contextual das famílias brasileiras que não tem renda fixa e sobreviva informalmente.

Com relação ao item condições de moradia atual do estudante, Teixeira et al. (2008) em um trabalho realizado sobre condições de moradia dos estudantes universitários, diz que é claro que os vínculos afetivos com os colegas é de fundamental importância para a adaptação dos mesmos.

Conforme ainda estes mesmo autores, “além do sentimento de pertencer a um grupo, as amizades possibilitam a partilha de experiências e o apoio em caso de dificuldades”. Ainda segundo os autores supracitados, ao ingressar na universidade os estudantes sofrem uma expectativa muito grande com relação às novas amizades. É uma pressão psicológica imensa. O estreitamento dos laços entre os estudantes permite o compartilhamento de expectativas, interesses e problemas, facilitando a adaptação.

Diferente dos demais cursos anteriores, tanto na IES privada como a IES pública, os estudantes do curso de história, na sua maioria faz uso do restaurante universitário. O restaurante universitário é um apoio aos estudantes de baixa renda e se faz necessário manter os programas que garantam o apoio à alimentação desses alunos principalmente nos Restaurantes Universitários. Para FONAPRACE (2012) os serviços dos restaurantes universitários, como “forma de viabilizar a permanência do estudante no campus, dá-lhes oportunidade para otimizar seu tempo de vida acadêmica e contribuindo para seu melhor desempenho e formação integral, entendendo o RU como espaço gerador de atividade de ensino, pesquisa e extensão, ratificando sua função acadêmica, social e convivência universitária”. (p. 23).

Ainda se percebe que quase metade dos estudantes utiliza transporte público indicando assim a necessidade de políticas articuladas com órgãos responsáveis pelo transporte urbano a fim de melhorar os índices de frequência por intermédio da redução do gasto com transportes. Implica que esses alunos, principalmente aqueles que não dependem de bolsas e que vive da renda familiar acaba um percentual considerável da renda da família.

4.2.6 Contexto familiar dos estudantes do Curso de História da UVA

QUADRO 14 - CONTEXTO FAMILIAR DOS ESTUDANTES DO CURSO DE HISTÓRIA

CONTEXTO FAMILIAR	
ITEM	Perguntas
1	Quantitativos de pessoas que vivem da renda do grupo familiar?
2	Renda mensal do grupo familiar?
3	Grau de instrução dos pais?

FONTE: Sistematizada pela autora, 2019.

ITEM 01: Foi observado que sua renda de 90% dos alunos se divide de 2- 4 pessoas, e cerca de 10% de 2-3 pessoas.

ITEM 02: Cerca de 90% possuem renda de 1 a 3 salários-mínimos e cerca de 10% possuem cerca de 4 salários-mínimos.

ITEM 03: Foi observado que 100% dos pais possuem Fundamental 2 ou ensino médio.

Nesse quadro foi possível observar que o contexto familiar dos alunos matriculados no curso de História da respectiva IES está inserido em um contexto social de classe média alta e classe alta, haja vista, a renda *per capita* demonstrada das famílias ora mencionadas.

Com relação ao grau de instrução destes mesmos estudantes, a podemos observar que alguns dados não são bastante relevantes com relação à formação. Todos os pais dos estudantes possuem ensino médio completo. Nenhum com nível superior ou em formação.

4.2.7 Dados acadêmicos dos estudantes do Curso de História da UVA

QUADRO 15 - DADOS ACADEMICOS DOS ESTUDANTES DO CURSO DE HISTÓRIA

INFORMAÇÕES DO CURSO E EXPECTATIVAS PROFISSIONAL				
Innstituição: UVA		Curso: História	Período: 4º	Entrevistados: 50
ITEM	PERGUNTA			
1	Em que curso você está matriculado?			
2	Qual período você está cursado?			
3	De que forma você ingressou na sua IES?			
4	Quais suas expectavas ao fazer um curso de nível Superior?			
5	Quais os motivos que levaram escolher essa IES?			

6	O que você pretende fazer logo após se formar?
7	Quais os estressores ou dificuldades que interferem ou podem interferir no seu contexto acadêmico?

FONTE: Sistematizada pela autora, 2019.

ITEM 01: História

ITEM 02: 4º período

ITEM 03: Cerca de 100% entraram por meio do vestibular tradicional

ITEM 04: Suas expectativas são cerca de 50% Crescimento profissional e 50% Estabilização financeira

ITEM 05: Cerca de 80% Por ser umas IES publica e 20% obter reconhecimento profissional. Com relação a este item, vale a menção de que por ser uma IES pública é mais atraente aos vestibulandos ingressar por meio do vestibular tradicional. Conforme Barros (2015), apesar do aumento significativo de Instituições de Ensino Superior (IES) e de matrículas ocorrido a partir dos anos de 1990, a taxa de escolarização líquida da população brasileira de 18 a 24 anos continua ainda baixa: 14,4%, segundo o Censo da Educação Superior de 2010. Além disso, 74% de todas as matrículas de graduação estão no setor privado, respondendo o setor público por apenas 26%. (INEP, 2010).

Isso se deve ao fato de que o ensino privado se torne mais atrativo para os egressos e os cursos em oferta também. De acordo com Sguissardi (2006, citado por BARROS, 2015), “a pequena expansão do setor público e o grande crescimento do setor privado explicam-se, em grande medida, pela drástica redução do financiamento às IFES e pelas facilidades de criação de IES privadas, especialmente com finalidade de lucro”. (p. 45)

ITEM 06: Cerca de 30% pretendendo mestrado e os 70% querem apenas trabalhar na área.

ITEM 07: Dentre eles cerca de 40% citaram a dificuldade financeira por conta não conseguir conciliar os estudos com algum trabalho, porque o curso é período integral, 10% citaram a distância, 30% falaram sobre as poucas ofertas pelas bolsas disponíveis e 20% sobre a greve que às vezes ocorre.

Aqui, como em todas as demais respostas, tanto na IES privada como na pública os alunos sempre citam as dificuldades financeiras. Conciliar algum tipo de trabalho com os estudos, se

torna desgastante para o aluno, ainda mais quando este está matriculado em um curso de período integral. Desde desgaste físico, os alunos ainda sofrem com o desgaste mental que muitas vezes atrapalha o rendimento acadêmico levando muitos a desistência e repetência.

4.2.8 Política de assistência estudantil dos acadêmicos do Curso de História da UVA

QUADRO 16 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE HISTÓRIA

POLITICA DE ASSISTENCIA ESTUTANTIL			
ITEM 1	Quais dos programas de assistência estudantil que você já participou ou participa?	SIM %:	NÃO%:
1.1	Alimentação	10	90
1.2	Moradia	10	90
1.3	Atendimento Psicológico		100
1.4	Atendimento Fisioterapêutico		100
1.5	Atendimento Psicopedagógico		100
1.6	Atendimento Médico		100
1.7	Programa PRAVALER		100
1.8	Projeto Inspiração		100
1.9	Fundo de Financiamento ao Estudante de E.S – FIES		100
1.10	PROUNI – SISU		100
1.11	Você tem alguma atividade acadêmica remunerada? Qual?	05	95
1.12	Qual sua opinião e entendimento sobre o plano de assistência estudantil?	80	20
1.13	Você acha que os projetos de Assistência Estudantil atende suas demandas? Por quê?	20	80

FONTE: Sistematizada pela autora, 2019.

ITEM 1.1: Cerca 10% utilizam sim do programa de assistência e 90% não utilizam.

ITEM 1.2: Cerca 10% utilizam sim do programa de assistência e 90% não utilizam

ITEM 1.3: Cerca de 95% não participam e 5% afirmam que sim.

ITEM 1.4: Cerca 30% utilizam sim do programa de assistência e 70% não utilizam.

ITEM 1.5: Ninguém optou em Sim nessa opção

ITEM 1.6: Cerca de 90% não utilizam e 10% utilizam

ITEM 1.7 Ninguém optou em Sim nessa opção

ITEM 1.8: Ninguém optou em Sim nessa opção

ITEM 1.9: Cerca 50% utilizam sim do programa de assistência e 50% não utilizam

ITEM 1.1.0: Ninguém optou em Sim nessa opção

ITEM 1.1.1: Cerca de 95% não possuem atividade nenhuma renumerada e 5% sim com (Monitoria)

ITEM 1.1.2: Cerca de 80% responderam como uma melhoria e desenvolvimento para o meio acadêmico, e 20% preferiram não optar sobre a questão.

ITEM 1.1.3: Cerca de 80% responderam que não, acham insuficientes e 20% acham que auxilia na vida acadêmica.

Nos itens referentes á alimentação e moradia uma minoria se utiliza. Como os demais cursos, as duas IES, apesar de oferecer esse tipo de assistência a maioria dos estudantes não participa restringindo apenas a uma pequena parcela de usuários e isso pode-se referir ao tópico acima mencionado no aspecto fisioterapêutico e atendimento médico.

Para os demais itens como atendimento psicopedagógico, PRAVALER, Projeto Inspiração ninguém optou por assinalar. Sobre um olhar mais criterioso os alunos deveriam sim, usufruir desses programas uma vez que os mesmos veem para fortalecer a garantir mais qualidade no aprendizado dos mesmos. O item relacionado ao FIES, metade dos alunos usufruem o PROUNI ninguém se manifestou.

Sobre o aspecto dos alunos possuírem atividade acadêmica remunerada uma minoria possui. Os alunos afirmam não ser suficiente o atendimento dos programas de assistência detrimento às suas demandas e uma minoria diz ajudar na vida acadêmica. Apesar do PNAES ser um programa de assistência que deveria atender todos os requisitos e anseios dos estudantes, pelas respostas obtidas não é o que acontece de fato.

Recktenvald et all (2018) dia que os benefícios para os estudantes estão relacionados às áreas mencionadas no Artigo 3º do Decreto Nº 7.234: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Em contraposição, apesar dos estudantes gozarem de uma fatia do PNAES, as IES não levam de fato a sério condicionando o benefício para os estudantes pela forma como as

universidades gerenciam seus recursos do PNAES. Quando comprometida com as necessidades dos alunos, a tendência é de que haja mais facilidade de acesso às ações promotoras da permanência (RECKTENVALD *et all*, 2018, p. 409).

4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este estudo teve como ponto de partida inicial analisar a percepção do estudante universitário das duas IES sobre o significado da assistência estudantil, tomando-se como objeto empírico de verificação a realização da aplicação de um questionário aos acadêmicos. Sendo assim, a análise do processo investigativo restringiu-se apenas às falas dos sujeitos, sendo articulado com o contexto social, político, econômico, ou seja, histórico que possibilitou o acesso à compreensão do sujeito na sua totalidade (AGUIAR; ORZELLA, 2006).

4.3.1 Assistência Estudantil -- Universidade Pública x Universidade Privada

Conforme descrição dos resultados entre as duas IES e os serviços prestados com relação à sua clientela, percebe-se que as mesmas se apresentam em um *status* de equidade no tocante à assistência estudantil, se levarmos em consideração respostas dos alunos colhidas na pesquisa empírica. Cabe a ressalva que, apenas serão comparados nas duas IES, o item referente a ‘Política de Assistência Estudantil’ para efeito de melhor compreensão.

Conforme proposta do PNAES, a assistência estudantil é composta por uma variedade de eixos de atuação, ao mesmo tempo em que, articula diferentes áreas e, conseqüentemente, diferentes políticas sociais, visando garantir um padrão de proteção social amplo. É interessante observar que são definidas as ações e não as formas de se executar as ações, o que resulta na diversidade de projetos e serviços implementados em cada IES. (BRASIL, 2010)

Em relação aos itens apresentados e discutidos nos quadros apresentados nas duas IES sobre o eixo da Política de Assistência Estudantil, percebeu-se ao longo das discussões que, embora as duas IES apregoem e atestem dentro do organograma das mesmas a existência de

programas assistenciais aos estudantes, na prática alguns são usufruídos pelos acadêmicos, outros não.

Os itens relativos à área psicológica, fisioterapêutica, psicopedagógica e médica alguns alunos usufruem desses programas. Isso significa, que muito embora uma minoria aponte sinalizações positivas com relação ao eixo da assistência estudantil, a instituição ainda precisa melhorar.

Na instituição Pública – UVA, os itens que contemplam assistência psicológica, fisioterapeuta, fisioterapêutica, psicopedagógica, médica, FIES e PROUNI ninguém apontou sinalizações positivas, aliás, não opinaram. Isso significa que a assistência estudantil que abrange esses eixos precisa ser revista, seja pela própria instituição que deve pensar em uma estratégia de informação, do qual todos os acadêmicos devam estar totalmente informados do que seja cada programa, ou pelos próprios acadêmicos em buscar respostas e tirar todas as dúvidas com relação ao curso em que estejam matriculados e quais direitos lhe serão garantidos.

Aqui cabe a ressalva de que, principalmente a área psicopedagógica, precisa-se dar uma ênfase se levarmos em consideração a entrada de muitos estudantes na Universidade com determinadas deficiências advindas do ensino médio, ensino fundamental e ou/ educação infantil, o que pode trazer grandes consequências para seu desenvolvimento acadêmico.

Sobre esse aspecto Saravali (2005) citado por Domingues et al (2008) menciona que um dos principais problemas encontrados em alunos que chegam no ensino superior, são os de interpretação de textos, leitura e escrita. Outro agravante é o pensamento crítico, alguns alunos sentem vexame quando tem que opinar em determinado assunto. Quanto a isso, Domingues et al (2008, p. 71) esclarece que o trabalho psicopedagógico pode abranger e facilitar,

[...] aspectos referentes a autoestima, cognição, personalidade e relações interpessoais, pois muitas das dificuldades estudantis advêm de alguns desses fatores ou de sua associação, interferindo diretamente no desempenho acadêmico do estudante. A partir disso, o psicopedagogo orienta o estudante quanto a sua forma de estudar, local e tempo reservado para o estudo e como se dá a sua aprendizagem.

Encontramos assim, no núcleo muitos alunos com dificuldades de se adequarem ao novo modelo de aprendizagem proposto pela universidade.

Ainda, conforme respostas dos alunos também optaram por não opinar sobre o programa PRAVALER e Projeto Inspiração significando que ou não compreendem o que seja esses programas.

Em relação à moradia estudantil, por exemplo, em algumas instituições existem residências universitárias, onde é disponibilizada toda a infraestrutura, tal como quartos mobiliados e com eletrodomésticos, enquanto em outras é fornecida uma bolsa destinada ao pagamento dos gastos com moradia com valores variados. Vale salientar, que das duas IES pesquisadas, apenas a UVA oferta este tipo de assistência.

Segundo dados do FONAPRACE (2000), a política de Assistência Estudantil foi marcada pela deterioração de seus programas básicos: os programas de alimentação (restaurantes universitários) e de moradia (casa de estudantes), provocando o sucateamento das universidades. Apesar da LDBEN e a Constituição de 1988 considerarem a permanência dos estudantes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) como direito, estas prerrogativas jurídicas não destinavam verbas específicas para atendimento aos estudantes pobres.

O mesmo ocorre com alimentação. Em algumas IES são priorizados os restaurantes universitários, com subvenções aos estudantes e, em outras, é fornecido o recurso monetário para utilização em lanchonetes ou restaurantes. Há ainda casos em que são fornecidos tanto serviços como benefícios monetários. Outro aspecto interessante é a possibilidade de acumulação dos programas de assistência estudantil, o que permite que o estudante participe, por exemplo, de ações de moradia, alimentação e transporte simultaneamente, mas em contra partida, uma pequena parcela também usufrui dessas demandas nas duas IES.

Para que o estudante possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar a qualidade do ensino ministrado com uma política efetiva de investimento em assistência, a fim de atender às necessidades básicas de moradia, de alimentação, de saúde, de esporte, de cultura, de lazer, de inclusão digital, de transporte, de apoio acadêmico e de outras condições (BRASIL, 2007).

Corroborando com Brasil (2007), é indiscutível que para que o estudante acadêmico possa gozar de sua plenitude é necessário que haja uma política de assistência efetiva e consistente da qual tenha preocupação com a "[...] construção de políticas voltadas para a plena cidadania do homem universitário, no lugar do assistencialismo alienante e empobrecedor..." (FONAPRACE, 1993, p. 301).

Os resultados da pesquisa demonstraram ainda como principais indicadores sociais de sobrevivência: moradia, alimentação, transporte, saúde e trabalho. A variável local de moradia antes do ingresso do estudante na IES torna-se um importante indicador de sua qualidade e condições de vida. O deslocamento é mencionado também como importante indicador, pois se deslocam de seu contexto familiar, ao ingressarem na universidade, apresentando, portanto, necessidade de moradia e apoio efetivo. Corroborando com isso Zago (2006) enfatiza que

Provenientes de outras cidades ou estados, pouco mais da metade tem suas despesas acrescidas pelo fato de não morar com suas famílias. Nesses casos, residem na casa do estudante universitário (quando há vaga **ou a instituição oferta esse tipo de assistência**), ou com parente, ou ainda dividem a casa e o apartamento com colegas. (Zago, 2006, p. 233, *Grifos da autora*)

No que diz respeito ao eixo alimentação, o Restaurante Universitário (RU) constitui importante instrumento de satisfação de uma necessidade básica, educativa, de convivência universitária e de ação social.

Ficou evidenciado a necessidade de criar, manter e ampliar os programas que garantam o apoio à alimentação dos alunos de baixa renda, como forma de garantir a permanência do estudante na IES. Dada a importância para a vida acadêmica é fundamental que o RU seja, também, um espaço gerador de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Estudar e trabalhar é uma condição que se constata nitidamente nas respostas dos entrevistados em todas as categorias socioeconômicas, embora o percentual de estudantes que exercem atividades não acadêmicas remuneradas seja mais elevado nas categorias provenientes das classes populares, portanto, verificou-se que a inserção dos estudantes em atividades acadêmicas remuneradas é muito tímida. Sobre isso, o FONAPRACE (2004) acrescenta que:

A tendência para a busca da automanutenção apresentada pelos estudantes, aliada à baixa oferta de programas acadêmicos remunerados, aponta para a necessidade de sua ampliação, estimulando-se a inserção dos estudantes de baixa renda nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, respeitado o desempenho acadêmico. (FONAPRACE, 2004, 23).

A assistência estudantil, entendida como direito de cidadania, precisa ser um dos princípios norteadores do modelo de gestão administrativa e financeira das IES, devendo ser trabalhada como parte da política de educação, articulada com a pesquisa, o ensino e a extensão. Assim:

[...] permear essas três dimensões do fazer acadêmico significa viabilizar o caráter transformador da relação Universidade e Sociedade. Inserir-na na prática acadêmica e entendê-la como direito social é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado (FINATTI, 2008, p. 196).

Sobre o item atividade acadêmica remunerada, as duas instituições oferece o programa aos alunos e a maioria diz participar. Isso ajuda principalmente alunos mais carentes a se manter no curso de escolha para suprir algumas carências.

Foi possível observar ainda no contexto desta pesquisa que a assistência estudantil, durante muito tempo foi tratada como um tema secundário, dentro das instituições, havendo pouco debate e escassez de dados estatísticos que mapeassem a situação. Para tentar conciliar, principalmente o interesse e as demandas oriundas do ingresso de alunos através de políticas de inclusão nas universidades, foi preciso introduzir o tema da assistência estudantil, no entanto, essa assistência não deve ser pensada a partir da perspectiva do assistencialismo.

É possível perceber na resposta dos estudantes universitários que não têm muito claro o significado do termo. Muitos têm a visão de que essa assistência estudantil deve ser voltada preferencialmente para alunos com dificuldades econômicas. Para esta afirmativa, Nascimento (2012, *apud* ALBUQUERQUE, 2017, p. 19), diz que:

A assistência estudantil efetivada nas IFES, fundamenta-se nos mínimos sociais, sob o argumento do número de usuários, porém de forma desarticulada e seu prazer pela qualidade dos serviços prestados. Sem contar o fato de que suas ações predizem maiores resultados à custa de escassos investimentos e a forma como a política e a estrutura caminha na lógica das políticas pobre para os pobres

Este mesmo autor ainda diz que o panorama da Assistência Estudantil na atualidade reúne vários programas e ações desarticuladas que na verdade representam apenas programas de ordem política sem se preocupar com a qualidade. Sendo assim, pode-se afirmar, então que os discentes, de um modo geral, não entendem a assistência estudantil como algo que deve abranger outras instâncias da vida acadêmica.

A dificuldade em explicar o conceito de assistência estudantil, portanto, pode estar associada ao modo como o tema foi abordado ao longo do tempo, no Brasil. O entendimento de assistência estudantil era atrelado ideia de apoio a moradia e a alimentação, destacando a pertinência do auxílio a fatores de ordem econômica. Atualmente, apesar de avanços, os debates

ainda são muito restritos. Por esta razão, a definição da concepção de assistência estudantil ainda é muito nebulosa para todos os envolvidos (LLAMAS e GARRO, 1998, p. 78).

Conforme o entendimento dos alunos sobre o plano de assistência estudantil ficou evidente, que embora mencionado que veem o mesmo como uma ‘melhoria’ para a vida acadêmica, baseado nos achados da pesquisa, percebe-se que os acadêmicos parecem não compreender muito o respectivo plano de assistência, a julgar pelas respostas curtas e rápidas.

Parece não conhecerem muito dos seus direitos e acabam entrando num viés conformista, a julgar pelas respostas nos quadros anteriores feitas entre as duas IES, os estudantes optaram por não responder algumas das alternativas, isso gerou dúvidas, ou não participam por não conhecer ou não reivindicam aquilo que lhes é garantido por direito. Ainda, esses resultados apontam que as duas IES tem atendido seu público de forma frágil no tocante à questão socioeconômica em termos de assistência universitária, portanto, dando aos acadêmicos condições mínimas para seguir em frente com os estudos. Precisa ser pensado e repensado como fazer para que essa assistência estudantil seja de fato e de direito usufruída pelos estudantes.

4.4 Conclusões e Recomendações

O objetivo desta pesquisa foi analisar a percepção do estudante universitário de duas IES sobre o significado da assistência estudantil, tomando-se como objeto empírico de verificação a realização da aplicação de um questionário aos acadêmicos. Para isso, através da pesquisa, com os dados empíricos, foi possível analisar como está se dando a assistência estudantil nas duas IES.

A pesquisa demonstrada constatou que a assistência estudantil ainda necessita caminhar para a concretização de uma política educacional voltada para a formação humana e com princípios éticos. Apesar das contribuições que ajudam na permanência destes estudantes, há também pontos que necessitam avançar, a necessidade de ampliar o conhecimento desses discentes e os direitos conquistados no processo histórico da educação para a formação de uma cultura estudantil que saiba reivindicar e construir um diálogo para a construção de cidadãos críticos, criativos e propositivos. Ressalta-se também os estudantes que possam ser sujeitos de direitos não pela condição financeira, mas pelo processo de construção de sua história coletiva que pode se dar pela educação a qual possibilita a formação de sujeito ético e político.

Esse fato demonstra que a assistência estudantil se configura como fator de inclusão das camadas populares tanto nas instituições públicas quanto nas instituições privadas com o acesso a permanência nos cursos de graduação demonstrando a educação, apesar do que ainda precisa ser alcançado, como fator de democratização, como espaço de luta de direitos constituído nas IES como espaço de direito público.

Percebe-se desta forma, que todos os esforços estão sendo concentrados para que o processo de implantação ocorra de forma eficiente, e que a busca pelos resultados seja o objetivo principal, para que assim a assistência estudantil se firme como uma política efetiva nas IES.

Os resultados identificados durante a pesquisa nos proporcionaram conhecer, a partir da realidade dessas IES, quais as ações de assistência estudantil, no que se refere as políticas de permanência estão sendo implementadas e quais necessitam melhorar e até mesmo novos programas serem implantados.

Ficamos com a certeza de que a assistência estudantil, precisa ser mais debatida, trazendo para discussão todos os atores envolvidos que, a partir de suas experiências, possa contribuir para a qualificação da assistência estudantil dentro das duas IES.

4.4.1 Perspectivas Futuras

Este estudo não pretende esgotar o assunto, mas, sim, provocar mais debates sobre o tema, esperando que outros estudos sejam realizados sobre assistência estudantil, para sua maior qualificação enquanto política de direito. Portanto, a síntese que foi construída é provisória, podendo servir como ponto de partida para outros estudos e também ser desconstruída a qualquer momento, dada a realidade mutável em que vivemos.

Para concluir, faz-se necessário situar a importância dessa pesquisa para o debate sobre algumas questões, principalmente no que se refere à assistência estudantil enquanto uma política social de direito, que necessita receber maiores investimentos para seu aprimoramento. Para tanto, pretende-se publicizar esta pesquisa, para que profissionais, acadêmicos, gestores, enfim, todos os interessados na temática tenham acesso aos dados levantados e às reflexões provocadas, e que este estudo possa subsidiar a discussão sobre essa política, vindo a contribuir no

planejamento da assistência estudantil, nas IES as quais estão sendo mencionadas (UVA e UNINTA) no decorrer dessa pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. **Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos**. Psicologia Ciência e Profissão, 26 (2), p. 222-245, 2006.
- ANDRADE, Ana Maria Jung de. **Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários**. Ana Maria Jung de Andrade, Marco Antônio Pereira Teixeira. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 512-528, jul. 2017.
- ALVES, Elaine Jesus. **Análise da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Tocantins a partir dos Relatórios de Avaliação Institucional da CPA**, universidade federal de Tocantins 2013.
- ALMEIDA, Silvana Santos. **A importância do FIES na garantia do direito ao ensino superior**. XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU Desafios da Gestão Universitária no Século XXI Mar del Plata – Argentina 2, 3 e 4 de dezembro de 2015. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136212/102_00204.pdf?sequence=1. Acesso em: 14/10/2019.
- ANDRÉS, Aparecida. **Aspectos da assistência estudantil nas universidades brasileiras**. Consultora Legislativa da Área XV Educação e Cultura. Câmara dos Deputados Praça 3 Poderes Consultoria Legislativa Anexo III - Térreo Brasília – DF. Brasília, 2011.
- APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 295p.
- ARAÚJO, Josimeire O. O elo assistência e educação: análise assistência/desempenho no Programa Residência Universitária alagoana. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 70. ed. Lisboa, 1979.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Sousa. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 3 ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2007.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988 Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Imprensa Nacional, n. 191-A, 5 out. 1988.

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988 Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Imprensa Nacional, n. 191-A, 5 out. 1988.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde, Comitê Nacional de Ética em pesquisa. **Manual Operacional para Comitês de Ética em Pesquisa**. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.
- BRASIL. Plano Nacional de Assistência Estudantil, 2001.
- BUENO, J.L.O. A evasão de aluno. *Jornal da USP*, São Paulo, n. 240, p. 2, 08 a 14 fev. 1999.
- CARVALHO, C. H. A. **O Prouni no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior**. Campinas. Educação e Sociedade. vol. 27, n. 96, p. 979-1000, out. 2013.
- COSTA, Simone Gomes. **A Permanência na Educação Superior no Brasil: Uma Análise das Políticas de Assistência Estudantil**. IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis-SC, 2012.
- CUNHA, Luis Antônio. **A Universidade Crítica: o ensino superior na República Populista**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1989.
- _____. **A Universidade Temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas/ Luiz Antônio Cunha**. 3 ed. [revista] – São Paulo, SP: UNESP, 2007.
- _____. **Vestibular: a volta do pêndulo**. Em *Aberto*, v.1, n. 3, p. 7-16, 1982.
- FONAPRACE, II **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES**, Brasília, 2004.
- FREITAS, Isaurora Cláudia Martins de. “O Transporte Universitário e a Constituição da Identidade Estudantil”. In: **Atas do VI Congresso Português de Sociologia - Mundos Sociais: saberes e práticas**. Lisboa, 2008. Disponível (online) em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/348.pdf>
- FREITAS, Isaurora Cláudia Martins; MENEZES, Kímbelly Luisa Braga. **Moradia e Transporte Estudantil: a experiência dos universitários da Região Norte do Ceará**. *Essentia*, Sobral, ano 9, nº 2, dez.2007/maio 2008, pp. 103-119.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=231290&search=ceara|sobral>. Acesso em 17 dez 2019.
- JANOTTI, Aldo. **Origens da Universidade**. São Paulo: EDU/EDUSP, 1.992.
- JORGE, M.S.B. Dificuldades dos estudantes de enfermagem psiquiátrica durante a prática da disciplina ao lidar com o doente mental. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 42, Natal 1999. (Mimeografado)

JORGE, M.S.B. O aluno ingressante na Universidade: Uma perspectiva de compreensão. Ribeirão Preto, p. 84. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 1992.

JORGE, M.S.B. Situações vivenciadas pelos alunos de enfermagem, durante o curso no contexto universitário como norteadora de crises. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 46. Porto Alegre, 1994. Anais. Porto Alegre, ABEn/RS, 1994. p. 269-70.

LEPARGNEUR, Hubert. **Força e fraquesa dos princípios da bioética**. Revista Bioética. São Paulo. v. 4, n. 2. Disponível em: http://www.revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/407/370. Acesso em 15 mai 2019.

LIMA, Maria Célia Nogueira. **PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: uma avaliação de estudantes de baixa condição socioeconômica em uma universidade pública**. Faculdades Novos Horizontes. Belo Horizonte 2016

LIMA, Maria Célia Nogueira. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma avaliação de estudantes de baixa condição socioeconômica em uma universidade pública**. Faculdades Novos Horizontes. Belo Horizonte 2016

LLAMAS, L.; GARRO, N. Economía y política educativa: igualdad de oportunidades y equidad en la educación. In: ESTRADA, J. L. Et al. (Org.). Ética y economía: desafíos del mundo contemporáneo. México: Universidad Autónoma Metropolitana. Unidad Iztapalapa. Centro Gramsczy y Plaza Valdés Editores, 1999.

MAHONEY, James; GOERTZ, Gary. **A tale of two cultures: contrasting quantitative and qualitative research**. Political Analysis, 2006. 14: 227-249.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Maria Helena de Andréa. **Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde**. In: GOLDENBERG, Paulete; MARSIGLIA, Regina Maria Ginffoni.; GOMES, Maria Helena de Andréa. (Orgs.). O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p.117-42.

MONTEIRO, A. C. **A viabilidade financeira do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior- FIES para a Instituição Privada**. 2012. Monografia (Especialização) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João Almeida. Resenha ou recensão. In: PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João Almeida. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Futura, 2011. Cap. 5, p. 156-158.

PINEHIRO, Ellana Barros. **A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA): A PERSPECTIVA DE**

ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NO ATENDIMENTO AOS DISCENTES 2014. XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade Florianópolis – Santa Catarina – Brasil 3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

PINEHIRO, Ellana Barros. **A política Nacional de assistência estudantil na Universidade Federal do Pará (UFPA): a perspectiva de atuação da equipe multiprofissional no atendimento aos discentes 2014.** XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade Florianópolis – Santa Catarina – Brasil 3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

PROAE/UFJF. Edital nº 01/2015: **Processo Seletivo para Concessão de Bolsas e Auxílios Estudantis. Juiz de Fora:** 2015. Disponível em: <http://www.ufjf.br/proae/files/2015/03/EDITAL-2015-PROAE-RETIFICADO.pdf>. Acesso em: 24 de abr. 2019.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

RAWLS, Jonh. **Uma Teoria da Justiça.** Trad.: Jussara Simões. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.

RECKTENVALD, Marcelo; MATTEI, Lauro; PEREIRA, Vilmar Alves. **Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 02, p. 405-423, jul. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v23n2/1982-5765-aval-23-02-405.pdf>. Acesso em: 16/10/2019.

SAMPAIO, Helena. **Setor privado de ensino superior no Brasil: crescimento, mercado e Estado entre dois séculos.** Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas da Universidade de São Paulo, 2013. Relatório. 26 p. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/viewFile/13637/10456>. Acesso em: 10 out. 2019.

SANTOS, Gênesis Feliciano dos. **Os impactos da Política de Assistência Estudantil sobre a população feminina assistida pela Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP).** Ouro Preto: UFOP, 2012.

SGUISSARDI, V. **Reforma universitária no Brasil - 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro.** Campinas, Educ. & Soc., v. 27, n. 96 - Especial, p. 1021-1056, out., 2006

SIMMEL, Georg (1983), Simmel: Sociologia. Trad. Carlos Alberto Pavanelli. São Paulo, Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

TEDDLIE, Charles; TASHAKKORI, Abbas. **Major issues and controversies in the use of mixed methods in the social and behavioral sciences.** Handbook of mixed methods in social & behavioral research, pp. 3-50, 2003.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e Universidade.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1.988.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **A Pesquisa e a Produção de Conhecimentos**. Disponível em: <www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/195/3/01d10a03.pdf>. Acesso em 22 mar 2019.

VASCONCELOS, Natalia Batista. **PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL AO LONGO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**. Faculdade Católica de Uberlândia 2009

VASCONCELOS, Natalia Batista. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil**. Faculdade Católica de Uberlândia 2009.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no Ensino Superior**: percurso do estudante do ensino universitário nas camadas populares. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v.11, nº 32, p. 226-237, maio/ago, 2006.

ZIKMUND, W. G. **Business research methods**. 5.ed. Fort Worth, TX: Dryden, 2000.

APÊNDICE

APÊNDICE 01

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES

PREZADO (A) ESTUDANTE:

Estamos desenvolvendo neste semestre uma pesquisa sobre **“Políticas de Assistência Estudantil Universitária: definições, limites e possibilidades na perspectiva de um atendimento de qualidade”** no curso de Mestrado em Ciências da Educação. Para isso gostaríamos de contar com sua colaboração respondendo este questionário que será de fundamental importância para o desenvolvimento desse estudo.

Agradecemos antecipadamente a sua valiosa contribuição e colocamo-nos a sua inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessária.

Atenciosamente,

Francisca Neide Camelo Martins
Mestranda em Ciências da Educação

IES VISITADA

PERFIL DO ESTUDANTE

1 Idade/Faixa Etária

- ☐ 18 a 25 anos
☐ 26 a 35 anos
☐ 36 a 45 anos
☐ Acima de 45 anos

2 Sexo

- ☐ Masculino
☐ Feminino

3 Unidade Federativa de origem do estudante

4 Estado Civil / Situação conjugal atual

5 Condição de moradia atual do estudante

6 Situação econômica do estudante

7 Em sua IES tem restaurante universitário? Frequência com que utiliza.

8 Qual principal meio de transporte que você utiliza para chegar a sua IES?

9 Qual a distância entre sua moradia atual e sua IES? Em km ou em horas.

CONTEXTO FAMILIAR

1 Quantitativos de pessoas que vivem da renda do grupo familiar

2 Renda mensal do grupo familiar

3 Grau de instrução dos pais

DADOS ACADÊMICOS

INFORMAÇÕES DO CURSO E EXPECTATIVA PROFISSIONAL

1 Em que curso você está matriculado?

2 Qual período você está cursando?

3 De que forma você ingressou na sua IES?

4 Quais suas expectativas ao fazer um curso de nível Superior?

5 Quais os motivos que o levaram a escolher essa IES?

6 O que você pretende fazer logo após se formar?

7 Quais os estressores ou dificuldades que interferem ou podem interferir no seu contexto acadêmico?

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

1 Você participa ou participou de algum Programa de Assistência Estudantil? Por exemplo:

Alimentação:

() Sim () Não

Moradia:

() Sim () Não

Atendimento Psicológico:

() Sim () Não

Atendimento Fisioterapêutico:

() Sim () Não

Atendimento Psicopedagógico

() Sim () Não

Reforço pedagógico:

() Sim () Não

Atendimento Médico:

() Sim () Não

Programa de Bolsa Permanência:

() Sim () Não

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID

() Sim () Não

Programa PRAVALER

Projeto Mérito Acadêmico

() Sim () Não

() Sim () Não

Projeto Inspiração

Transporte

() Sim () Não

() Sim () Não

Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES

() Sim () Não

Programa Universidade para Todos – PROUNI Sistema de Seleção Unificada – SISU

() Sim () Não

() Sim () Não

Outra forma de assistência estudantil

() Sim () Não

Se sim, qual?

2 Você tem alguma atividade acadêmica remunerada? Qual?

3 Você é ou foi beneficiado com alguma parceria que a IES propõe ao estudante? Qual ou quais?

4 Qual sua opinião e entendimento sobre Política de Assistência Estudantil?

5 Você acha que os projetos de Assistência Estudantil atendem suas demandas? Por quê?

6 Quais sugestões você aponta para uma Política de Assistência Estudantil de qualidade?
